

# C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

144

SALVADOR • ABRIL DE 2006



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
JAQUES WAGNER

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO**  
RONALD LOBATO

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA SEI**  
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

**CONSELHO EDITORIAL**  
Cesar Vaz de Carvalho Junior  
Edmundo Sá Barreto Figuerôa

**COORDENAÇÃO GERAL**  
Luiz Mário Ribeiro Vieira

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**  
Elissandra Alves de Britto  
João Paulo Caetano Santos

**EQUIPE TÉCNICA**  
Alynson dos Santos Rocha  
Carla Janira Souza do Nascimento  
Fabiana Karine Pacheco dos Santos  
Joseanie Aquino Mendonça  
Nícia Moreira da Silva Santos  
Rosângela Ferreira Conceição

**NORMALIZAÇÃO**  
Coordenação de Documentação e Biblioteca – COBI

**REVISÃO**  
Luiz Fernando Sarno

**PRODUÇÃO GRÁFICA**  
Karol Farias

**DESIGNER GRÁFICO**  
Humberto Farias

**EDITORAÇÃO GRÁFICA**  
2 Designers

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International  
Periodicals Directory e Qualis.

---

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, V.1- (1994- )  
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais  
da Bahia, 2006.

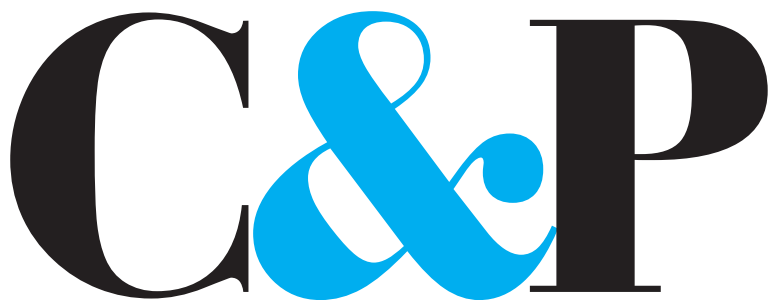
Mensal  
ISSN 1413-1536

CDU 338(814.2)

---



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB  
CEP: 41.745-002 – Salvador – Bahia  
Tel.: (71)3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781  
[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)  
[sei@sei.ba.gov.br](mailto:sei@sei.ba.gov.br)



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

# Sumário

## Economia em Destaque

Agrocrise ou agroclíco?

Alyson dos Santos Rocha..... 4

Conjuntura Econômica Baiana..... 8

## Artigos

Indústria nacional: um barco a deriva ao sabor do vento

Francisco Gimbitzki Marques..... 18

Os limites da política fiscal brasileira

João Augusto Pessoa Lepikson..... 24

E-commerce e reestruturação do varejo de automóveis novos: o caso da rede autorizada GMB de Salvador

Fábio Batista Mota..... 30

Economia regional e administração pública: considerações sobre a distribuição da produção da região oeste do estado da Bahia

Aurélio Sant'Anna..... 35

## Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos irão gerar 56.737 novos postos de trabalho..... 44

Notícias..... 48

Legislação..... 52

## Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos..... 54

Indicadores Sociais..... 60

Finanças Públicas..... 66

## Carta do Editor

A necessidade de ajuste fiscal como fundamento para um crescimento de longo prazo suscita controvérsias acerca dos seus efeitos, embora as contas públicas apresentem números compatíveis com as metas fiscais estabelecidas para o ano de 2006. Na tentativa de promover o crescimento econômico, o Governo orienta a sua política fiscal em direção ao cumprimento da meta de superávit, diante do aumento dos gastos públicos, bem como avalia os custos dos programas sociais e os seus resultados em relação à redução da pobreza.

Valorizando a discussão sobre as iniciativas para se atingir o crescimento da economia brasileira, a edição de nº 144 da revista Conjuntura & Planejamento (C&P) apresenta trabalhos que traduzem a atual conjuntura econômica do país. Através desta, busca-se informar o leitor quanto às variáveis que influenciam diretamente o comportamento dos agentes econômicos.

No artigo **Os limites da política fiscal brasileira**, João Augusto Pessoa Lepikson discute a adesão brasileira à globalização financeira como modelo de desenvolvimento. Essa medida limitou, de acordo com o autor, as possibilidades de intervenção do País na própria política econômica, reservando à política fiscal um papel secundário, tornando-a agente passivo do financiamento da política econômica, além de garantir superávits primários suficientes para manter a relação dívida/PIB em nível aceitável pelos investidores.

Em **Indústria nacional: um barco à deriva ao sabor do vento**, Francisco Gimbitzki Marques defende que a inexistência de uma política governamental para a indústria tem como um dos seus principais reflexos a insustentabilidade desse setor. Para o autor, a ausência de um planejamento governamental de médio e longo prazo acarreta períodos esporádicos de desenvolvimento industrial. A fim de substanciar a sua análise, apresentam-se os resultados do setor para o primeiro quadrimestre de 2006.

No texto **E-Commerce e Reestruturação do varejo de automóveis novos: o caso da rede autorizada GMB de Salvador**, Fábio Batista Mota discorre sobre a adesão da indústria automobilística brasileira ao comércio eletrônico. Por causa da ameaça de desintermediação da venda que surge quando a empresa passa a produzir sob o processo de custom-made, segundo a demanda real, o autor assume a hipótese de que a rede autorizada já não tem na venda de carros novos o seu principal produto, passando a direcionar o seu modelo de negócios para a prestação de serviços de pós-vendas.

Assim, espera-se que novas análises possam ser feitas sobre a relevância do ajuste fiscal, de forma a dirimir dúvidas sobre a sua real eficácia para condução da política econômica. É preciso avaliar até que ponto, em nome da estabilização da economia, a política fiscal deve assumir um papel secundário, uma vez que a tentativa de tornar a economia previsível, dando garantias de retorno aos investimentos, poderá ter efeitos desestruturadores sob alguns setores econômicos. Acredita-se que, através de discussões construtivas, poder-se-á chegar a medidas de efeitos mais duradouros para a economia.

## Agrocrise ou agrociclo?

Alynson dos Santos Rocha\*

Em toda percepção de momentos difíceis em determinado segmento da economia, surge o seguinte questionamento entre os agentes, acadêmicos e demais analistas envolvidos: tais ocasiões resultam de um comportamento cíclico de variáveis como oferta, demanda e preços ou são demarcados por aspectos estruturais, exigindo-se a reorganização do segmento econômico em questão, adoção de novas estratégias e/ou a definição de papéis para seus componentes? Tal questionamento leva a um debate torna-se acirrado quando se trata do agronegócio brasileiro. Responsável por aproximadamente 30% de toda a riqueza produzida no País (Produto Interno Bruto – PIB) e com cifras em torno dos 535 bilhões de Reais, o segmento – que envolve a produção primária na agricultura (lavouras e criação), a indústria (insumos e processadora de matérias-primas) e a distribuição (comercialização) – encontra-se em momento adverso, exibindo os piores resultados desde 1996, gerando toda a sorte de diagnósticos, bem como soluções a serem adotadas.

Observando-se os resultados do agronegócio no Brasil entre 1995-2005, pesquisados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CEPEA-USP, 2006) pode-se constatar que, no período compreendido entre 2002 e 2004, o agronegócio brasileiro exibiu as melhores taxas de crescimento dentre vários segmentos econômicos do País. Em 2002, particularmente, registra-se recorde de crescimento para o segmento, 8,81%. A conjunção entre aumento da produção primária – explicada por uma série de fatores, sobretudo pela presença de chuvas no momento e volume certos –, demanda, com a abertura e consolidação de mercados importantes, mormente para a pecuária e preços das principais commodities agrícolas brasileiras, como soja, milho e

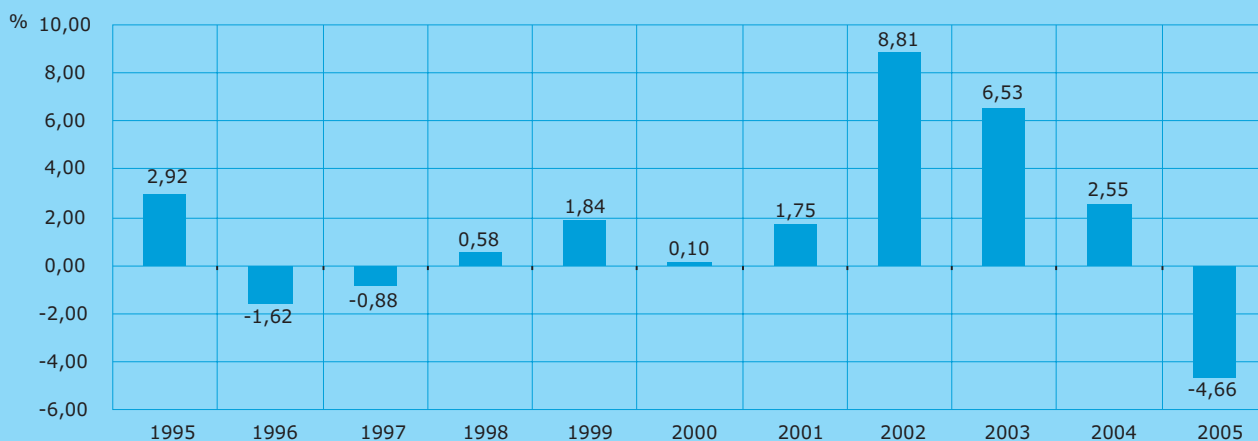
algodão se efetivou de maneira bastante positiva e, somada à desvalorização cambial (impulsionando as exportações), foram responsáveis pelo ano atípico do agronegócio.

A situação continuaria favorável em 2003, resultante da (ainda) produção elevada das lavouras e, mesmo a um ritmo menor, do desempenho da pecuária. Os sinais de alerta já começam a aparecer no último trimestre de 2003, com resultados negativos em praticamente todos os setores pesquisados pelo CEPEA-USP. Secas, quebras de safra, queda de preços de grãos, embargos e outras barreiras não-tarifárias às carnes brasileiras no mercado externo já apontavam para um 2004 não muito animador para o agronegócio. O crescimento de 2,55%, observado nesse ano, resulta da completa reversão dos resultados da produção primária das lavouras brasileiras: de índices positivos que se aproximavam dos 16%, em 2003, para um valor negativo de 1,7%, em 2004. O cenário não se tornaria mais grave por conta do desempenho positivo da indústria de insumos, processadora e de distribuição, alavancando o resultado geral do agronegócio. Outra reversão, desta vez do valor do Real frente ao Dólar, também adentra ao rol das causas da trajetória atribuída eminente, e se tornaria uma das principais reivindicações de mudança dos agentes do agronegócio às autoridades monetárias.

Em 2005 confirmam-se as previsões e o agronegócio brasileiro apresenta desempenho não somente negativo, mas também com intensidade jamais presenciada na história recente do segmento: 4,66%. Na com-

---

\* Economista, mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia e Técnico da SEI.

**Gráfico 1 – Crescimento do PIB do agronegócio, Brasil: 1995 - 2005**

Fonte: CPEA-USP, 2006

posição desse resultado global incluem-se as quedas de 15,5% da produção primária das lavouras e de 1,5% na pecuária. Insumos, indústria e distribuição também apresentam resultados negativos. As perdas no campo superam os 26 bilhões de Reais em 2004. Estiagens na região Sul, chuvas excessivas no Centro-Oeste, surtos de ferrugem asiática em várias regiões sojicultoras, endividamento excessivo de produtores – incluindo-se a análise das taxas de juros elevadas no País e dos instrumentos de refinanciamento das dívidas agrícolas – e, novamente, o câmbio com o Real valorizado, compõem, dentre outras, as causas para a situação negativa do agronegócio. No primeiro quadrimestre de 2006, a situação não apresenta mudanças significativas, com projeção anual de maiores perdas para o segmento, em torno de 10,5 bilhões de Reais. Protestos de produtores são observados em diversas partes do Brasil, revelando o grau de insatisfação quanto ao ritmo das decisões tomadas pelo governo para arrefecer os efeitos observados.

Note-se, entretanto, que o atual momento do agronegócio brasileiro pode ser analisado de duas maneiras: considerando-se a percepção conjuntural, verifica-se que a valorização do Real frente ao Dólar é responsável pela queda dos rendimentos dos produtores à medida que são praticados câmbios diferentes entre as etapas do processo produtivo: “A taxa de câmbio, à época do plantio, não foi a mesma utilizada para a comercialização. Enquanto os produtores compraram insumos com base no Dólar mais caro, a produção foi comercializada com a moeda americana desvalorizada. Isso desnivelou os termos de troca que ficaram desfavoráveis à agricultura.” (CNA, 2006, p.4). A despeito das motivações políticas e econômicas que

mantêm a taxa de câmbio em níveis prejudiciais à competitividade externa de diversos segmentos, inclusive ao agronegócio, o fato é que se contabilizam perdas no campo superiores a 35 bilhões de Reais entre 2005-2006.

Por outro lado, questiona-se sobre as estratégias que os produtores adotaram no período em que o agronegócio despontava como atividade altamente lucrativa na economia brasileira. Em outras palavras: sabendo-se que os níveis excepcionais de crescimento do agronegócio seriam passageiros (cíclicos), que medidas foram tomadas no sentido de preparação para o período de dificuldades vindouro? Tal questionamento relaciona-se à criação de mecanismos eficientes de segurança para os produtores, como o seguro rural, por exemplo. Note-se que um instrumento que assegure proteção contra quebras de safra ou de preços exige a participação de todos os envolvidos (governo e produtores). Não se pode apenas transferir (ainda que parcialmente) as perdas do agronegócio para a sociedade, através de *pacotes de emergência*, como o anunciado pelo Governo Federal em abril, que trata basicamente da prorrogação das dívidas dos produtores.

O comportamento dos produtores também é indicativo de que existe a necessidade da adoção de novas estratégias para o agronegócio brasileiro. Isso significa disseminar a idéia de alternativas de proteção (*hedge*) – dentre as disponíveis nos mercados financeiros – partindo-se de iniciativa dos próprios produtores, e não apenas *aguardar* medidas do governo. Reforça-se essa afirmação com declaração de Geraldo Camargo Sant’Ana de Barros, Coordenador Científico do CEPEA-USP: “Faltam aos produtores mecanismos

## A discussão de aspectos conjunturais e a conseqüente execução de medidas para conter seus efeitos negativos podem desviar as atenções para problemas igualmente urgentes

que incentivem a poupança nos anos de *vacas gordas*, para uso nos anos de *vacas magras*. É necessário que o produtor se prepare contra movimentações desfavoráveis dos preços usando contratos a termo e futuros.” (CEPEA-USP, 2006). A face empresarial do produtor integrado ao agronegócio é posta à prova, exigindo-se a observação de variáveis político-econômicas, de mercado (interno, externo), de logística (estradas, ferrovias, portos e aeroportos), de preços (e câmbio), além daquelas relacionadas à atividade primária: solos, clima, chuvas, custos de produção etc.

O período difícil enfrentado pelo agronegócio brasileiro, a partir de 2004 e, particularmente, no primeiro quadrimestre de 2006, pode suscitar a redefinição das ações dos agentes à mobilização para tornar o segmento menos vulnerável às variações cíclicas a que

está exposto, seja por se tratar de atividade estreitamente vinculada aos fenômenos da natureza, seja por depender da conjuntura econômica. A idéia de crise como algo estrutural pode diferenciar as demandas direcionando-as para questões como a melhoria das condições de comercialização e armazenagem dos excedentes das safras, conquista e manutenção de mercados, pesquisa e tecnologia de insumos, sementes, de manipulação de produtos de origem animal. A discussão de aspectos conjunturais e a conseqüente execução de medidas para conter seus efeitos negativos podem desviar as atenções para problemas igualmente urgentes. Estes últimos, não completamente solucionados, voltarão a demonstrar a fragilidade do agronegócio brasileiro quando o próximo ciclo negativo do segmento emergir.

## Referências

CEPEA-USP. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: 15 maio 2006.

CNA. Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária. *Entenda a crise da agricultura*. Disponível em: <http://www.cna.org.br>. Acesso em: 15 maio 2006. ■

Os primeiros passos para compreender a realidade ambiental

# SEP 75

## Indicadores de sustentabilidade ambiental

A SEI, em convênio com o Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da Ufba, iniciou a construção de um conjunto de indicadores que vão permitir avaliar a realidade ambiental e o grau de sustentabilidade de diversos recursos no Estado. A primeira etapa deste trabalho traz definições conceituais e metodológica, referencial teórico, sistematização, estruturação e a formulação dos indicadores para os temas recursos hídricos e ambiente urbano. A realização desse estudo foi conduzida na perspectiva de prover indicadores capazes de orientar e avaliar as ações estratégicas de planejamento e gestão ambiental. Confira na SEP 75.



# Conjuntura Econômica Baiana

A economia baiana apresentou, em fevereiro, crescimento nos seus principais indicadores. Os indicadores de produção industrial, comércio exterior e vendas do comércio varejista, determinaram a continuidade da trajetória de crescimento da economia que se verifica desde 2005.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em fevereiro de 2006, variação positiva de 7,8%, em relação ao mesmo mês de 2005. No ano, a indústria acumulou crescimento de 7,1% na comparação com o mesmo período de 2005. Os setores *Celulose, papel e produtos de papel* (36,0%), *Minerais não-metálicos* (17,4%) e *borracha e plástico* foram os que apresentaram as maiores taxas no acumulado do ano. Já os setores de *veículos automotores* (-7,9%) e *alimentos e bebidas* (-5,4%) registraram queda no acumulado desse período.

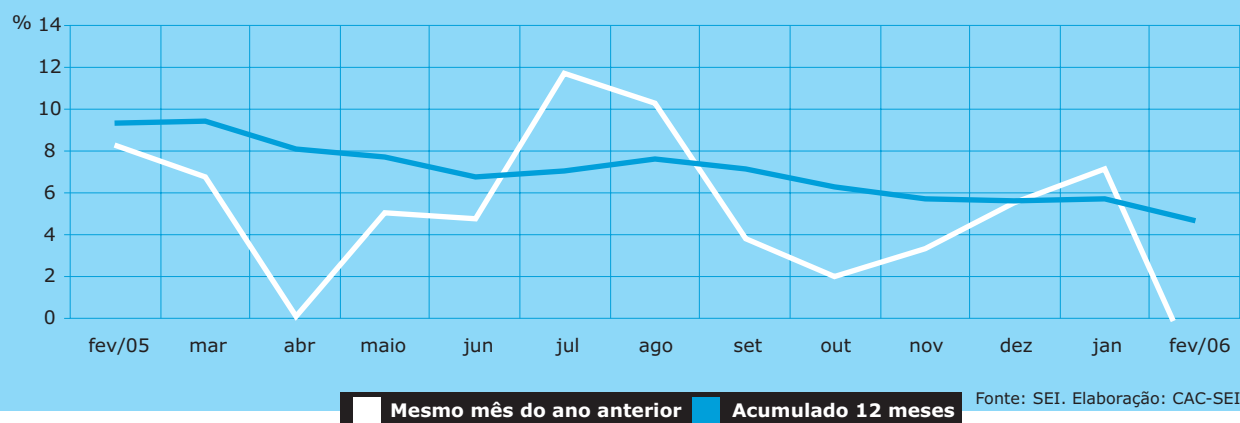
O comércio exterior registrou, em março de 2006, expansão tanto nas exportações (47,%) quanto nas importações (24,0%), em relação ao mesmo mês do ano anterior. Conforme os dados do MDIC, no ano, as exportações baianas somaram US\$ 1,457 bilhão e as importações US\$ 858 milhões, gerando um superávit de US\$ 598 milhões.

O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 8,6% no primeiro bimestre de 2006. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *equipamentos e materiais para escritório* (89,2%); *móveis e eletrodomésticos* (23,3%) e *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (13,2%). O segmento *veículos, motos, partes e peças* registrou crescimento de 14,0% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, nos primeiros quatro meses de 2006, alta 2,1. No período, os grupos que registraram as maiores altas foram: *habitação e encargos* (9,0%), *transporte e comunicação* (4,3%) e *saúde e cuidados pessoais* (3,1%).

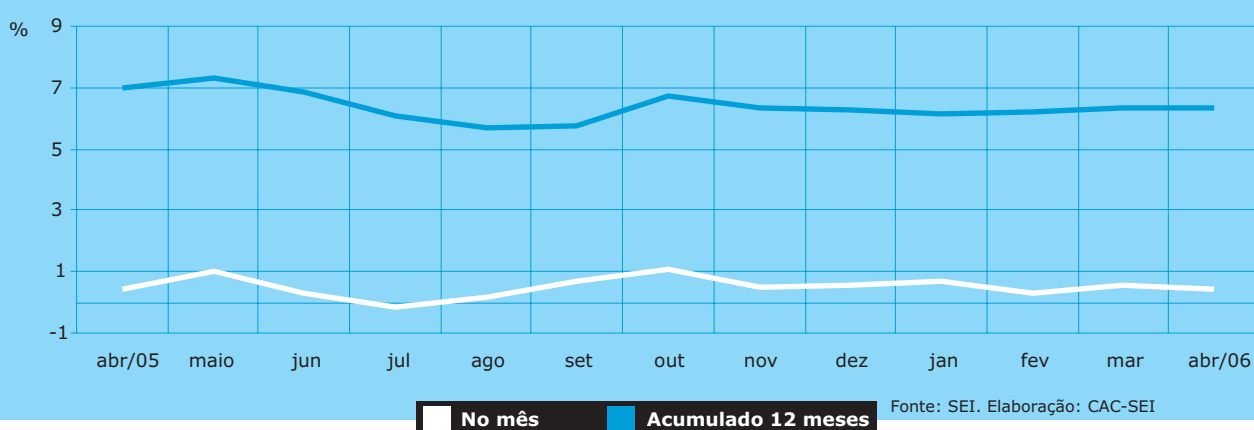
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de março com taxa de desemprego em 24,7%, determinando uma média anual da taxa de desemprego de 24,1%.

### Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



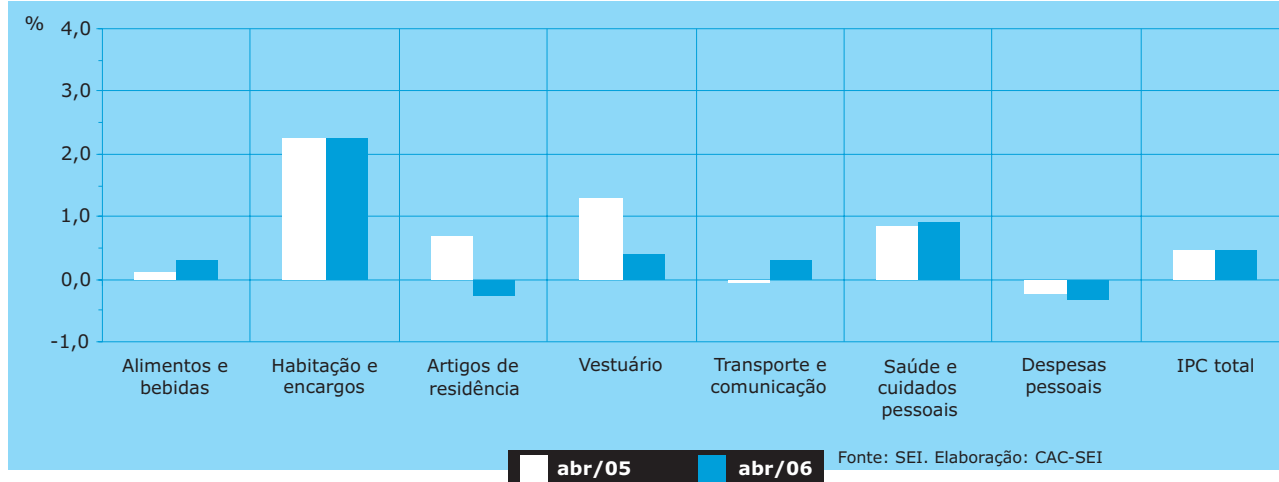
Em fevereiro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC, registrou queda de 2,5% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já na comparação com o mês de janeiro de 2006, a queda foi bem mais acentuada (-8,2%). Após estes resultados, o índice recuou 1 p.p, passando de 5,7% em janeiro para 4,7% no mês atual, indicando uma tendência de redução na atividade econômica.

### Taxa de variação do IPC-SEI - Salvador



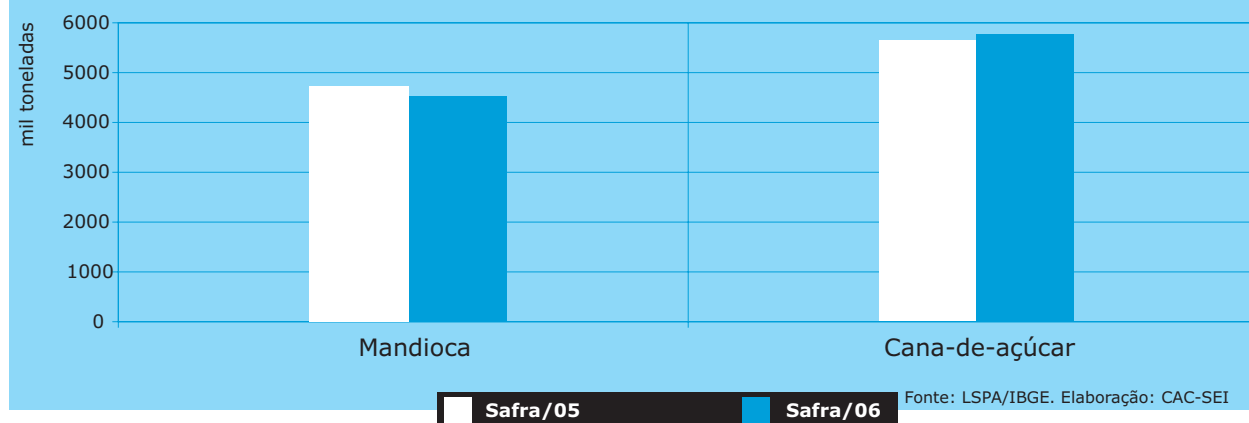
Em abril, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,46%, abaixo dos 0,56% do mês de março. Com esse resultado, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 6,34%. Habitação e encargos (24,8%) e transporte e comunicação (13%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já artigo de residência (-1,4%) continuou sendo o item que menos pressionou na formação do índice.

### Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



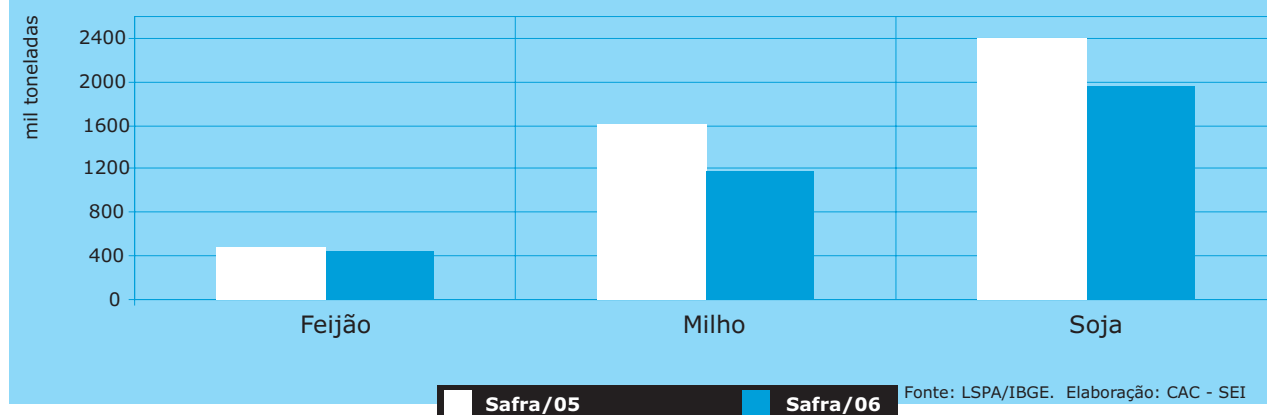
Os grupos habitação e encargos (2,3%), saúde e cuidados pessoais (0,9%) apresentaram, em abril, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens encargos e manutenção (2,7 %) e produtos farmacêuticos (1,4%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, os grupos de despesas pessoais (0,3%), artigos de residência (0,3) registraram taxa negativa.

### Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



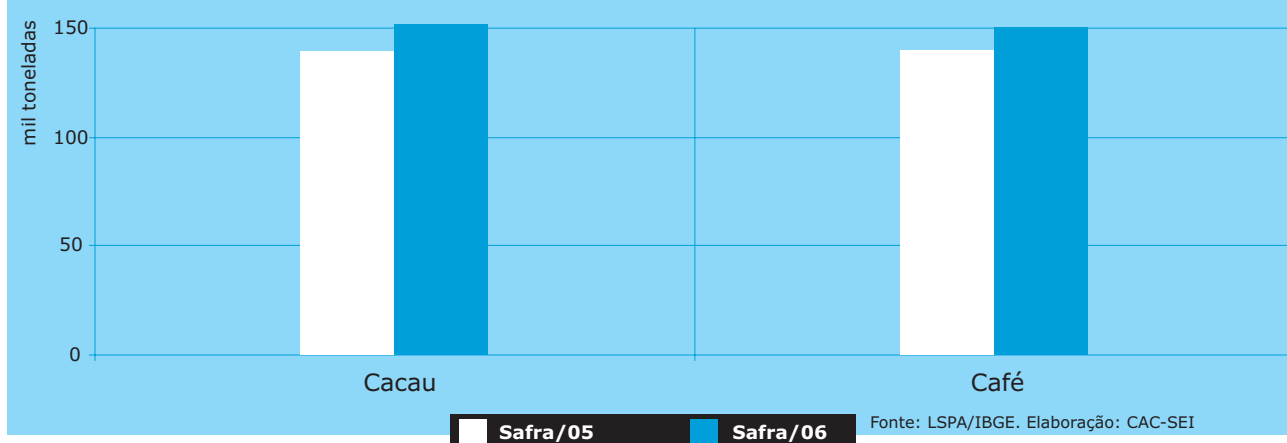
As estimativas para a safra baiana, realizadas em abril de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), reafirmam queda da produção de mandioca (4,3%). A conjuntura desfavorável dos preços da raiz e da farinha responde pelas observações. Para a cana-de-açúcar, o aumento do rendimento da lavoura justifica a elevação da produção em 2,0%. Some-se a esse cenário o quadro ainda positivo dos preços do açúcar e do álcool.

### Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



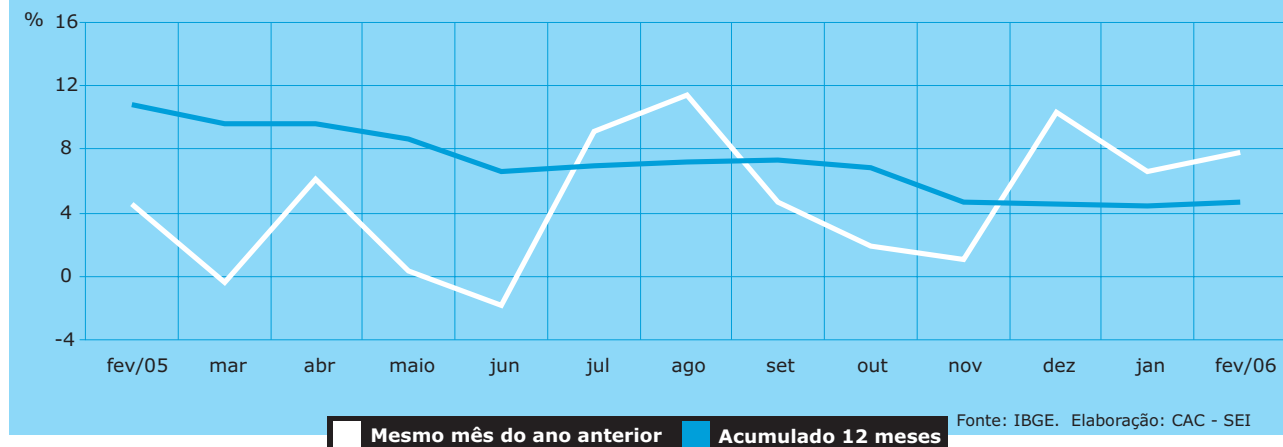
As estimativas do LSPA apontam queda da produção de feijão para 2006 (2,1%). Apesar das intenções de plantio positivas para a 2.<sup>a</sup> safra, os resultados já observados na colheita do feijão 1.<sup>a</sup> safra são responsáveis pelos números negativos da lavoura no conjunto. Para o milho, mantêm-se as estimativas de redução da safra em aproximadamente 28%. A queda do rendimento da lavoura (19%) contribui ao resultado. Para a soja, segue a estimativa de redução da produção em 17%, ainda reflexo das conjunturas de preços, mercados e da ferrugem asiática.

### Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



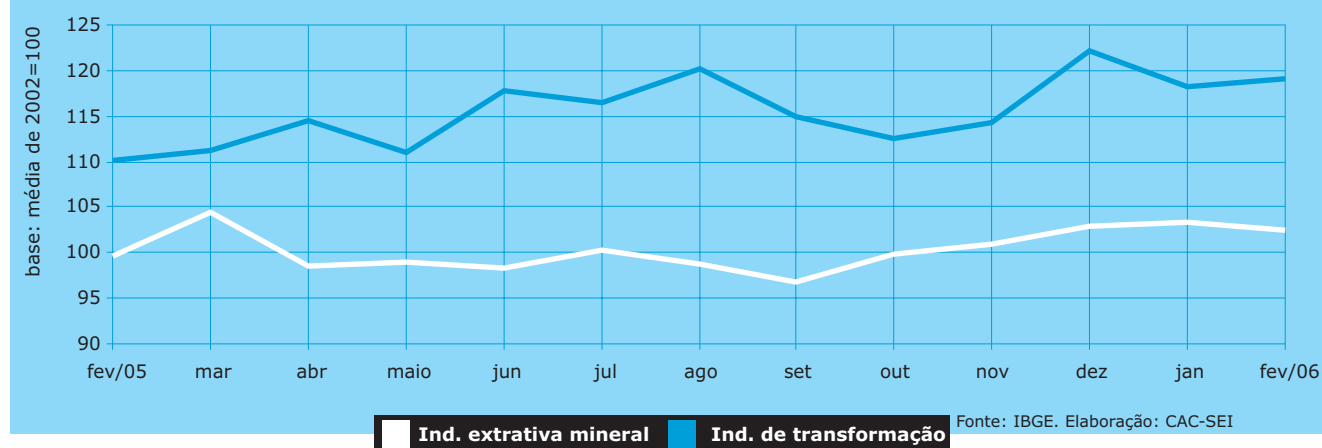
Em abril de 2006 mantém-se a observação de aumento da produção de cacau (16%). Justifica-se esse dado pelos aumentos de 2,3% das áreas plantada e colhida, além da elevação de 13% do rendimento. Para o café, o LSPA aponta elevação de 9,1% da produção. A expansão de 6,5% do rendimento da lavoura contribui para o resultado observado. Além disso, as análises permitem verificar a expansão das áreas plantada (4,3%) e colhida (2,5%) em relação à safra 2005.

### Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



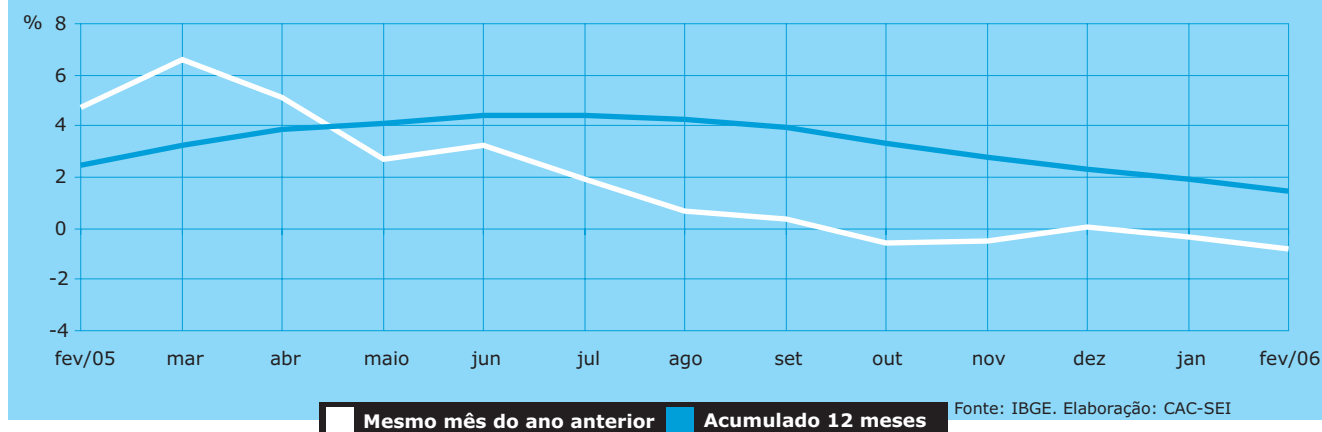
A produção da indústria de transformação da Bahia registrou em fevereiro expressivo crescimento de 7,8%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE. Nos doze meses, o índice passou de 4,5%, em janeiro, para 4,7%, em fevereiro. Os setores que registram as maiores taxas nos doze meses foram: veículos automotores (18,9%), celulose, papel e produtos de papel (27,3%) e minerais não-metálicos (12,1%).

### Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



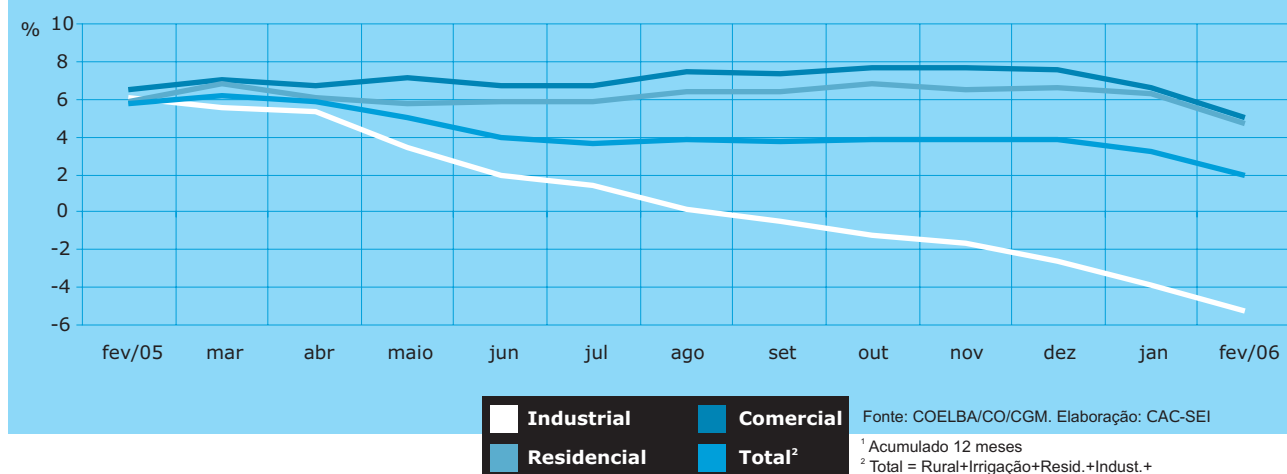
A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana também mostra taxa positiva (1,0%), na comparação fevereiro/2006 com relação ao mês de janeiro do mesmo ano. As maiores altas no período ocorreram nos setores de metalurgia básica (12,8%), produtos químicos (8,8%) e borracha e plástico (7,7%). Já a indústria extrativa mineral registrou, no mesmo período, queda de 0,5% na produção.

### Taxa de variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em fevereiro de 2006, queda de 0,8% em relação a fevereiro de 2005. Apesar de se verificar tendência de queda, no acumulado dos doze meses, o emprego industrial fechou com taxa de 1,5%. Os setores que tiveram os maiores altas nos doze meses foram: máquinas e equipamentos, exclusive eletroeletrônicos, de precisão e de comunicações (20,3%), Madeira (17,2%) e Máquinas e aparelhos eletroeletrônicos, de precisão e de comunicações (11,6%).

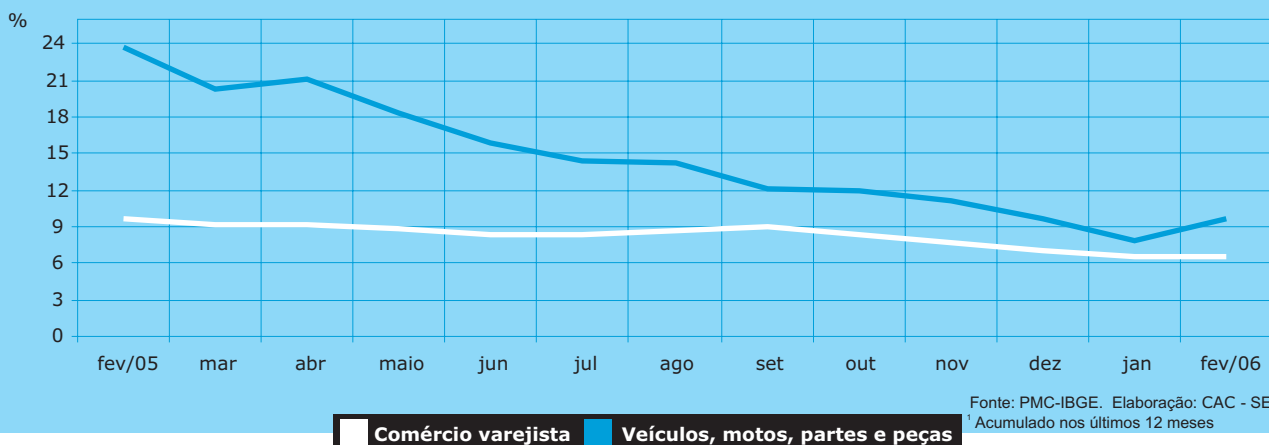
### Taxa de variação do consumo de energia elétrica<sup>1</sup> - Bahia



<sup>1</sup> Acumulado 12 meses  
<sup>2</sup> Total = Rural+Irrigação+Resid.+Indust.+ Comercial+Util. Pública+S. Público+Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

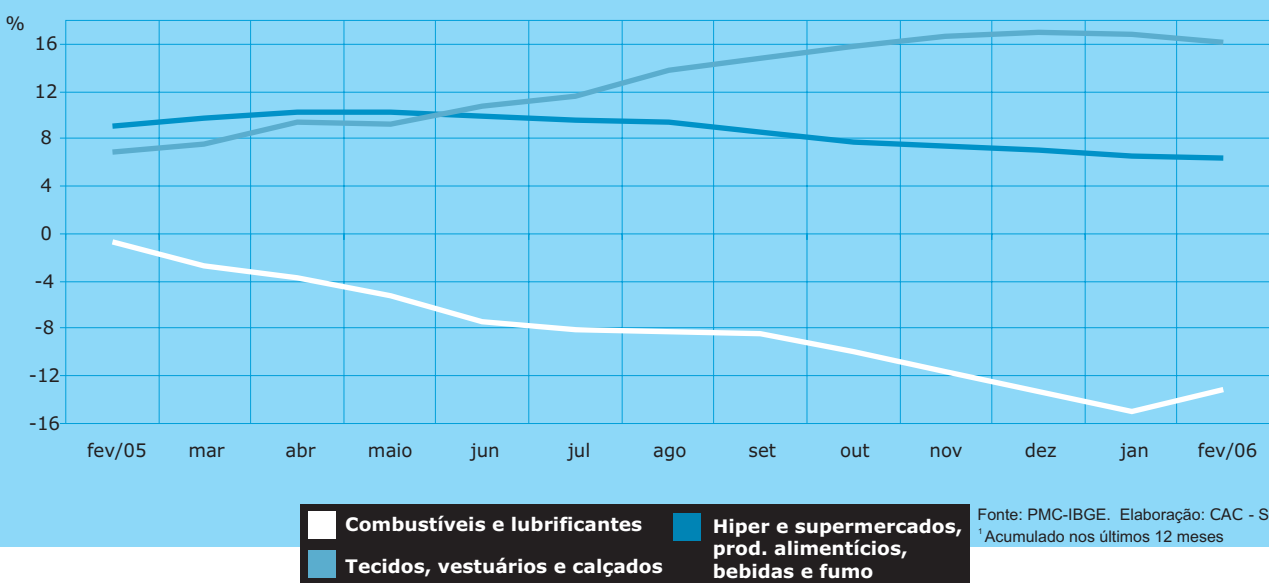
O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, manteve crescimento em fevereiro de 2006, registrando alta de 1,9% no acumulado dos 12 meses. Dentre os principais consumidores, o comercial continua apresentando a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 5%. O consumo residencial teve uma considerável queda em relação ao mês de janeiro (1,6 p.p.), já o consumo comercial também registrou queda de 1,6 p.p. em relação ao mês anterior.

### Taxa de variação de volume de vendas no varejo<sup>1</sup> - Bahia



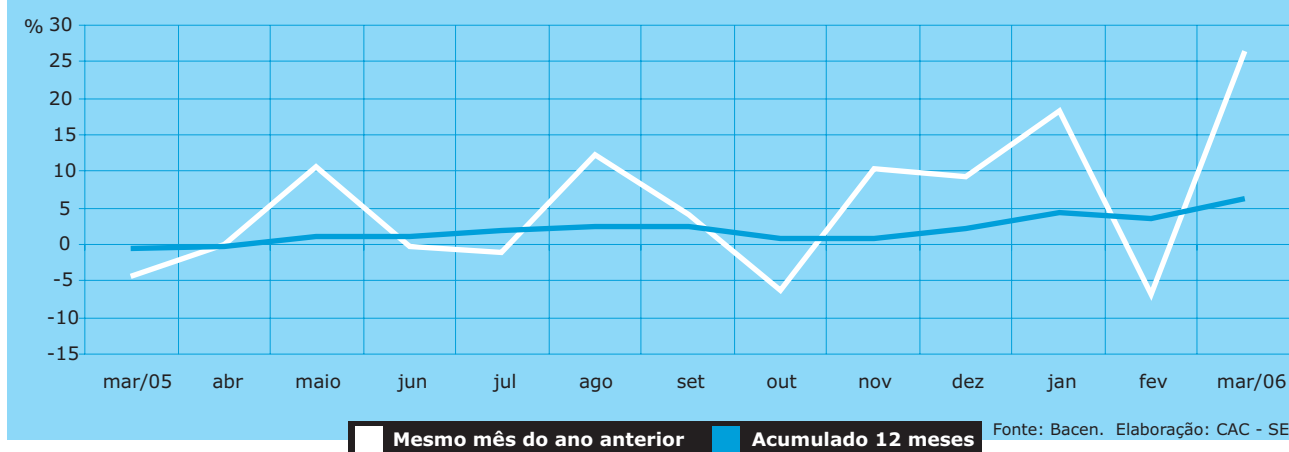
O comércio varejista na Bahia apresentou, no mês de fevereiro de 2006, acréscimo de 7,9% no volume de vendas. A Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE) apurou, para o acumulado dos últimos doze meses, uma expansão de 6,6%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 29,3% ante igual mês de 2005. A aceleração nas vendas, apresentada pelo grupo, é explicada pelo acirramento da concorrência entre as revendedoras, além da elasticidade dos prazos de pagamento. Nos últimos doze meses o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 9,6%.

### Taxa de variação do volume de vendas no varejo<sup>1</sup>: principais segmentos - Bahia



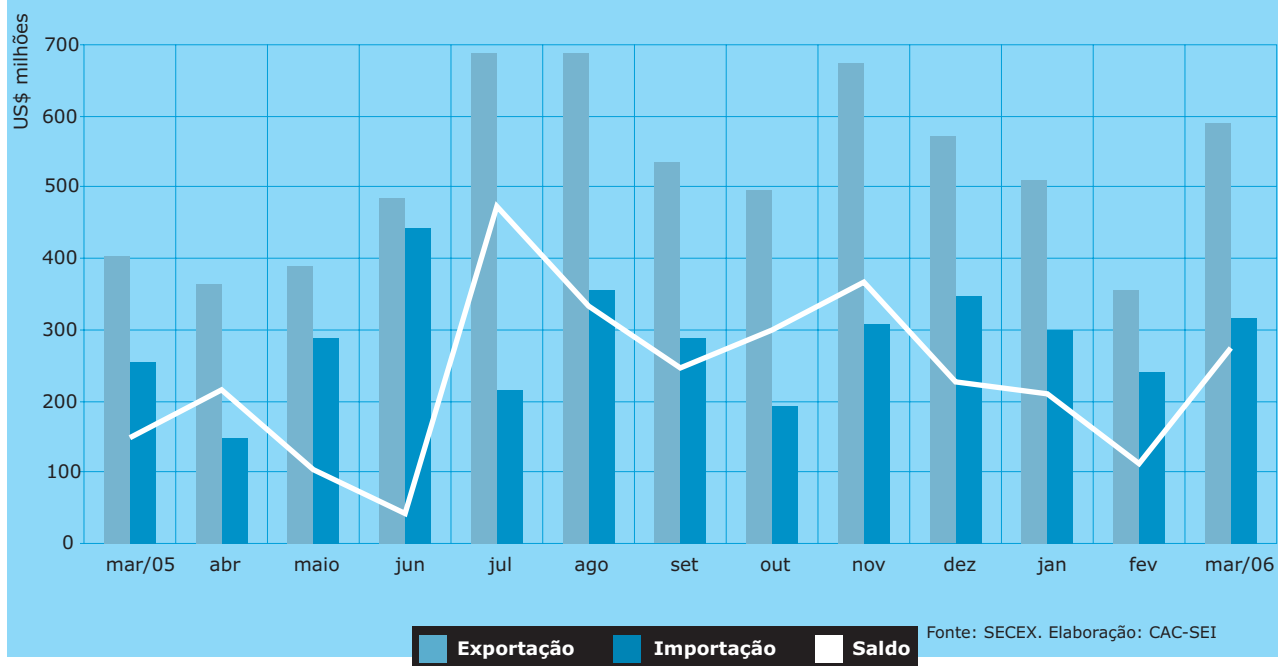
Segundo a PMC (IBGE) o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou para o acumulado dos últimos doze meses até fevereiro/06 crescimento de 36,0% no volume de negócios. Esse desempenho continua sendo explicado pela ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha, verificados nos últimos meses, além da ampliação dos prazos de parcelamento das compras. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos têxteis e vestuário e hiper e supermercados, com 16,1% e 6,3%, respectivamente.

## Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



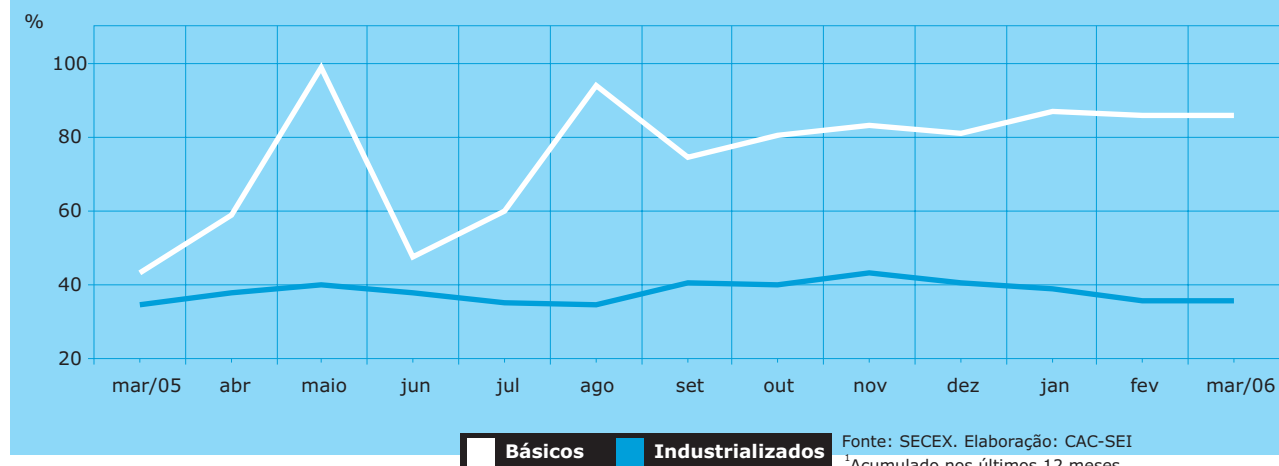
Em março de 2006, foram emitidos 522.000 cheques sem fundos na Bahia. Esse resultado é 26,39% superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação março06/fevereiro06, houve queda de 65,1% no total de cheques sem fundos. Apesar da queda registrada no mês anterior, a taxa acumulada nos 12 meses apresenta crescimento de 6,4%, alterando, assim, a tendência na queda volume de cheques sem fundos emitidos.

## Balança comercial - Bahia



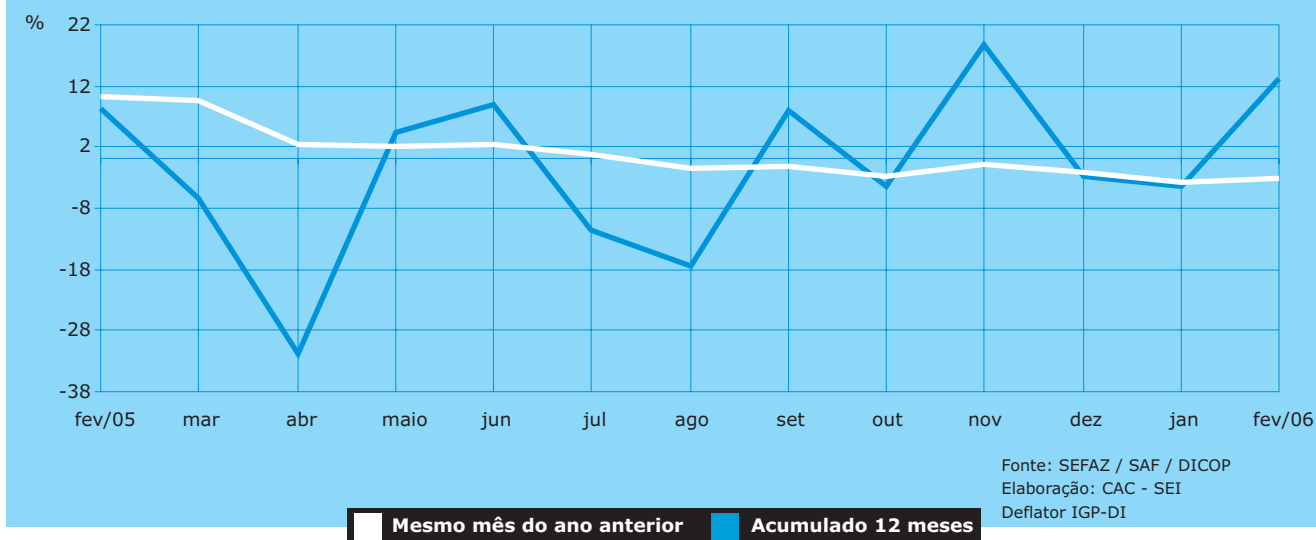
A balança comercial baiana registrou, em março de 2006, um saldo superavitário de US\$ 275,3 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 591,7 milhões, o que representa crescimento de 47% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 316,4 milhões, com um crescimento de 24% em relação a março/2005. Esse desempenho das exportações deve-se forte ao dinamismo comercial entre os países Estados Unidos, México, Argentina, Bahamas e Alemanha, entre outros.

### Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado<sup>1</sup> - Bahia



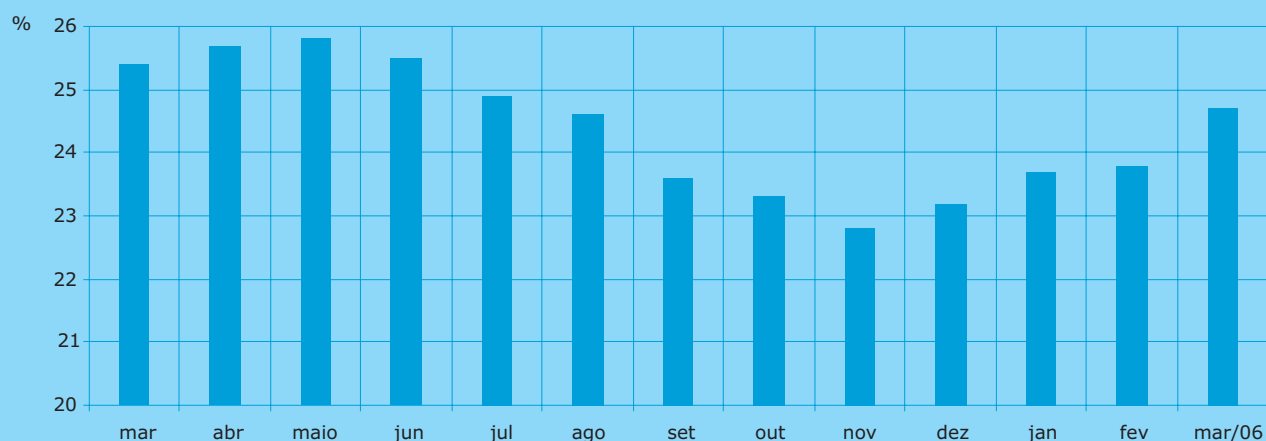
As exportações baianas, por fator agregado, registraram taxa positiva de 85,7% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando, no período, uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram crescimento nas vendas, de 35,6%. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.

### Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



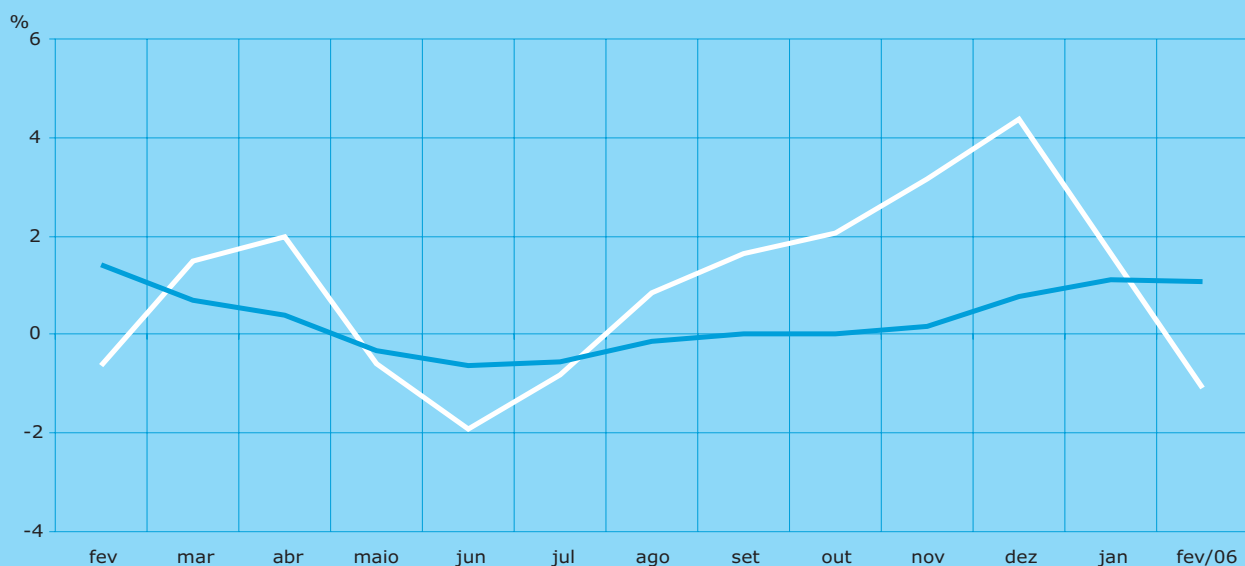
A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de fevereiro de 2006, crescimento de 13,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R\$ 601.436 milhões. Com esse resultado, a arrecadação registra queda de 3,2% nos últimos 12 meses, permanecendo esta taxa negativa desde agosto de 2005. No ano, a arrecadação total é de R\$ 1.219.209 bilhões.

## Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE  
Elaboração: CAC-SEI

No mês de março de 2006, a Pesquisa de Emprego e Desemprego apurou aumento da Taxa de Desemprego na Região Metropolitana de Salvador, comparando-se com igual mês do ano anterior. Possivelmente, resultado de efeitos sazonais, haja vista o fim das contratações temporárias do verão, que colaboraram para a redução de 28 mil postos de trabalho. Assim, a Taxa de desemprego passou de 23,8% (fev/06) para 24,7% da População Economicamente Ativa. O contingente de desempregados foi estimado em 432 mil pessoas, a PEA em 1.750 mil pessoas e o contingente de ocupados em 1.318 mil pessoas.

Taxa de variação do rendimento médio real<sup>1</sup> - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE Elaboração: CAC - SEI  
<sup>1</sup>Ocupados no trabalho principal

■ Mesmo mês do ano anterior ■ Acumulado 12 meses

O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou queda de 1,08% em fevereiro de 2006, comparando-se ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, observou-se variação positiva de 1,06%; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu em fev/06 a R\$ 750,00. Esse resultado pode ser resultado da desaceleração inflacionária.

## Indústria nacional: um barco à deriva ao sabor do vento

Francisco Gimbitzki Marques\*

A inexistência de uma política governamental para a indústria tem como um dos seus principais reflexos a insustentabilidade crescimento industrial. A ocorrência de um crescimento sustentado da indústria está associada a uma série de fatores. Esses fatores podem estar relacionados às variáveis microeconômicas, como a competitividade e a escala de produção, mas, sobretudo, às variáveis macroeconômicas, em que se insere um planejamento governamental de médio e longo prazo que corrobore para uma interação dinâmica entre os diversos ramos da produção. A ausência deste planejamento materializa-se de forma cabal em períodos esporádicos de desenvolvimento industrial (Gráfico 1). Tentar-se-á mostrar através deste artigo que a indústria, de modo geral, é deveras sensível às políticas macroeconômicas e seus impactos na demanda

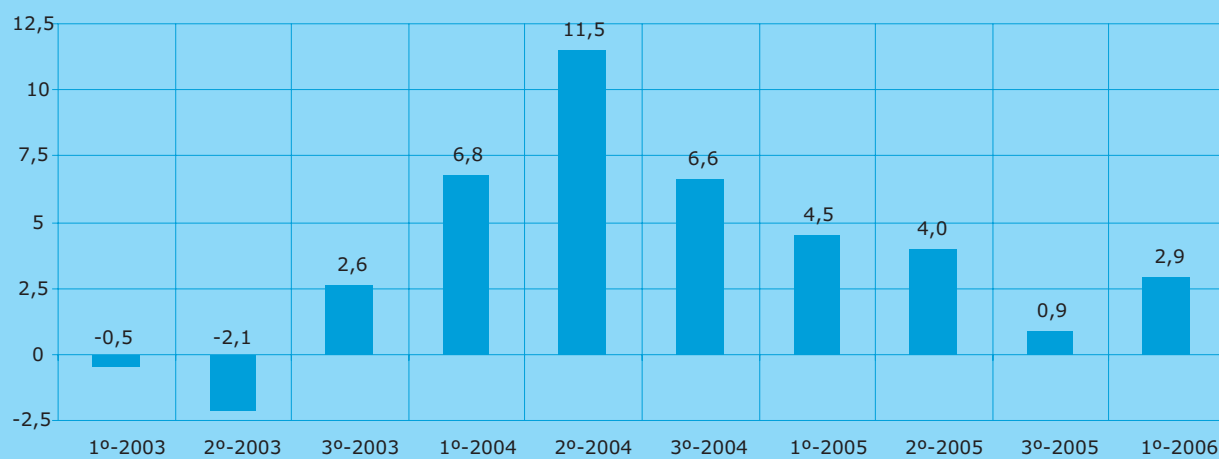
agregada. Para tanto, os resultados apresentados pelo setor industrial neste primeiro quadrimestre de 2006 servirão de base para tal análise.

A indústria nacional tem atuado como um pólo dinamizador da economia neste início de 2006. Apesar da estabilidade da produção física em abril, o crescimento de 2,9% no primeiro quadrimestre do ano, já efetuado sobre uma base crescente (0,9%), reflete um possível ponto de ascendência em novo período de crescimento industrial, como mostra o gráfico a seguir.

A desaceleração do nível de atividade no segundo semestre de 2005 foi acompanhada de uma flexibilização

\* Estudante de Economia (FCE/UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). [chicomarquez@yahoo.com.br](mailto:chicomarquez@yahoo.com.br).

**Gráfico 1 - Variação da produção industrial física (%) - Índice Quadrimestral (em relação ao quadrimestre anterior)**



Fonte: IBGE

**Tabela 1**  
**Variação do PIB\*, Brasil: 1º Trim./2005 - 1º Trim./2006**

| Componentes da Demanda Agregada | 1º Trim. 2005 | 2º Trim. 2005 | 3º Trim. 2005 | 4º Trim. 2005 | 1º Trim. 2006 |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Consumo das Famílias            | 3,3           | 3,1           | 2,7           | 3,4           | 4,0           |
| Consumo do Governo              | 1,1           | 3,1           | 1,3           | 0,8           | 1,6           |
| Formação Bruta de Capital Fixo  | 2,3           | 4,0           | -2,1          | 2,7           | 9,0           |
| Exportação                      | 13,6          | 12,9          | 12,3          | 8,1           | 9,3           |
| Importação (-)                  | 12,2          | 12,7          | 9,4           | 4,3           | 15,9          |
| <b>PIB a Preços de Mercado</b>  | <b>2,8</b>    | <b>4,0</b>    | <b>1,0</b>    | <b>1,4</b>    | <b>3,4</b>    |

Fonte: IBGE

\* Em relação ao trimestre do período anterior

progressiva da política monetária. Este afrouxamento da política monetária tem como causa a diminuição da inflação e a valorização cambial ocorridas no período. Desde setembro de 2005, o Comitê de Política Monetária (COPOM) vem reduzindo a taxa nominal básica de juros da economia (SELIC). Esta redução teve seus efeitos benéficos paulatinamente incorporados ao capital produtivo industrial.

O leve afrouxamento da política fiscal neste começo de ano se expressa em uma pequena redução do superávit fiscal primário de R\$ 44 bilhões para R\$ 40,4 bilhões frente ao mesmo período acumulado até abril de 2005, isto é, uma redução de 8,2%, em termos nominais, o que, todavia, ainda representa um valor bastante elevado do PIB (6,38%). Já no acumulado dos últimos 12 meses, o superávit é de 4,54% do PIB (R\$ 89,9 bilhões). Esta leve expansão das políticas monetária e fiscal, acompanhada de um aumento do salário

mínimo e da ampliação do crédito ao consumidor, provocou um certo reaquecimento da demanda interna, conforme a Tabela 1.

O consumo das famílias cresceu 4% no primeiro trimestre de 2006, o investimento 9% e o consumo governamental 1,6%. Isto já reflete parcialmente o aumento da massa salarial (salário-mínimo) e do crédito, o maior teto do bolsa-família e sua generalização, a correção da tabela do IR em 8%, o reajuste de 5% para os aposentados, o pacote de redução do IPI para a construção civil e a maior oferta de crédito do setor imobiliário.

A demanda externa continua a evoluir: as exportações apresentaram alta de 9,3% neste mesmo período, superada em muito, porém, pelo crescimento das importações (15,9%). Com o câmbio fortemente valorizado, na ordem de 32%, em termos nominais, os produtos importados tornaram-se relativamente mais baratos no

**Tabela 2**  
**Produção industrial física segundo categorias de uso, Brasil: Abr/2006**

| Categorias de uso           | Variação (%) |             |            |            |
|-----------------------------|--------------|-------------|------------|------------|
|                             | Mês/Mês*     | Mensal      | Acumulado  |            |
|                             |              |             | No Ano     | 12 meses   |
| Bens de Capital             | 0,0          | -0,3        | 6,7        | 4,9        |
| Bens Intermediários         | -0,1         | -1,7        | 1,6        | 0,8        |
| Bens de Consumo             | 0,9          | -1,8        | 4,3        | 4,9        |
| Duráveis                    | 1,7          | 0,5         | 10,9       | 10,6       |
| Semiduráveis e não-duráveis | 1,3          | -2,5        | 2,4        | 3,4        |
| <b>Indústria Geral</b>      | <b>0,0</b>   | <b>-1,9</b> | <b>2,9</b> | <b>2,6</b> |

Fonte: IBGE

\* com ajuste sazonal

mercado nacional, seja abarcando ou criando novos nichos de mercado dos produtos nacionais. As exportações, entretanto, desaceleraram um pouco frente aos valores que apresentaram no ano passado, isto se respalda na diminuição relativa do ritmo de incremento do saldo da Balança Comercial e na leve retração do *quantum* exportado (BACEN). Por outro lado, as exportações evidenciam ainda dinamismo e competitividade externa em sua maioria, levando o governo federal a esperar um saldo na Balança Comercial de, aproximadamente, US\$ 40 bilhões para 2006.

A partir das categorias de uso, verifica-se que as indústrias de bens de capital e de bens intermediários obtiveram um resultado pífio no mês de abril e ambas têm sofrido perdas provocadas pela valorização cambial. A primeira manteve-se estável na comparação mensal e teve uma pequena queda (0,3%) em relação ao mesmo período do ano passado. Apesar disso, acumula, no ano, um incremento de 6,7%. Vale salientar que este incremento se encontra de forma desigual e concentrada, conforme a Tabela 3.

Os bens de capital apresentaram alta de 6,7% neste ano, possivelmente como demonstração de que um aumento do produto potencial da indústria nacional pode estar sendo efetivado com uma base de bens de capital importados maior, haja vista, que um paulatino processo de crescimento industrial não é acompanhado pelas indústrias produtoras de bens de ca-

pital, vistas de forma desagregada (Tabela 3). O desempenho da indústria de bens de capital agrícola e de peças agrícolas, -17,8% e -35,4%, reflete a baixa expectativa do setor, que sofre um revés com uma safra aquém ao previsto, além de problemas como a febre aftosa e a gripe aviária. Todavia, o desenvolvimento dos bens de capital da construção civil e do setor energético, puxando o capital de uso misto, representa sinergias na economia: um maior número de empreendimentos na construção civil e o aumento do investimento na geração e distribuição de energia. O setor de transportes produziu menos neste período do ano, tendo apresentado como uma das possíveis causas para tal fenômeno, um baixo nível de investimento do setor governamental, principalmente devido ao contingenciamento.

O investimento na formação bruta de capital fixo está intrinsecamente relacionado à taxa SELIC. Sua parca e cadente redução representa um aumento do investimento, na medida em que os agentes produtivos decidem investir, comparando as expectativas de ganho no mercado financeiro e as expectativas de ganho com o investimento (Eficiência Marginal do Capital). Vislumbra-se, pois, que o aumento na produção de bens de capital pode ser interpretado como consequência direta da política monetária, mas também da política cambial em seu regime flutuante (valorização do Real) e da política fiscal (maiores gastos e redução do IPI).

**Tabela 3**  
**Índices especiais de bens de capital, Brasil: Abr/2006**

| Segmentos                                          | Variação (%) |           |          |
|----------------------------------------------------|--------------|-----------|----------|
|                                                    | Mensal       | Acumulado |          |
|                                                    |              | 12 meses  | 12 meses |
| Bens de capital para fins industriais              | -7,1         | -1,6      | -2,8     |
| Bens de capital para fins industriais seriados     | -7,4         | -3,0      | -4,5     |
| Bens de capital para fins industriais não-seriados | -5,0         | 7,5       | 9,0      |
| Bens de capital agrícolas                          | -18,6        | -17,8     | -34,9    |
| Bens de capital peças agrícolas                    | -20,6        | -35,4     | -64,9    |
| Bens de capital para construção                    | 8,1          | 17,8      | 27,4     |
| Bens de capital para o setor de energia elétrica   | 28,7         | 40,8      | 37,1     |
| Bens de capital equipamentos de transporte         | -6,9         | -2,8      | 2,1      |
| Bens de capital de uso misto                       | 5,0          | 14,1      | 8,1      |

Fonte: IBGE

Os bens intermediários, nos 12 últimos meses, subiram apenas 0,8%, enquanto que a produção global cresceu 2,6%, permitindo algumas inferências. Mesmo que esteja havendo uma reestruturação produtiva em alguns setores da economia, juntamente com o aumento da capacidade produtiva, ela não é suficiente para explicar este descompasso entre ambos. Pesquisas independentes e os órgãos de estatística oficiais (BACEN e IBGE) têm demonstrado que ocorre uma substituição de insumos nacionais por seus congêneres importados. Os importados, no mês de março, subiram 17% em relação ao mês anterior. A alta competitividade dos produtos internacionais, aliada às baixas tarifas de importação e ao câmbio valorizado contribuiu para tal resultado.

O mesmo acontece com os bens de consumo, cuja importação cresceu 34% só no mês de março, o que representou aproximadamente US\$ 2 bilhões. Neste segmento, entretanto, o impulso do mercado consumidor nacional continua vigoroso, permitindo que a indústria nacional se beneficie. Esta expansão de mercado é evidenciada pelo aumento de 0,9% em relação a março e, no acumulado anual, de 4,3%. A queda de 1,8%, em maio/2006, pode ser relativizada, dado que o mês de abril do ano de 2005 teve um resultado excepcional.

Este bom resultado teve como força motriz o consumo de bens duráveis (10,9% no período de jan-abr/2006 e 10,6% nos últimos 12 meses). Entre os principais artigos eletroeletrônicos demandados, encontram-se televisores, microcomputadores e acessórios de informática. A proximidade da Copa do Mundo de futebol causou um “boom” na compra de televisores, em especial, os de grandes polegadas e de tela plana.

Dos 23 setores pesquisados pelo IBGE, quatorze expandiram a produção e nove a retraíram. Os destaques positivos, com maior importância para o nível de produção, foram a metalurgia básica (4,2%) e bebidas (3,5%). Os destaques negativos: farmacêutica (-7,0%) e alimentos (-1,5%), que exerceram as principais pressões negativas. O patamar alto em que se encontra o preço das *commodities* minerais pode ser evidenciado como um dos fatores para o bom resultado da metalurgia básica, assim como o período festivo associado à Copa do Mundo de futebol pode explicar o crescimento do setor de bebidas. Levando-se a inferir que tal crescimento não se respalda em um projeto sus-

## **Pesquisas independentes e os órgãos de estatística oficiais (BACEN e IBGE) têm demonstrado que ocorre uma substituição de insumos nacionais por seus congêneres importados**

tentado de crescimento com vista a médio e longo prazo; apenas fatores conjunturais momentâneos promovem este fenômeno positivo, tornando-o vulnerável a pequenas mudanças conjunturais.

O porquê da queda da indústria farmacêutica necessita ser investigado com mais rigor. Este resultado pode ser relativizado, considerando-se que se trata de uma queda pontual e tendo em vista que no mês anterior houve um aumento significativo e considerando ainda que o inverno este ano chegou mais cedo. Quanto à indústria de alimentos, a perda relaciona-se ao mau momento vivenciado pela agropecuária.

Regionalmente, observam-se as discrepâncias de crescimento interno, sem uma política central unificadora que fomenta a correção das distorções e o desenvolvimento sustentável. Este ajuste parece estar ocorrendo de forma “desigual”, quando verificamos apenas o resultado mensal (Sul e Sudeste têm arrefecimento, enquanto que as regiões Norte – especialmente o estado do Pará – e Nordeste crescem). Por outro lado, os resultados desaconselham tal conclusão, pois quanto maior a série histórica analisada, maiores serão as discrepâncias encontradas.

É importante minimizar o impacto da queda relativa ao mês de abril/2006, haja vista que nesse período houve apenas 18 dias úteis, quando o normal são 20. Portanto, a queda de 1,9% da produção brasileira pode até representar um número positivo, segundo o IBGE. Ainda com o resultado pouco animador do mês de abril, no ano de 2006, tem-se um crescimento de 2,9%. Em abril, destacaram-se Pará (10,2%), Pernambuco (8,6%), Bahia (5,2%), Espírito Santo (1,3%), Minas Gerais (1,2%) e região Nordeste (1,2%), que mostraram taxas positivas, enquanto que Santa Catarina (-10,2%), Amazonas (-9,0%), Rio Grande do Sul (-8,9%), Paraná (-6,3%), Goiás (-4,9%) e São Paulo (-1,2%) apresentaram retração da produção industrial.

Os estados da região Sul acumulam perdas anualizadas nos últimos doze meses, visto que seus mercados industriais são bastante vulneráveis à flutuação do câmbio e dependentes da agropecuária. Os setores de calçados, têxtil, vestuário e móveis preponderam nestes estados, dada a enorme concorrência que sofrem no mercado internacional, em especial com os manufaturados chineses e o nível de valorização de Real. Como exemplo emblemático da perda de competitividade desses estados, ressalta-se o Paraná, com queda acumulada de 5,7% no ano e decréscimo de 6,3% em relação a março. A capacidade instalada chegou a 77% no mês de março, com queda nas vendas de madeira, vestuário e calçado (-63,7% em relação aos números de 2005), além de perdas com a aftosa e a prolongada estiagem. Entre as perdas mensais, destacaram-se: 21,4% no setor de veículos automotores, 7,4% em refino de petróleo e produção de álcool e 9,8% no setor de madeira.

A queda do principal parque industrial do País, São Paulo, “puxou” o índice industrial brasileiro para baixo. As indústrias farmacêuticas (-21,2%), de produtos de metal (-9,2%) e de máquinas equipamentos (-4,0%) apresentaram diminuição, mas contribuíram positivamente, refi-

no de petróleo e produção de álcool (18,8%) e edição e impressão (13%). A dinâmica industrial continua elevada, apesar disso, deve-se compreender este resultado como relativo (dias úteis menores) e pontual.

Apesar de o estado do Amazonas ter uma variação negativa de 9%, a zona franca de Manaus continua a “todo vapor”, pois a demanda de bens de consumo está alta. Os piores dados são: material eletrônico e equipamentos de comunicações (-10,3%), que podem ser atribuídos à menor produção de telefones celulares e a uma base de comparação alta (abril de 2005). Alimentos e bebidas e produtos químicos apresentaram queda de 15,7% e 38,4% respectivamente, principalmente em função da menor produção de vários produtos, como xarope para a elaboração de bebidas e refrigerantes, no primeiro caso e de filmes e papéis fotográficos, no segundo. Os maiores impactos positivos encontram-se em edição e impressão (26,7%) e outros equipamentos de transporte (4,9%), devido ao incremento em fitas de vídeo e magnéticas e motocicletas e suas peças e acessórios.

A Região Nordeste cresceu 1,2% frente a abril de 2005. Os estados que possibilitaram este aumento foram

**Tabela 4**  
**Produção física industrial regional, Brasil: Abr/2006.**

| Locais            | Taxa de Variação (%) |            |            |
|-------------------|----------------------|------------|------------|
|                   | Mensal               | Acumulado  |            |
|                   |                      | Jan - Abr  | 12 meses   |
| Amazonas          | -9,0                 | 3,9        | 7,9        |
| Pará              | 10,2                 | 12,0       | 6,0        |
| Região Nordeste   | 1,2                  | 2,9        | 1,2        |
| Ceará             | 0,0                  | 7,8        | -1,1       |
| Pernambuco        | 8,6                  | 4,4        | 3,6        |
| Bahia             | 5,2                  | 6,3        | 4,8        |
| Minas Gerais      | 1,2                  | 5,0        | 5,5        |
| Espírito Santo    | 1,3                  | 2,0        | 0,5        |
| Rio de Janeiro    | 0,0                  | 3,7        | 2,6        |
| São Paulo         | -1,2                 | 3,2        | 3,0        |
| Paraná            | -6,3                 | -5,7       | -2,0       |
| Santa Catarina    | -10,2                | -1,6       | -2,9       |
| Rio Grande do Sul | -8,9                 | -3,6       | -3,6       |
| Goiás             | -4,9                 | -0,3       | 1,0        |
| <b>Brasil</b>     | <b>-1,9</b>          | <b>2,9</b> | <b>2,6</b> |

Fonte: IBGE

Pernambuco (8,6%) e Bahia (5,2%). A evolução setorial mais expressiva foi em celulose e papel (34,4%), metalurgia básica (10,3%) e indústria têxtil (9,4%). Por outro lado, apresentaram diminuição da produção industrial: produtos químicos (-4,4%) e alimentos e bebidas (-4,1%). O Nordeste tem seu crescimento centrado na produção industrial em larga escala, em que pese o nível de oferta de insumos (matérias-primas e mão-de-obra) baratos.

As horas trabalhadas na indústria expandiram-se 0,69% em abril/2006, em comparação a março, com ajuste sazonal, e 1,27% no ano. Além disso, a capacidade instalada foi de 81,1%, contra 80,8% em março; esse aumento, porém, não altera a trajetória de estabilidade do indicador em torno de 81%, segundo a CNI. Em abril deste ano, o consumo de energia também aumentou e o emprego industrial ampliou-se em 1,04%, relativamente a março – a maior taxa de crescimento do emprego para um mês de abril em toda a década. Parece, também, que se encerrou o período de ajustes de estoques industriais iniciado no segundo semestre de 2005. Por outro lado, as vendas reais da indústria de transformação recuaram 1,35% em abril/2006, relativamente a março, mas ainda estão altas no ano.

Um dos fatos que corroboraram para o aumento do nível de atividade do capital industrial foi o incremento da rentabilidade nas empresas nacionais, em geral, causado pelo aumento do lucro financeiro. Mesmo com perdas operacionais, as empresas tornaram-se mais rentáveis que seus concorrentes estrangeiros, devido a ganhos no mercado financeiro nacional. Este fenômeno mostra como as empresas e, em especial, as grandes indústrias defendem-se das “volatilidades” do mercado consumidor e da volatilidade do mercado financeiro.

Os pontos discutidos neste texto sinalizam para o fato de que fica a tendência de uma possível expansão da indústria e talvez uma retomada do crescimento industrial. Espera-se, entretanto, para o segundo semestre um leve arrefecimento da expansão, em função da elevada carga tributária, do recuo no consumo governamental e da valorização cambial.

A expansão da indústria brasileira impulsionadora do crescimento trimestral do PIB foi auferida por uma pe-

**Um dos fatos que corroboraram para o aumento do nível de atividade do capital industrial foi o incremento da rentabilidade nas empresas nacionais**

quena mudança nas políticas macroeconômicas, no sentido de fomentar a demanda agregada. Há de se questionar, então, quão forte seria o impacto de uma política industrial de longo prazo no desenvolvimento nacional? Ter-se-ia, finalmente, taxas de crescimento trimestrais como os 4,6% da Rússia, os 9,3% da Índia ou os 10,3% da China neste início de 2006? A premência da criação e adoção de um projeto de país se torna, pois, patente.

## Referências

IBGE. Indicadores. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 jun. 2006.

IEDI. Indicadores Econômicos. Disponível em: <http://www.iedi.org.br> Acesso em 08 jun. 2006.

LIMA, Marli. Câmbio e crise agrícola afetam indústria do Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 abr. 2006. p. A3.

MERCADO FARMACÊUTICO cresce, após anos de queda. Disponível em: <http://www.cbcde.org.br/pt/noticia/noticia.php?newsid=00757> Acesso em: 10 jun. 2006.

NEUMANN, Denise. Em silêncio, bens de consumo importados invadem o mercado. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 abr. 2006. p. A3.

NEUMANN, Denise e MIERO, Nelson. Ganho financeiro ameniza efeito da valorização do Real no trimestre. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 maio 2006. p. B1.

SALGADO, Raquel, WATANABI, Marta. São Paulo puxa crescimento da indústria. *Valor Econômico*, São Paulo, 10 jun. 2006. p. A3. ■

# Os limites da política fiscal brasileira

João Augusto Pessoa Lepikson

Desde que o Brasil adotou a inserção na globalização financeira como modelo de desenvolvimento, suas possibilidades de intervenção na própria política macroeconômica ficaram bastante limitadas. Esse modelo impõe uma condução contínua e previsível de estabilização da economia, de forma a dar garantias de retorno aos investimentos e afastar qualquer incerteza do mercado financeiro a respeito de um possível *default*.

Resta, conseqüentemente, à política fiscal um papel secundário: independentemente dos respingos provenientes das políticas de juros e cambial; cabe à política fiscal o papel de fiadora da política econômica, de garantir superávits primários suficientes para manter a relação dívida/PIB, principal índice de solvência da dívida, em nível aceitável pelos investidores. Os gastos discricionários são tratados, então, como meros resíduos, sobras da economia necessárias para o pagamento dos juros da dívida.

A fórmula encontrada para alcançar esses consecutivos superávits talvez esteja chegando ao seu ponto de saturação. O nível de arrecadação e a possibilidade de corte nos gastos discricionários atingem seus limites.

Neste artigo, a partir de uma análise conjuntural, serão levantados números referentes às contas do setor pú-

blico, com o objetivo de suscitar o debate sobre os limites dessa política econômica que subordina a ação do Estado à estabilização da economia, relegando à política fiscal um papel meramente passivo.

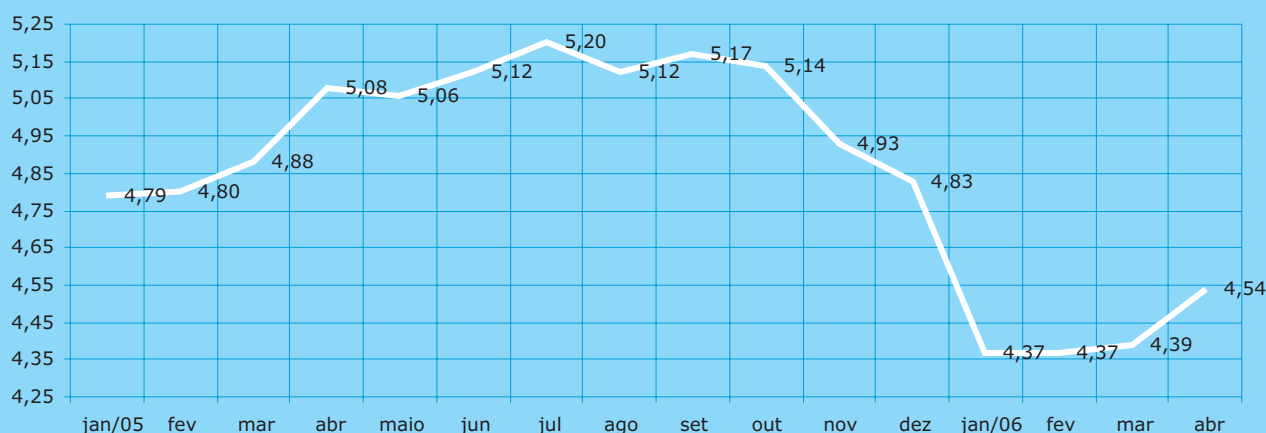
Há um enorme barulho a respeito das contas do setor público, sobre os excessivos gastos em ano eleitoral, e sobre a possibilidade de não cumprimento da meta de superávit primário.

Os dados do primeiro quadrimestre do ano realmente mostram uma queda do superávit em relação ao ano passado, porém, o valor acumulado em 12 meses (4,54%) ainda está bem acima da meta de 4,25% (Gráfico 1). Contrariando as expectativas da oposição, tanto em março quanto em abril, o superávit primário foi tão expressivo que o dinheiro economizado foi mais que suficiente para pagar os juros que incidiram sobre a dívida pública, o que muito raramente ocorre, pois, normalmente, o superávit só cobre parte dos encargos e o resto precisa ser refinanciado, aumentando o estoque da dívida.

Em abril, impulsionado pela arrecadação tributária sem precedentes, o governo federal fez um aperto fiscal

\* Graduando da Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA e bolsista do NEC. japlekson@yahoo.com.br

**Gráfico 1- Superávit primário do setor público acumulado em 12 meses, em % do PIB**



Fonte: Banco Central

recorde de R\$ 14,9 bilhões. Somando este resultado aos três primeiros meses do ano, foram destinados por parte do governo federal R\$ 29,608 bilhões para o pagamento da dívida. Este número ajuda a compor um superávit primário do setor público (Governo Central, Governos regionais e empresas estatais) de 4,66% do PIB nos quatro primeiros meses do ano.

Apesar de estar muito acima da meta, houve uma queda em relação aos quatro primeiros meses do ano passado (5,03%). Essa queda, todavia, é justificável. Além de, no ano passado, o aperto ter sido extremamente forte, os gastos em 2005 se concentraram no segundo semestre. Porém, em ano eleitoral, a legislação proíbe a contratação de novos gastos a partir de julho, o que faz com que os gastos sejam distribuídos de maneira mais uniforme no decorrer do ano.

O ponto de apoio dos comentários de muitos críticos é o recorrente aumento dos gastos do governo federal. Esses gastos, segundo dados do Tesouro Nacional, cresceram 14,5% nos três primeiros meses de 2006 em relação ao mesmo período do ano passado. As despesas da União, da Previdência Social e do Banco Central aumentaram R\$ 11,3 bilhões no trimestre, chegando a R\$ 88,879 bilhões. Em 2005 esse número havia sido R\$ 77,621 (Tabela 1).

O grande problema é que o crescimento dos gastos é explicado pela constante expansão das despesas obrigatórias que perfazem cerca de 90% das despe-

sas totais do governo federal e já representam aproximadamente 17,5% do PIB (Gráfico 2). Assim, restam apenas cerca de 10% do orçamento para os gastos não obrigatórios, o que dificulta ainda mais a realização de cortes.

O Gráfico 2 mostra o grande crescimento das despesas permanentes, que alimenta a visão conservadora em favor da redução das despesas obrigatórias, principalmente da previdência, e das vinculações das receitas. Essa visão defende a idéia de que a medida mais urgente para um ajuste fiscal eficaz é justamente flexibilizar as receitas.

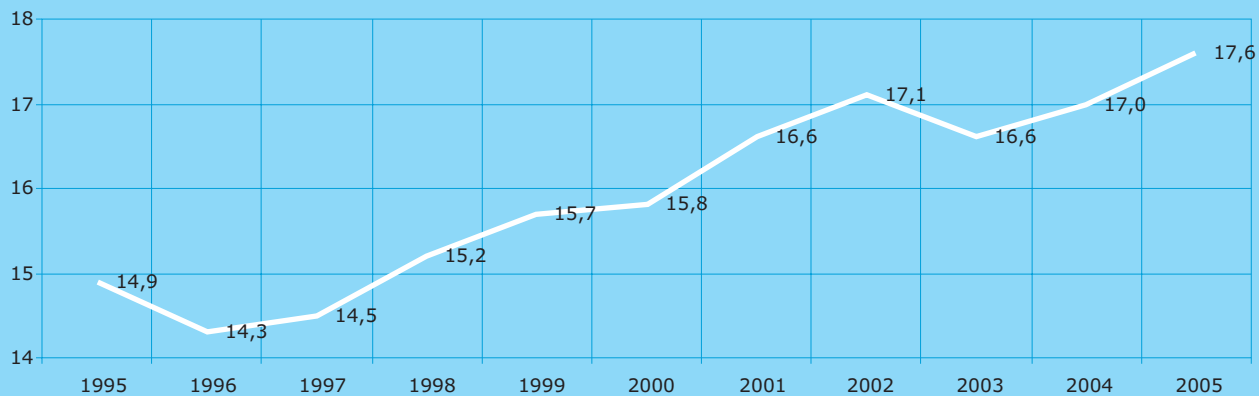
A desvinculação de receitas precisa ser tratada com muito cuidado. Corre-se sempre o risco de que, havendo possibilidade de maior manejo das despesas, aconteça um desvio de verbas das áreas já extremamente carentes para, por exemplo, cobrir emendas parlamentares “eleitoreiras”, sem falar na composição do superávit primário com a dotação orçamentária que seria vinculada à saúde ou à educação. As vinculações são feitas justamente para cobrir carências de áreas chaves.

Em abril, a arrecadação de impostos e tributos federais alcançou R\$ 34,97 bilhões, recorde para o mês e segunda melhor arrecadação mensal da série histórica. O valor representa um aumento real de 5,29% em relação ao mesmo mês de 2005. No acumulado do ano, a arrecadação federal chega a R\$ 125,624 bilhões,

**Tabela 1**  
**Receitas e despesas\*, Brasil: Jan-Mar/2005 - Jan-Mar/2006**

| Discriminação do resultado primário do Gov. Central  | 2005          | 2006          |
|------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Receita do Tesouro                                   | 90,92         | 98,49         |
| Receita da Previdência                               | 23,65         | 26,72         |
| Receita BC                                           | 0,3865        | 0,33529       |
| <b>Receita Total</b>                                 | <b>114,96</b> | <b>125,56</b> |
| Transf a Estados e Municípios                        | -20,30        | -22,07        |
| Receita Líquida do Tesouro                           | 94,66         | 103,49        |
| Despesa do Tesouro                                   | 44,99         | 51,92         |
| Despesa da Previdência                               | 32,24         | 36,61         |
| Despesa do BC                                        | 0,39          | 0,34          |
| <b>Despesa Total</b>                                 | <b>77,62</b>  | <b>88,88</b>  |
| <b>Resultado primário do Gov. Central</b>            | <b>17,04</b>  | <b>14,61</b>  |
| <b>Resultado primário do Gov. Central (% do PIB)</b> | <b>3,89</b>   | <b>3,06</b>   |

Fonte: Tesouro Nacional  
\*Em bilhões de Reais

**Gráfico 2 - Despesas permanentes do Governo Federal (em % do PIB)**

Fonte: Ministério do Planejamento

valor 2,67% superior ao mesmo período do ano passado (Gráfico 3). A Receita Federal estima, inclusive, que a arrecadação adicional deste ano vá suprir com folga a desoneração e renúncia fiscal prevista em torno de R\$ 19 bilhões.

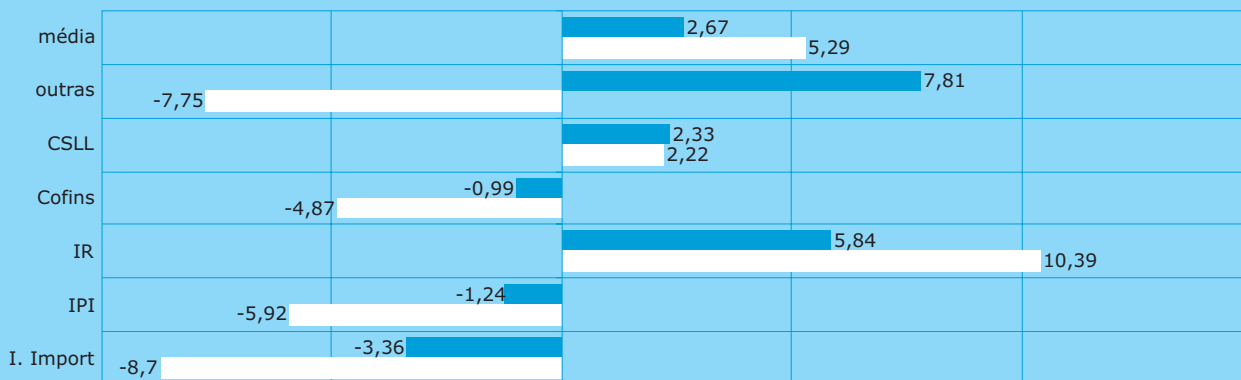
Segundo a Receita Federal, o bom desempenho da arrecadação de abril teve como principal motivo a tributação (Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL) sobre os ganhos do setor de refino de petróleo, fruto do aumento do preço do combustível.

Apesar de toda essa arrecadação adicional, calcula-se que o governo não conseguiria alcançar a meta de superávit primário sem um contingenciamento drástico de suas despesas. Preocupada com a possibilidade de que gastos não previstos comprometam a meta principal da política fiscal, a equipe econômica resolveu acrescentar ao corte de R\$ 14,1 bilhões um blo-

queio extra de R\$ 5,6 bilhões nos gastos previstos para este ano (Tabela 2).

Esse recente bloqueio ratifica a lógica da complementaridade da política fiscal, ou seja, o superávit fiscal colocado em primeiro lugar relega a segundo plano os gastos discricionários, ou melhor, relega-os à condição de resíduo, necessários para manter a idéia de sustentabilidade da relação dívida/PIB, mesmo que à custa de uma carga tributária exorbitante (e regressiva) e que os cortes atinjam aqueles que mais precisam dos serviços públicos.

Por isso, na tentativa de melhorar alguns indicadores, que supostamente estariam ligados à credibilidade na condução da política econômica, o governo brasileiro vem trabalhando com a estratégia de enxugar a dívida externa. Entre janeiro e março deste ano, foram resgatados US\$ 10,2 bilhões em títulos da dívida externa que só venceriam ao longo dos próximos 18 anos. A estima-

**Gráfico 3 - Variação na arrecadação de tributos federais (%)**

■ Jan/05 - Abr/06 ■ variação abr 06/05

Fonte: Receita Federal do Brasil

**Tabela 2**  
**Contingenciamento orçamentário, Brasil, 2006** (R\$ Bilhões)

| Órgão           | Orçamento       |                | %            |
|-----------------|-----------------|----------------|--------------|
|                 | Aprovado        | Contingenciado |              |
| Agricultura     | 1.224,1         | 544,6          | 44,49        |
| Educação        | 8.387,6         | 560,6          | 6,68         |
| Minas e Energia | 605,8           | 119,5          | 19,73        |
| Previd. Social  | 1.176,8         | 389,4          | 33,09        |
| Saúde           | 36.703,8        | 598,2          | 1,63         |
| Transportes     | 5.843,9         | 2.275,4        | 38,94        |
| Cultura         | 534             | 193,3          | 36,20        |
| Esportes        | 876,5           | 501,6          | 57,23        |
| Defesa          | 5.884,8         | 1.169,3        | 19,87        |
| Integ. Nacional | 2.074,2         | 1.290,9        | 62,24        |
| Turismo         | 946,8           | 946,8          | 100,00       |
| Cidades         | 2.887,6         | 1.836,1        | 63,59        |
| <b>Total</b>    | <b>92.112,3</b> | <b>1.4067</b>  | <b>15,27</b> |

Fonte: Ministério do Planejamento

tiva do Tesouro Nacional é que, em função desse resgate antecipado, sejam economizados em pagamentos de juros US\$ 4,5 bilhões. Um fator psicológico talvez contribua positivamente para essa estratégia: dos US\$ 10,2 bilhões resgatados, US\$ 6,6 bilhões se referem à *bradies*, títulos emitidos após a renegociação com credores que se seguiu à moratória decretada no governo Sarney. A estimativa é que, ao longo deste ano, sejam resgatados, ao todo, US\$ 20 bilhões da dívida externa.

O texto distribuído pelo Tesouro Nacional para anunciar essa recompra dos *bradies* diz que, com essa operação “o Tesouro completa a faxina da dívida externa”. Este documento faz referência a outras medidas tomadas pelo governo, como o pagamento antecipado de US\$ 15,5 bilhões da dívida do Brasil com o FMI feito no ano passado. As reservas internacionais hoje estão em cerca de US\$ 63,3 bilhões.

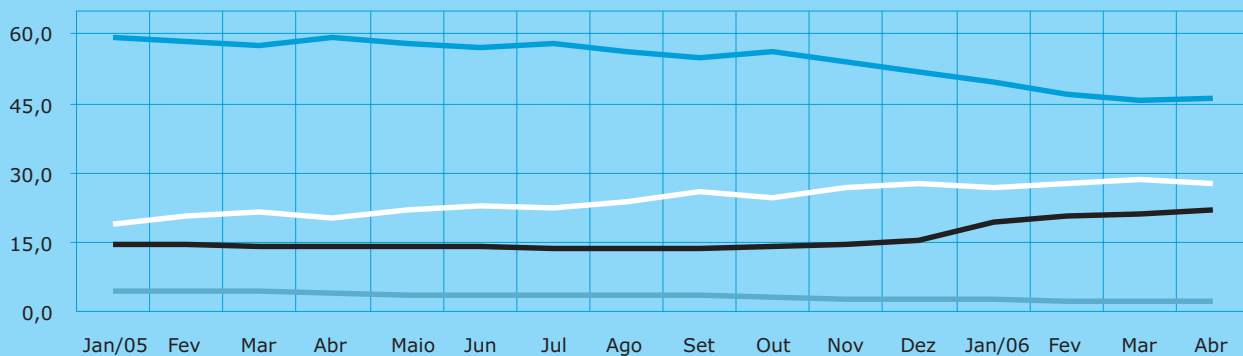
A recente volatilidade dos mercados financeiros, porém, inibiu o apetite estrangeiro, registrando-se, com isso, queda da participação de suas instituições nos leilões de títulos da dívida. Essa retração não só prejudicou o volume de títulos que se desejava colocar, mas também o desejado alongamento de prazo, que recuou de 29,53 meses em março para 29,31 em abril.

Essa recente deterioração do perfil da dívida pública brasileira não se resume ao prazo médio de vencimen-

to. A participação dos papéis com vencimento em até 12 meses aumentou de 38,43% em março para 40,10% em abril. Este número é muito importante, já que os detentores desses papéis de curtíssimo prazo têm sempre a possibilidade de migrar para os títulos mais rentáveis do momento.

Essa piora foi fruto, essencialmente, das dificuldades encontradas para colocar papéis de longo prazo no exterior, como as LTNs de 24 meses, remuneradas por índices de preços, já que muitos investidores estão receosos quanto ao futuro das taxas de juros estadunidenses. Com isso, a participação dos títulos prefixados, preferidos pelo Tesouro, caiu de 28,78%, em março, para 27,61% em abril, enquanto que aqueles remunerados pela taxa SELIC aumentaram sua participação de 45,61% para 46,11%, invertendo um longo processo anterior (Gráfico 4).

A dívida mobiliária em poder do público acusou estabilidade em março e, redução de R\$ 18,44 bilhões do seu estoque em abril, fato que não acontecia há muitos meses (Gráfico 5). Esse resultado, porém, não deve ser visto com entusiasmo exagerado, já que não foi apenas um reflexo da queda do déficit nominal do governo central, mas sim da mudança das condições do mercado financeiro internacional que reduziu a possibilidade de colocação de papéis soberanos; logo, os resgates superaram as emissões e juros.

**Gráfico 4 - Evolução do perfil da DPMF (%)**

Fonte: Bacen

Em função do recente contexto de volatilidade dos mercados financeiros, dos R\$ 35 bilhões que o Tesouro havia programado emitir no mês de abril, só foram efetivamente emitidos R\$ 20,3 bilhões. Conjugadas a essa menor emissão de títulos, foram resgatados R\$ 21,9 bilhões, em março, e R\$ 47 bilhões em abril, o que ocasionou a esporádica redução do estoque nominal da dívida mobiliária brasileira.

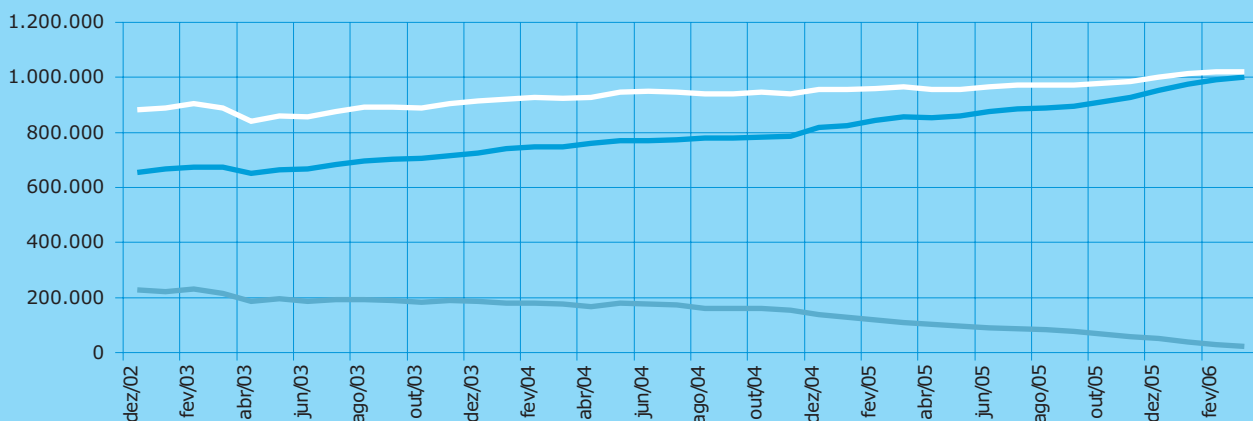
Todo esse esforço para melhora da relação dívida/PIB surtiu um pequeno efeito. Em abril apurou-se uma queda de 0,08 p.p., caindo para 51% – em março, quando esta relação representava 51,8% (Gráfico 6).

A questão que se coloca é se a necessária cobertura que a política fiscal tem dado à política monetária de meta rígida de inflação, tendo como instrumento taxa de juros elevadas, não se faz a um custo muito alto, já

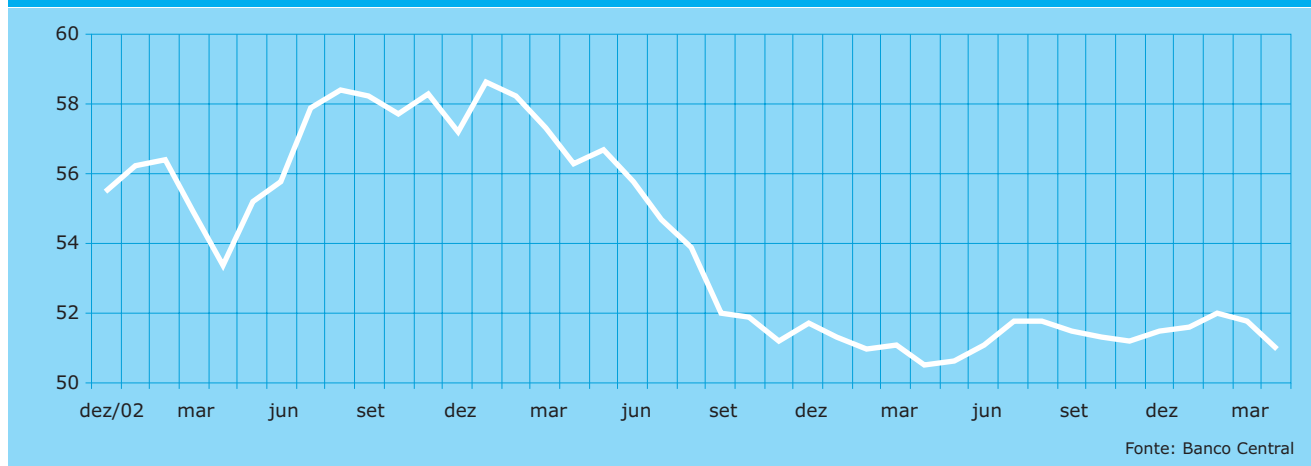
que esses custos recaem, sobretudo, sobre a população mais necessitada, que acaba sendo privada de serviços públicos essenciais.

Há que se repensar o papel da política fiscal sob pena de ampliação dos já extremados conflitos sociais. A política fiscal tem um papel importantíssimo a cumprir dentro da política econômica, um papel muito além daquele de servir como fiadora das condições de rentabilidade para os que investem na dívida pública.

Até agora, o modelo de política econômica de estabilização foi exitoso, apesar de o seu objetivo único de atingir a meta de inflação ser passível de severas críticas. Porém, deve-se ter em mente que esse modelo tem limites não apenas numéricos. Está se falando de investimento em saúde, educação, lazer, transporte; enfim, da qualidade de vida da população, ou mesmo

**Gráfico 5 - Dívida líquida do setor público (em mil R\$)**

Fonte: IPEADATA

**Gráfico 6 - Dívida setor público/PIB (em %)**

da infra-estrutura que representa um dos entraves ao crescimento. Os gastos que podem ser direcionados estão em um nível muito aquém do necessário e a carga tributária um teto está acima do sustentável.

Há, sim, que se pensar em um ajuste fiscal, mas, há que se repensar, em paralelo, a função do Estado, a quem ele serve e pra quem funciona. O baixo crescimento e o efeito da elevada carga tributária reafirmam as demandas por políticas de desenvolvimento calcadas em benefícios fiscais. É preciso repensar as prioridades da política fiscal, é preciso promover o crescimento sustentável.

## Referência

BACEN. *Indicadores de Conjuntura*. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br> Acesso em: 25 maio 2006.

D'AMORIM, Sheila. Gastos do governo sobem 14,5% no 1º tri. *Folha de São Paulo*, Brasília, 26 abr. 2006. Caderno dinheiro, p. B3.

D'AMORIM, Sheila. País resgata US\$ 10,2 bilhões da dívida externa de janeiro a março. *Folha de São Paulo*, Brasília, 19 abr. 2006. Caderno dinheiro, p. B9.

DA CRUZ, Ney Hayashi. Estatal segura gasto e ajuste fiscal cresce. *Folha de São Paulo*, Brasília, 27 abr. 2006. Caderno dinheiro, p. B1.

DO PRADO, Maria Clara. Meta volta ao debate. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 abr. 2006. p. A15.

GALVÃO, Arnaldo. Combustível leva arrecadação a bater recorde em abril. *Valor Econômico*, Brasília, 19 maio 2006, p. A4.

IPEA. *Indicadores*. Março de 2006, n.72. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?386705796> Acesso em: 25 maio 2006.

IZAGUIRRE, Mônica. Governo corta 14,2 bi no orçamento e reduz superávit a 4,1%. *Valor Econômico*, Brasília, 17 maio 2006, p. A5.

IZAGUIRRE, Mônica. Superávit de março fica acima do de 2005. Brasília, 26 abr. 2006. p. A3.

PATU, Gustavo. Governo bloqueia mais R\$5,6 bi do orçamento. *Folha de São Paulo*, Brasília, 23 maio 2006. p. B6.

POLÍTICA ECONÔMICA EM FOCO. Boletim 7. Campinas: UNICAMP/IE, nov. 2005/ abr. 2006. Tema do fascículo: Política fiscal: mudanças e perspectivas

RIBEIRO, Alex. País recompra US\$ 6,6 bi em brades e apaga sinais da moratória de 80. *Valor Econômico*, Brasília, 18 abr. 2006. p. C2.

ROMERO, Cristiano. Margem de manobra para ajuste diminui. *Valor Econômico*, Brasília, 02 maio 2006. p. A15.

SOFIA, Juliana. Arrecadação bate recorde impulsionada por petróleo. *Folha de São Paulo*, Brasília, 19 maio 2006, p. B4. ■

# E-commerce e reestruturação do varejo de automóveis novos: o caso da rede autorizada GMB de Salvador

Fábio Batista Mota\*

O projeto 'Blue Macaw' (ou 'Arara Azul'), levado a cabo pela General Motors do Brasil (GMB), introduziu o e-commerce (segmento *business-to-consumer*) na indústria automobilística brasileira. Interligando vendas *on-line* (para o consumidor final), produção e distribuição (através da rede autorizada), este novo modelo comercial tornou factível à montadora produzir um automóvel *custom-made* segundo a demanda real.

Dada à ameaça de desintermediação da venda, surge, como consequência, dúvidas sobre o papel do concessionário de automóveis na cadeia de valor da indústria. Nosso trabalho busca respostas para este problema<sup>1</sup>, tomando por hipótese a afirmação de que a rede autorizada não tem mais na venda de carros novos o seu principal produto, direcionando o seu modelo de negócios para a prestação de serviços de pós-vendas.

Assim, este artigo, tomando por amostra a rede autorizada de Salvador<sup>2</sup>, tem por objetivo analisar as condutas adaptativas adotadas pelos concessionários de automóveis da GMB. Para tanto, aplicamos ao estudo de caso, no âmbito das concessionárias, o método da psicologia social de entrevistas aprofundadas semidiretivas<sup>3</sup> (em diretores comerciais e gerentes de vendas), de forma a permitir uma análise qualitativa das informações.

## O "Blue Macaw" e a rede autorizada GMB de Salvador

O complexo industrial automotivo da GMB, concebido pelo projeto Arara Azul e inaugurado em julho de 2000, em Gravataí – RS, é considerado o mais moderno e eficiente do grupo *General Motors* no mundo, e um marco industrial em termos de processo de produção e organização. Representa o rompimento do modelo industrial inaugurado por Henry Ford, ao in-

troduzir a linha de montagem em série. O modelo de Ford consistia em fazer produtos idênticos, em série, para atingir um mercado de massas. Agregando à cadeia produtiva o conceito da produção "puxada" pela demanda, por meio de vendas *on-line* ao consumidor final, a nova fábrica da GMB permite reverter o modelo de produção em massa para o modelo do carro *custom-made*, atendendo a características particulares de consumo.

Uma das principais inovações da GM materializou-se no conceito de condomínio industrial, em que a montadora reúne os principais fornecedores ao redor da fábrica em regime de condomínio, captando externalidades positivas através do agregado de culturas e processos de gestão das empresas instaladas no sítio. Os sistemistas - fornecedores em níveis sequenciais instalados em ordem estratégica de fornecimento para a montadora - participam da engenharia, do desenho, da logística de entrega e do manuseio das autopeças que compõem o Celta, modelo de automóvel desenvolvido em conjunto por eles. Conectados à montadora através da internet, os sistemistas recebem uma previsão semestral de vendas e também demandas diárias de manufatura, fornecendo partes, peças e componentes em intervalos determinados, de modo a compatibilizar o percurso dos conjuntos de peças e sistemas com os tempos de entrega, rigorosamente estabelecidos em função da demanda da montadora e em regime de *just-in-time*. Cada sistemista está alocado no ponto mais eficiente de in-

\* Economista e Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia. motafb@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Problema de pesquisa: Quais são as estratégias adotadas pelos concessionários de automóveis GMB para adaptação às transformações no segmento varejista de carros novos derivadas do sistema de vendas *on-line*, da montadora para o consumidor final, sem o intermédio da rede autorizada?

<sup>2</sup> FRUTOSDIAS, GRANDE BAHIA, ITAPOAN, RETIRAUTO e TRATOCAR.

<sup>3</sup> Os entrevistados respondem ao roteiro de entrevistas de forma subjetiva. As respostas são gravadas e transcritas para posterior análise.

serção na logística de produção sem, contudo, participar da linha de montagem.

## Uma das principais inovações da GM materializou-se no conceito de condomínio industrial

Em 2001 a rede autorizada GMB começou a trabalhar com o sistema *on-line* de vendas de automóveis novos. Para absorver tamanha mudança, que ia de encontro ao sistema tradicional de vendas derivado do fordismo, foi necessário, inicialmente, promover uma reestruturação da organização, priorizando os departamentos comercial e administrativo, em termos de estrutura tecnológica, qualificação profissional e contratação de profissionais de informática. A montadora participou ativamente da adaptação dos recursos humanos, investindo em treinamento para qualificação profissional e na remodelação dos padrões de negócios da estrutura de organização dos concessionários. Em termos de viabilidade técnica, foram criados, na fase inicial de implantação, “*web centers*”<sup>4</sup> nas concessões para dar trâmite aos processos de compra *on-line*. Decorrido o tempo necessário à adaptação da rede, os centros de internet foram extintos, ao passo em que a própria equipe de vendas assumia a tecnologia da venda *on-line* e a administração os processos internos de gestão. Este novo modelo de negócios conduz a certa homogeneização no segmento varejista, em termos de estrutura organizacional, permitindo, contudo, a diferenciação entre as empresas no que concerne às suas práticas comerciais.

A fatura do “carro *web*”<sup>5</sup> é creditada na conta da montadora e o repasse da comissão ao concessionário é transferido em até 45 dias. O concessionário recebe uma comissão bruta de 7,3% sobre o valor do automóvel, que é utilizada para intermediar a venda *on-line* e pagar os custos derivados do recebimento do veículo, revisão e entrega. Um dos motivos por que a possibilidade de consolidação da venda *on-line* sem a intermediação da rede autorizada efetivamente não se sustentou, foi o fato de a rede ter reagido, adotando a estratégia de tornar mais vantajosa a experiência de compra na concessionária, oferecendo ao consumidor benefícios que não podem ser obtidos no *site* da montadora.

Todo benefício concedido ao cliente no momento da compra é retirado da margem bruta de comissionamento do concessionário. Deixando o ônus da comercialização *on-line* com a rede, a montadora, de forma geral, mantém a sua margem determinada de lucro sobre o produto. Contudo, as perdas sobre as margens esperadas de lucro dos concessionários, derivadas da intermediação da venda *on-line*, podem ser, em parte, contrabalançadas com os ganhos relativos à redução dos custos sobre estoques ociosos. Também a acirrada disputa travada entre os concessionários, sejam da mesma montadora ou de montadora diferente, implica fundamentalmente em redução das margens de lucro e ampliação de benefícios concedidos ao consumidor.

Contrário ao esperado, o sistema *business-to-consumer* foi amplamente aceito pelos concessionários. No início houve o receio das empresas sobre o seu papel na cadeia de valor da indústria, porque se, especulava àquela época, que as vendas *on-line* não necessariamente seriam realizadas através da rede autorizada. Contudo, a experiência mostrou que a possibilidade da compra efetuada em casa não resultou significativa, a rede de comercialização se adaptou e tornou mais vantajosa a experiência de consumo na loja física.

Dado o preço estabelecido pela montadora no site, a rede concessionária gerencia a venda *on-line*, usualmente oferecendo ao consumidor benefícios custeados no comissionamento do produto *web*, reduzindo a sua margem líquida de lucros esperados, com o fim de atrair o cliente à loja física. Ainda que este trabalho não tenha se preocupado em estudar os aspectos do consumidor em relação às compras *on-line*, este foi um dos principais responsáveis pelo fortalecimento da rede neste processo, por permitir que fosse invalidada a expectativa de perda de espaço da rede de comercialização na cadeia de valor da indústria de automóveis. A rede sequer considera a possibilidade de a montadora prescindir dos seus serviços quanto à intermediação de vendas, relegando-as, basicamente, à prestação de serviços de pós-venda. Os concessionários visitados afirmam considerar a montadora como “parceira”, adequando a rede às transformações no setor automobilístico, criando diferenciais competitivos.

<sup>4</sup>“Departamento” com especialistas em informática e internet, criado para dar apoio ao concessionário no período de adaptação ao sistema de vendas *on-line*.

<sup>5</sup> Automóvel vendido através do site da montadora.

O sistema de vendas *on-line* permitiu significativa redução de estoques nos pátios da rede para modelos comercializados via internet, transferindo a maior parte dos estoques para o pátio da montadora, chamado “pátio web”. Todavia, a produção *custom-made*, a partir da demanda efetiva, não é realizada totalmente segundo o modelo de *just-in-time* e a política de estoque zero. O sistema de produção e distribuição do carro interligado com o sistema de vendas pela internet permite, em tese, a produção “puxada” pela demanda real. Contudo, observa-se que a fábrica também produz segundo projeções e estimativas baseadas em estatísticas passadas de vendas, derivadas do histórico da demanda dos consumidores pelo “carro web”. Assim, a montadora também trabalha com políticas passíveis de criação de estoques ociosos, fazendo-se necessária a manutenção de pátios para comportar o carro produzido segundo as expectativas de vendas da montadora.

Existindo desequilíbrio entre a oferta e a demanda, que resulte de significativas e/ou contínuas reduções na procura pelo “carro web”, a montadora permite-se acúmulos de estoques até determinado ponto, a partir do qual dá início a uma “política de ocasião”<sup>6</sup>, de faturamento dos veículos ociosos para a rede autorizada. Assim, o concessionário recebe um bônus sobre o valor do automóvel que equaliza a diferença de preço do bem quando vendido na internet com o preço, quando vendido através do estoque da concessionária. Contudo, esta prática não constitui obrigação para a rede. É facultado ao concessionário o cancelamento da operação, não sendo, por isso, considerada uma prática que “empurra” a produção pela cadeia de valor. No entanto, a opção pela anulação, mesmo se resultar mais vantajosa para a concessão, não costuma ser adotada, de modo a minimizar desgastes no relacionamento com a montadora.

No início da utilização do sistema de vendas *on-line*, não havia faturamento de “carros web” ociosos para as concessões. No sistema tradicional de vendas de

veículos novos, através dos estoques da rede autorizada, os impostos incidiam em cascata. A montadora faturava o carro para a concessionária a uma taxa de 4,6% e esta, por sua vez, faturava o automóvel para o consumidor final também a uma taxa de 4,6%. A implantação das vendas *on-line* cessou a taxa que incidia na transação com o concessionário, de modo que o imposto passou a ser cobrado apenas do consumidor. Este modelo de vendas deu uma grande vantagem competitiva a GMB, em termos do preço do “carro web”. À época dos impostos em cascata, faturar estoques para a rede significaria para a montadora o fim da margem de (menos) 4,6% sobre o preço do veículo da web. É com a implantação do imposto monofásico, onde não mais os impostos incidem em cascata, que a GMB passa novamente a faturar para a rede transferindo parte do “estoque web” para as concessões.

Pelo fato de a montadora não possuir em seu estoque um veículo configurado segundo as preferências do consumidor, dá-se início à produção do carro *custom-made*, com o pedido do cliente enviado para a “lista de espera” - adaptação ao sistema de vendas *on-line* que permite maior flexibilidade ao modelo de produção. Na “lista de espera”, o período que se estende da montagem à “entrega das chaves” pode chegar a mais de 30 dias, dependendo do perfil do mercado no momento, sinalizando a necessidade de manutenção de estoques, ainda que reduzidos, no pátio do concessionário também para o veículo da web, de modo a contrabalançar possíveis oscilações no mercado, minimizando perdas em volumes mensais de vendas.

Atualmente o setor de venda de veículos novos, isoladamente, em razão da redução nas margens esperadas de lucros, não mais consegue gerar receita suficiente para sustentar a atividade operacional de uma concessão. Em função das modificações no mercado automobilístico, a GM tem fomentado na rede autorizada uma política, chamada de “cobertura fixa”, para o desenvolvimento de departamentos como o de vendas de peças, acessórios, serviços financeiros, veículos usados e pós-venda – este último alçado à categoria de estratégico para a sobrevivência das firmas no segmento – de modo a gerar receita suficiente para cobrir o custo operacional das firmas, retirando do setor de venda de novos o ônus da manutenção da empresa. Contudo, 100% de cobertura fixa mensal não

<sup>6</sup> Prática não usual adotada pela montadora GM para escoamento dos veículos ociosos no pátio web para o pátio da rede autorizada.

**O sistema de vendas on-line permitiu significativa redução de estoques nos pátios da rede para modelos comercializados via internet**

significam que a concessionária pode prescindir da venda de novos, descuidando-se de condutas que estimulem tanto a manutenção quanto o aumento do volume de vendas – neste segmento as receitas são geradas como em uma cadeia que requer escala em vendas. O automóvel novo, mesmo deslocado da categoria de produto de maior lucratividade, continua sendo o principal produto gerador de todos os outros serviços. A venda de uma unidade nova é o ponto inicial para a geração de tantos outros negócios, através da oferta agregada de novos serviços ao carro.

Considerado o meio mais adequado para fomentar a fidelização de clientes, os concessionários acreditam estar no setor de pós-venda, em um futuro próximo, a maior fonte geradora de receitas e lucros. Porém, este sistema está dando os seus primeiros passos, ainda não sendo amplamente realizado através do gerenciamento do ciclo de vida do automóvel. A administração do período de vida útil do veículo se dá, na maior parte das empresas, em período relativamente curto, abrangendo o tempo de garantia das primeiras revisões do carro. Um fator que agrava a prática e o sucesso do gerenciamento é a “crença”, presente em grande parcela de consumidores, de que a rede autorizada tem a prática de “empurrar” serviços e ofertar peças e serviços a preços muito acima dos praticados no mercado.

Foi observada uma elevada preocupação da Rede em adotar e manter políticas de qualidade total e fidelização de clientes, buscando interligar os departamentos da firma, de modo a ofertar o melhor serviço possível, consoante com os padrões estabelecidos pela montadora. Atualmente a GMB adota uma política chamada de “índice de satisfação do cliente”, para medir o contentamento do consumidor frente ao concessionário, agrupando as concessões em níveis distintos de qualidade. Diminuindo as assimetrias de informações, este sistema dá conhecimento ao consumidor sobre as empresas que ofertam melhores serviços, permitindo-lhe direcionar previamente a sua demanda para a loja que, segundo o índice da GMB, encontra-se em melhor condição de atender às suas expectativas de consumo. Em Salvador, à época da pesquisa, apenas a Grande Bahia era classificada com o índice máximo de qualificação, sendo também, talvez como consequência, a empresa que detinha a maior parcela do mercado local- cerca de 40%.

No Brasil, a montadora tem praticado políticas que fomentam um processo de consolidação do capital

no segmento varejista de automóveis novos, estimulando a saída do mercado das concessões aquém das novas exigências estabelecidas para a Rede. O maior expoente nacional deste processo é o estado de São Paulo, onde várias concessões foram fechadas pela GMB, absorvidas por grandes grupos ou se fundiram com determinadas outras. Pode-se inferir, com isso, que o mercado tende à sobrevivência e ao estabelecimento de grandes grupos regionais, ou mesmo nacionais.

Segundo ainda os entrevistados, as concessões da GMB que atuam em Salvador apresentam-se sólidas e com um montante de capitais equivalentes, característica que torna remota a probabilidade de absorção de qualquer das firmas por uma ou outra empresa atuante no estado, salvo a possibilidade de compra por algum grande grupo (exógeno) brasileiro ou estrangeiro. Quanto a possíveis fusões de concessionárias GMB ou com concessões de outras bandeiras, nenhum dos entrevistados manifestou existir disposição das empresas ou ambiente para um empreendimento desta natureza.

## Considerações Finais

A introdução do *e-commerce*, segundo o modelo de *business-to-consumer*, na rede autorizada significou certa transformação do modelo de negócios tradicionais. Em termos do “carro web”, o concessionário não mais trabalha com atribuições de volume de vendas, comprando quotas de estoques determinados pela montadora para vendas a varejo e formando preço próprio para o veículo adquirido junto à fábrica, segundo as características do mercado local. Hoje a GMB estabelece o preço e a compra é realizada, em regra, no *site* da montadora com o intermédio comissionado da rede, onde as negociações com o consumidor, que implicam em benefícios de preço, são debitadas da margem bruta de comissionamento da concessão, perda relativizada pela redução dos custos com estoque. Assim, os entrevistados consideraram de razoável a satisfatório os lucros gerados com a comercialização *on-line* no que concerne à manutenção das atividades operacionais da firma.

Segundo a maior parte dos entrevistados, em termos do “carro web”, a montadora não mais pratica políticas que “empurram” estoques para os pátios da rede autorizada. Hoje a GMB, em função do nível de estoques do carro vendido *on-line*, pratica políticas que fa-

turam para as concessões os veículos ociosos no “pátio web”, concedendo um bônus sobre o valor do produto que lhe permite equalizar o preço do automóvel no pátio do concessionário com o preço no *site*, não configurando, contudo, imposição de atribuições de vendas, sendo facultado o direito ao cancelamento da operação. Ainda segundo os mesmos, também o processo de consolidação do capital no segmento varejista de novos, estimulado pela GMB, parece não fazer parte da realidade da rede autorizada de Salvador.

A venda de automóveis novos, via *web* ou estoque/concessionária, não é mais, em termos de lucros sobre as vendas, o principal produto da empresa. Entretanto, a venda de novos ainda é o principal produto de uma concessão, porquanto o carro novo continua sendo o gerador de todos os outros serviços oferecido pela rede. O sistema de pós-venda, através do gerenciamento do ciclo de vida do automóvel, ainda que não plenamente realizado, é considerado estratégico para a firma - tomado como um dos meios mais eficientes para fomentar a fidelização do cliente. Departamentos como os de carros usados, peças, oficina, acessórios ou serviços financeiros, também passaram por significativa reestruturação que teve como objetivo promover a criação de receitas para atingir, em um primeiro momento, o índice de cobertura fixa determinado pela montadora, visando, em futuro próximo, não só à cobertura plena dos custos operacionais da firma, mas também a auferir lucros.

Por fim, o presente artigo aponta para o fato de que a difusão das novas tecnologias da informação na produção industrial da GMB, especificamente do *e-commerce* nos moldes do *business-to-consumer*, não confirmou a tendência que apontava para a perda de espaço da rede autorizada de distribuição na cadeia de valor da indústria automobilística. A consolidação das vendas pela internet não significou que as concessionárias passariam de vendedoras a entregadoras de carros, orientando o seu modelo de negócios basicamente para a prestação de serviços de pós-venda. As empresas adaptaram-se ao novo sistema de vendas, tornando mais vantajosa a experiência de consu-

mo com a intermediação do concessionário, atraindo, deste modo, o consumidor para o âmbito da rede. As mudanças mais significativas realizaram-se mais pela redução das margens esperadas de lucro da venda de carros novos do que pela implantação do novo sistema de vendas.

## Referências

ALMEIDA, Paulo Henrique. Futuro do Marketing de Distribuição na Indústria Automobilística. *Nexus Econômicos*, Salvador, v.2, n.1, p. 145-151, out. 2000.

FERREIRA, Fátima; LEMOS, Mauro Borges. *A Nova Configuração Geográfica da Indústria Automobilística no Brasil*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/setorial.asp>>. Acesso em: 22 jul. 2002.

MOTA, Fábio Batista. *Comércio eletrônico e reorganização da cadeia de serviços: o caso da rede autorizada da General Motors em Salvador*. 2004. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

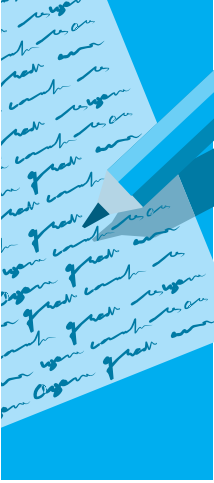
SANTOS, Ângela. *Reestruturação da Indústria Automobilística na América do Sul*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/setorial.asp>>. Acesso em: 22 jul. 2002.

SANTOS, Ângela. *Complexo Automotivo*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/setorial.asp>>. Acesso em: 22 jul. 2002.

SHAPIRO, C.; VARIAN, H. *A Economia da Informação: como os princípios econômicos se aplicam à era da Internet*. Rio de Janeiro. Editora Campos, 1999.

TIGRE, Paulo Bastos. *E-commerce: o modelo competitivo na internet*. São Paulo: Plano Editorial, 2000.

WOMACK, James P.; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. *A Máquina que Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. ■



# Economia regional e administração pública: considerações sobre a distribuição da produção da região oeste do estado da Bahia

Aurélio Sant'Anna\*

A economia baiana, notadamente a do Recôncavo, ao longo da primeira metade do século XX não experimentou transformações significativas nos aspectos socioeconômicos. Na verdade, o período de 1900 - 1950 caracterizou-se por uma forte e prolongada estagnação das economias açucareira e fumageira localizadas na região, apesar dos esforços do Governo Estadual no sentido de revitalizá-las. Paralelamente a esse cenário, temos a expansão da cultura cacaueteira no sul do estado.

A estagnação no período supracitado é derivada do fato de a produção baiana estar concentrada em poucos produtos componentes da pauta de exportação, apresentando uma economia fortemente dependente do resto do mundo, e, conseqüentemente, sem possibilidades de interferência para reversão de cenários estabelecidos, expondo essa economia às oscilações do mercado internacional.

De acordo com Pedrão (1963), a expansão territorial, assim como a baixa densidade de capital e a variedade das formas de produção foram fatores que contribuíram de forma significativa para a manutenção da economia baiana em uma dinâmica que dificultava sua integração com a economia nacional. A incapacidade de absorção do poder de compra, gerada pela atividade de exportação, ou seja, a falta de atividades para suprir a demanda interna da economia, transformou a Bahia em um pólo importador dos produtos industrializados do eixo São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Ainda conforme Pedrão (1963), a composição da economia baiana mantinha-se indefesa às variações conjunturais dos produtos de exportação para o mercado internacional, "a economia baiana permaneceu como um mecanismo poroso, do qual se filtrava a formação de capital". A economia baiana permanecia basicamente como uma economia agrícola. Entretanto,

uma parte dessa agricultura, ligada ao setor exportador experimentava formas de organização capitalista. As demais atividades do setor agrícola estavam submetidas à organização pré-capitalista. Essas atividades estavam voltadas para o consumo interno, respondendo à demanda devido ao crescimento vegetativo, derivado do crescimento da população e do processo de urbanização (PEDRÃO, 1963).

A falta de organização do mercado dos produtos agrícolas voltados para o consumo interno implicava em um processo complicado de comercialização, que consistia em manter os preços baixos para os produtores e altos para os consumidores, mas cujo efeito não passava de uma transferência de renda. Essa sistemática favoreceu à manutenção da estrutura agrária existente. O amadurecimento do setor industrial localizado no centro-sul, e a integração rodoviária permitiram o entrosamento de áreas produtoras da Bahia, inclusive as de menor desenvolvimento econômico com áreas produtivas e de grande poder de demanda. A integração rodoviária contribuiu sensivelmente para a expansão da demanda nacional pelos produtos agrícolas, influenciando diretamente o comportamento da agricultura baiana, tanto nos setores voltados para a exportação, como nos setores produtores de matéria-prima, e ainda também nos setores produtores direcionados para o consumo imediato (PEDRÃO, 1963).

O presente artigo está dividido em cinco partes. Na primeira, tem-se uma breve abordagem do processo da configuração socioeconômica da Bahia. Na segunda, analisa-se a nova estrutura, no período entre os anos 50 e a década de 80, e aspectos aparentes da

---

\* Mestre em Análise Regional (UNIFACS), Especialista em Administração Financeira (CENID), Economista (UFBA). Associado do Instituto de Pesquisas Sociais – IPS. Líder de Área/Especialista em Projetos da Fundação Luis Eduardo Magalhães. sant\_anna@terra.com.br

## O amadurecimento do setor industrial localizado no centro-sul, e a integração rodoviária permitiram o entrosamento de áreas produtoras da Bahia

administração pública. Na terceira, discorre-se sobre a tentativa da desconcentração da economia baiana na década de 90. Na quarta parte, é apresentada uma explanação sobre a dinâmica da estratégia em desenvolvimento. Por fim, são feitas as considerações finais sobre o tema em enfoque.

### Uma nova estrutura

Após o longo período de estagnação da economia baiana, a virada dos anos 50 caracterizou-se por uma nova onda de expansão da industrialização do estado da Bahia. A implantação da refinaria Landulfo Alves (RLAM) implicou na inserção da indústria do petróleo com uma série de investimentos de grande significado, realizada pela Petrobrás. Um elemento relevante nessa nova fase de crescimento é o fato de que esta representa o fim do modo agro-exportador da economia baiana.

O novo ciclo tinha na indústria o seu núcleo dinamizador. A industrialização provocou profundas modificações em aspectos sociais, econômicos e espaciais.

“A industrialização que começou na década de 1950 gerou a criação de um número significativo de empregos e, mais que isto, a ampliação das perspectivas de mobilidade social e espacial, maiores que as prevalentes na estrutura agro-pastoril e mercantil. A partir de então, a Bahia passou à modernização identificada com a industrialização planejada e com a urbanização concentrada” (PEDRÃO, 1992).

Entretanto, esse crescimento da economia, sob uma política industrial, não foi um fato isolado na Bahia. Ao contrário, até os anos 50, o espaço nacional podia ser definido como sendo um conjunto de economias regionais, nacionalmente organizadas, onde cada uma mantinha ligações próprias, diretas e isoladas com o exterior. Com o aprofundamento da divisão regional do trabalho, ocorreu o processo de subversão e

homogeneização das suas relações de produção na direção de torná-las todas capitalistas, oportunidade que foi cedendo lugar a uma economia nacional, regionalmente organizada, com crescente unificação dos mercados locais e regionais, formando um mercado nacional, único e unificado.

Os investimentos na economia baiana, no complexo industrial produtor de bens intermediários, foram fortemente apoiados pela política do Governo Federal, através de incentivos financeiros e fiscais, como também em investimentos em infra-estrutura, que foram norteados pela estratégia de desenvolvimento regional orquestrada pela União e que modificaram o padrão de acumulação de capital na economia baiana. A atividade industrial passou, então, a ter um peso significativo na estrutura econômica, entretanto as atividades agrícolas e comerciais tradicionais perderam espaço nesse contexto.

Sem embargo, verifica-se uma diversificação e modernidade do setor industrial, coexistindo com um setor de caráter tradicional. E como evidencia muito bem Castor e França (S/D), a modernidade do setor transcorreu totalmente conectada com o sistema econômico e financeiro internacional. Ressalte-se também que foi “fundamental e inevitável” a concepção de um poderoso aparato tecnoburocrático estatal atuando em setores-chave do sistema produtivo em escala nacional.

A atuação governamental em setores-chave da economia com forte centralização administrativa e independente de sistemas políticos, se configuram como uma tendência mundial que se acelera nos períodos entre 1950 e 1970.

Nesse contexto, conforme Castor e França, seguindo a racionalidade econômica, as empresas estatais isoladas da competição do mercado no sistema capitalista, passaram a ocupar espaços cada vez maiores no sistema produtivo, questionando-se, inclusive, a sua eficácia real.

Com efeito, a expansão das empresas estatais, ocupando espaços cada vez maiores no sistema produtivo deriva dos quatro fascínios apontados por Castor e França: o fascínio pela eficiência econômica setorial; pela uniformidade e controle do ambiente; pela grande escala e pela modernidade.

Após uma longa onda de desenvolvimento, o modelo econômico nacional começou a dar mostras de perda

de fôlego; uma nova fase de estagnação se avizinhava. No plano nacional, a década de 1980 é tida como a “década perdida”. Nesse período ocorreu a interrupção do crescimento econômico que vinha se registrando durante os trinta anos anteriores. Os anos 80 marcaram o esgotamento de um modelo de desenvolvimento cujas bases eram pautadas na substituição de importações, na proteção governamental e na aquisição de tecnologia estrangeira. A consequência mais imediata disso foi o corte de recursos internacionais, em virtude do agravamento da dívida externa.

Segundo Bresser Pereira (1998), a crise do Estado que se manifestou nos anos 80 também pode ser definida como uma crise fiscal, uma crise do modo de intervenção do Estado, assim como, uma crise da forma burocrática pela qual o Estado é administrado e como uma crise política. De acordo com Guimarães (2001), a crise fiscal foi proveniente das diversas tentativas de ajuste da economia nacional frente à crise internacional, tendo início na década de 70. Ressalta ainda que o governo federal assumiu grande parte da dívida do setor privado.

O outro elemento analisado é o colapso do regime militar autoritário, considerado por Bresser Pereira (1998), como uma crise de legitimidade. A redemocratização do País implicou na retomada de autonomia dos estados; até então sufocada pela alta centralização na esfera do executivo federal. A descentralização político-administrativa, a rigor, não melhorou a situação dos estados; na verdade piorou, uma vez que não havia mais recursos nem por parte do governo estadual nem por parte do federal. É necessário ressaltar também a existência de práticas patrimonialistas ou clientelistas advindas da Administração Pública. Práticas que, segundo Bresser Pereira (1998), o regime militar não conseguiu erradicar.

O planejamento governamental, ao menos da forma como foi concebido, entrou em choque com o novo momento político-econômico do País: crise econômica e redemocratização. O modelo de planejamento governamental adotado era altamente centralizador desde a elaboração, passando pelos recursos e pelas decisões políticas em nível do executivo federal.

Na década de 80 o Brasil havia mudado e não mais existiam recursos financeiros abundantes e a tecnocracia não mais possuía o poder de decisão como outrora. Sem a possibilidade de novos investimentos, o planejamento, concebido para o crescimento, per-

## **A crise do Estado que se manifestou nos anos 80 também pode ser definida como uma crise fiscal, uma crise do modo de intervenção do Estado**

deu a sua função de ser. Associado ao aspecto econômico, a sociedade passou a reivindicar uma participação no processo de elaboração dos novos planos e uma administração mais eficiente voltada para as suas demandas.

Nem todos os estados da Federação enquadravam-se na chamada “década perdida”. Como exemplo, a economia baiana apresentava um crescimento significativo, como comenta, muito bem, Prosérpio (1991, p. 4),

Embora sem subtrair-se dos efeitos da recessão geral, a economia baiana apresentou avanços significativos durante a década de 80, consolidando importantes mudanças em sua base produtiva, que lhe permitiram aumentar de 4,9 para 5,3% sua participação no PIB nacional, fazendo crescer 27,95% seu produto, o segundo melhor resultado dentre as seis maiores economias regionais (PROSÉRPIO, 1991, p. 4).

Entretanto, mesmo verificando resultados positivos na economia, a exemplo da economia baiana, a forma de administrar o Estado, o modelo burocrático, segundo Bresser Pereira (1998), alcança o seu limite. Dessa forma, a administração pública necessita ser substituída por uma nova administração moderna e eficiente (GUIMARÃES, 2001), que responda às demandas da sociedade, ao que Bresser Pereira denomina de modelo de administração gerencial, findando assim, o modelo patrimonial e burocrático da administração pública.

## **Tentativa da desconcentração da economia baiana e a região oeste do Estado da Bahia**

A partir de 1991, houve uma tentativa do Governo do Estado da Bahia (Governo do Estado da Bahia, 1999), de retomar o processo de desenvolvimento socioeco-

nômico, executando uma série de ações visando à expansão, diversificação e desconcentração das suas atividades econômicas e investindo em infra-estrutura, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais. As ações que visam ao desenvolvimento do estado da Bahia têm como alvo central reduzir o hiato social e econômico. O foco central dessas ações é o crescimento econômico vinculado ao crescimento sustentável - crescimento econômico conjugado com uma política de preservação e uso racional dos recursos naturais - integrando regiões de estruturas econômicas atrasadas com as regiões mais dinâmicas da economia (*op. cit.*).

O objetivo do Governo do Estado da Bahia, através dos seus Programas de Desenvolvimento Regional Sustentado (PDRSs), é o de atingir a todas as regiões do estado. As ações dos PDRSs estão apoiadas em vários vetores: modernização e expansão agropecuária, turismo, mineração, infra-estrutura, inovação tecnológica, pólo de informática, complexo agro-industrial, pecuária/agricultura familiar, indústria (calçados e têxtil), pólo algodoeiro, dentre outros (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR).

Nota-se, através do Relatório de Atividades, que o Governo do Estado tenta adotar uma política de desenvolvimento socioeconômico, dando ênfase a estratégias de produção econômica que privilegiem as vocações socioeconômicas dos espaços regionais beneficiados, intensificando a estrutura produtiva.

O tecido industrial encontra-se ainda espacialmente concentrado na Região Metropolitana de Salvador, na região de influência de Feira de Santana, e em menor densidade, no extremo sul e oeste do Estado<sup>1</sup>. Verifica-se, mesmo de forma tímida, a tentativa do governo estadual em modificar o desequilíbrio espacial dos fatores de produção da Bahia, integrando regiões de estruturas econômicas atrasadas com regiões mais dinâmicas da economia, através dos PDRSs.

**As ações que visam ao desenvolvimento do estado da Bahia têm como alvo central reduzir o hiato social e econômico**

Entretanto, mesmo com as tentativas do Governo em dinamizar o desenvolvimento socioeconômico, a economia baiana viveu dificuldades na década de 90. A abertura da economia nacional intensificou a concorrência, demandando fortes ajustes na indústria: em primeiro plano, nas indústrias direcionadas à produção de produtos finais, e em segundo plano, nas indústrias direcionadas à produção de produtos intermediários.

Entretanto, o segmento da agricultura moderna apresentou movimento de ascendência, não de forma que influenciasse expressivamente o setor agropecuário, que apresentou um desempenho “raquítico” em seu conjunto, conseqüência da continuação da crise dos produtos tradicionais. A atuação reduzida dos segmentos mais dinâmicos da agricultura não permitiu um reflexo significativo nos indicadores da economia baiana. Mas, não se pode deixar de pontuar a tendência de crescimento e sua importância na estrutura produtiva na Bahia (MENEZES, 2000, p. 45).

A produção econômica da região oeste do estado da Bahia estava pautada na agricultura mercantil simples (pequena produção de produtos alimentícios), na pecuária extensiva, e extrativismo, sem embargo, até meados do segundo quartil do século XX. Essa configuração da divisão regional do trabalho manteve-se sem grande modificação por longo período. Tal formatação socioeconômica refletia a imagem de uma estrutura latifundiária e “coronelista”, com uma “elite” detentora do poder político e da terra, (conseqüência do processo de ocupação que remonta ao século XVI, com o início da colonização do País).

Entretanto, a década de 70 foi o marco das transformações da região oeste do estado. A reorganização do espaço regional deu-se através de estímulos dos programas governamentais, crédito subsidiado para a aquisição de terras, para investimentos e custeios. Esses esforços foram implementados com o objetivo de oferecerem combustíveis alternativos ao petróleo; foi o momento do Proálcool. A região foi classificada pela SUDENE como possuidora de pré-condições naturais para se produzir a cana-de-açúcar. Mas, como é de conhecimento geral, a produção da cana-de-açúcar não se adaptou ao clima do cerrado (conseqüência de uma estação seca muito longa), surgindo, assim, a

<sup>1</sup> Para maiores informações, consultar Programa Estratégico de Desenvolvimento Indústria do Estado da Bahia, 1998.

possibilidade de diversificação da produção agrícola. Não cabe aqui discutir se realmente essa foi a questão que levou à diversificação agrícola da região.

Efetivamente, no início na década de 80, fatores como crédito fortemente subsidiado, terras baratas e conhecimento técnico disponível permitiram o início da implantação da produção de soja no oeste baiano. As disponibilidades dos recursos, de forma mais do que satisfatória, incentivaram produtores de outras regiões a se transferirem, ou mesmo a ampliarem a sua área de produção, já que a disponibilidade de terras baratas para a produção da soja nas outras regiões do País não era tão vantajosa como as do oeste baiano. Basicamente os novos produtores e arrendatários capitalistas foram oriundos da região sul do país.

A instalação desse novo modelo capitalista de agricultura contrapôs-se às forças produtivas tradicionais. A expansão da cultura da soja passou a nortear o crescimento econômico da referida região, com uma velocidade extraordinária, contrastando, assim com a forma letárgica que configurava o modelo econômico já existente.

Até o terceiro quartil do século, especificamente até a década de 1970, tal movimentação do capital em direção à expansão da nova fronteira agrícola na região oeste da Bahia foi beneficiada pela manutenção das políticas governamentais, das limitações das áreas plantadas em outros estados e pelas condições climáticas, provocando o novo desenho na estrutura produtiva daquela região.

Tal concentração fundiária, que, por um lado, permitiu uma dinâmica capitalista no setor agrícola, organização da base produtiva, implementou, paralelamente, um processo de exclusão dos pequenos proprietários, posseiros rurais, uma vez que, para participar da dinâmica da produção agrícola moderna, é pré-requisito deter o meio de produção da terra, mas isso não é necessariamente o suficiente. Essa lógica contribuiu para o inchamento, favelização, degradação ambiental e subemprego nos centros urbanos, gerados por atores sociais que ficaram fora do setor da economia dinâmica.

## Distribuição da produção

Na distribuição da produção, na logística, as diretrizes tomadas perpassam a definição das decisões de instalação das unidades produtivas, na localização e na

política de estoque, assim como na seleção dos modais de transporte. Como se sabe, essas decisões estratégicas derivam de três objetivos: redução de custo, redução de capital e melhoria do serviço, visando a uma vantagem competitiva sobre os concorrentes. É o choque entre as forças vivas, entre os atores envolvidos visando a atingir os mercados demandantes dos produtos.

Na dinâmica do mercado da soja, principal produto da região oeste do estado da Bahia, não é diferente da dinâmica dos demais mercados: os produtores envolvidos no processo buscam atingir as maiores fatias desse mercado. Os produtores das regiões-pólos, como: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, sul do Maranhão, Piauí, Minas Gerais, Tocantins e Bahia, buscam as melhores alternativas de escoamento das respectivas produções, assim como os estados buscam suprir de infra-estrutura os corredores de escoamento da produção, com melhorias dos sistemas viários, da infra-estrutura dos portos, dentre outros fatores.

O movimento de privatização ocorrido nas últimas décadas perpetrou uma nova configuração, transferindo para a iniciativa privada o provimento de serviços como telecomunicação e energia, e ainda outros setores de grande relevância para os segmentos produtivos e para o desenvolvimento da atividade logística. Por outro lado, houve também avanços no processo de privatizações das rodovias, as quais, não se pode deixar de ressaltar, apresentam uma dinâmica bastante incipiente em seus movimentos (SANT'ANNA, 2004).

Portanto, apesar dos avanços da privatização, o setor público responde, não só pela regulação e articulação dos atores envolvidos no setor de transporte, como também é o principal ator no que tange aos investimentos na infra-estrutura viária. Nos setores de telecomunicação e energia a iniciativa privada vem respondendo à demanda por seus serviços, sem grandes in-

**Na distribuição da produção, na logística, as diretrizes tomadas perpassam a definição das decisões de instalação das unidades produtivas**

tempéries. Mas, ao serem observados os investimentos nas ferrovias privatizadas, tem-se um movimento lento, diferente do movimento dinâmico, observado nos setores de telecomunicações e energia.

Esse contexto leva os estados a realizarem inversões junto ao Governo Federal, com o objetivo de garantir investimentos e recursos para a manutenção da infraestrutura viária que permeia os estados. O reflexo da crise do Estado brasileiro é aqui representado pelas inversões dos governos estaduais, os quais resvalam na busca de investimentos junto ao Governo Federal. Nota-se que o conflito está instalado; o choque de interesses, o choque entre forças vivas, a dinâmica da ação e reação. Os atores envolvidos buscam destruir as forças dos adversários, tentando torná-los incapazes de resistir; é uma guerra entre estados, regiões e produtores.

No que tange à distribuição da produção da região oeste do estado, os produtores fazem pressão para que o Estado implemente uma administração gerencial, cuja faceta esteja voltada para os resultados. Entretanto, sabemos que, por mais qualificação técnica dos profissionais burocratas envolvidos na questão, verifica-se que nem sempre a decisão é técnica. Tomamos como vetor a decisão da distribuição da soja, na logística de distribuição.

A implementação de alternativas para o escoamento da produção da soja produzida na Bahia traz inserida uma preocupação de não se permitir que essa produção seja escoada por outros canais de distribuição, e sim via portos baianos. Atualmente os canais de distribuição adversários são o canal via estado do Tocantins (utilização da hidrovía e a ferrovia Norte Sul em Estreito, chegando ao porto de Itaqui, no Maranhão), e o canal de distribuição utilizando o porto de Suape em Pernambuco, que já conta com uma complexa infraestrutura para exportação de grãos sólidos e atualmente “briga” para que a ferrovia Transnordestina seja implementada em sua plenitude<sup>2</sup>.

A Região Oeste comporta mais de uma alternativa de escoamento da produção; alternativas que implementariam vetores mais competitivos para o escoamento dos produtos agroindustriais, contemplando a integração de vários modais; utilizando-se da eficiência de cada um deles.

A malha viária no território baiano, tal qual a de outros estados brasileiros, apresenta-se configurada com ro-

dovias federais alimentadas através das malhas estaduais, de forma significativa. Devido a essa configuração, cabe aos governos estadual e federal, a maior fatia de investimentos no sistema viário, na sua ampliação e expansão, pois, como foi visto anteriormente, os governos estadual e federal ainda respondem pela maior parte dos investimentos, na infra-estrutura física. Entretanto, é de conhecimento geral, que tais investimentos, nos últimos tempos, tornaram-se cada vez mais escassos.

Portanto, tais alternativas de escoamento não podem ser entendidas como fins em si mesmas, mas sim como um conjunto que alavanca, de forma significativa, a competitividade dos produtos da região.

O capital e os produtores procuram a melhor maneira de aproveitar os canais de distribuição e como se sabe, a Bahia conta, nesse contexto, com uma concorrência de peso, que são as rotas pelo Tocantins e pelo porto de Suape, em Pernambuco. Sobre o escoamento por Pernambuco, nota-se a clara preocupação de se utilizar a rota via rio São Francisco, o que permitiria a fuga da produção pelo porto de Suape.

Esse cenário tem levado os produtores da região oeste do estado e órgãos do governo da Bahia a discutirem qual a melhor estratégia para o escoamento da produção. A busca de alternativas por parte do Governo do Estado, juntamente com os produtores de soja da região, perpassa pela procura da integração dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário. Apesar de algumas dessas alternativas contarem, mais do que outras, com um maior apoio dos produtores (SANT’ANNA, 2004).

## Considerações finais

Conforme evidenciado ao longo do trabalho, existem alternativas para o escoamento da produção da soja em que se contempla ou não a utilização dos portos da baía de Todos os Santos. Segundo os documentos analisados, o governo do estado da Bahia não cogita a possibilidade da utilização dos canais que não contemplem a utilização dos portos baianos; “...a escolha de uma das rotas e posterior adoção de ações para a sua implementação é fundamental para que se evite o

<sup>2</sup> O complexo do Portuário de Suape, em Pernambuco, visa a ganhar escala de utilização para amortizar os investimentos realizados.

escoamento da produção de grãos da Bahia pela Hidrovia do Tocantins..."<sup>3</sup>

Tal preocupação se registra quando a alternativa de escoamento perpassa pelo porto de Itaquí, no Maranhão, e também pelo porto de Suape, em Pernambuco, por se entender que esses portos apresentam vantagens competitivas, tendo em vista a distância e as condições para a exportação de grãos com capacidade ociosa. Apesar de se considerar o porto de Vila do Conde, no Pará, como uma alternativa de distribuição de exportação da soja da região oeste da Bahia, ele não é reconhecido como um canal de distribuição da referida produção.

Entretanto, se um dos objetivos do governo estadual da Bahia é o de solucionar o problema logístico do transporte da produção da região, como forma de perpetuar seu desenvolvimento, seria pertinente se buscar a implementação de ações indiretas, através de canais que não contemplem a utilização do complexo portuário da baía de Todos os Santos ou até mesmo o de Ilhéus.

Portanto, não seria pertinente se trabalhar com a exclusão de utilização dessas alternativas de canais para distribuição da produção da região oeste do estado, pois, essas alternativas agregariam competitividade às demais. É evidente que cabe aos atores buscarem recursos na implementação dos canais via portos baianos, mas não se pode esquecer do objetivo principal: a distribuição da produção da soja. No caso da integração dos modais rodoviários - hidroviários - ferroviários, a distribuição via Suape, Pernambuco, terá não só alternativas para a exportação, como também para atingir ao mercado nordestino, de forma mais competitiva, uma vez que poderá ocorrer a transferência do modal estritamente rodoviário para a integração dos modais, rodoviário - hidroviário - ferroviário, mencionados anteriormente.

Na briga por recursos federais não há nenhuma garantia de que esses canais de distribuição irão ser mais dinâmicos do que os canais concorrentes. Vale lembrar que os recursos para investimentos não são infinitos. Os atores - produtores e operadores - buscam soluções que satisfaçam as suas necessidades: canais eficientes.

Por outro lado, não é pertinente pensar, como querem alguns técnicos, que a integração das regiões dinâmicas do oeste e leste, favorecerá a região do Semi-Ári-

do, aproveitando-se da dinâmica da distribuição da produção da região oeste do estado, via o complexo portuário a ser instalado na região leste - complexo portuário da baía de Todos os Santos (SANT'ANNA, 2004).

Entretanto, como afirma Pedrão, a questão do semi-árido necessita de respostas que atendam a sua característica única, que não tem nada a ver com a região oeste. Constatase, então, como premissa básica, que o objetivo é a busca de canais mais eficientes, contando, entretanto, com recursos escassos para os investimentos. Deve-se, então, avaliar, tanto os nossos esforços quanto os dos concorrentes, diante da resistência dos outros estados que pleiteiam os mesmos objetivos, e dos meios de que eles dispõem, para que se possa nivelar os nossos esforços e se obter sucesso na consecução dos objetivos.

Portanto, são necessários investimentos substanciais para a infra-estrutura viária; investimentos que deverão ser realizados por uma parceria entre os investimentos públicos e privados. Isto porque se sabe que as ferrovias estão concedidas a investidores privados, e o capital, por sua natureza, não gosta de correr riscos. Por outro lado, encontra-se o Estado como ator principal, no que tange aos investimentos nas rodovias e hidrovias. Não se pode esquecer que tais investimentos devem contemplar "os canais de distribuição" e não apenas um canal, criando alternativas e contribuindo para que a distribuição da produção se torne mais competitiva, não esquecendo, também, que a soja é uma commodity: os preços são dados ao produtor. Portanto, o que interessa é agregar valor, aumentar a produtividade, e melhorar a logística de distribuição.

A discussão acima nos remete à importância da implementação de reformas na Administração Pública, que propõe a mudança da administração pública burocrática e clientelista para uma administração pública gerencial.

Kaufman (1998), através da análise de abordagens teóricas da reforma do Estado, ressalta que além de mudanças na política econômica, é necessário que haja modificações na estrutura institucional, uma vez que através dela se elabora e se implementa a política que, por sua vez, é afetada pelo conflito e negociação entre

<sup>3</sup> Planejamento Estratégico da Bahia. Bahia 2020 – O Futuro a Gente Faz, p. 92

grupos de interesses domésticos e internacionais, políticos e burocratas.

Portanto, deve-se dedicar atenção maior para compreender a operacionalidade do Estado, que abrange a operacionalidade política e a operacionalidade da administração pública em sua essência. É preciso entender que o aspecto técnico-racional da administração pública carrega pressupostos históricos e ideológicos.

É a dinâmica da operacionalidade política que fomenta as condições para operacionalidade da administração pública. Segundo Pedrão (2004) e Burstyn (1998), nota-se uma grande assimetria da realidade por parte de algumas teorias da administração pública que vêem apenas o aspecto técnico-racional da administração sem sua correspondência histórica e ideológica.

## Referências

BAHIA. Governo do Estado. *Relatório de Atividades*. Salvador. 1999. Disponível em: <<http://www.seplantec.gov.ba.br>>. Acesso em: 20 set. 2000.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Bahia 2020. O Futuro a Gente Faz. Plano Estratégico da Bahia*. Salvador, 2003.

BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. *Bahia século XXI. Temas Estratégicos*. Salvador, 2002.

BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. *Tendências da Economia Baiana*. Série de Estudos Estratégicos. Salvador, 2000.

BEAUFRE, André. *Introdução à estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Ed. 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Uma reforma gerencial da Administração pública no Brasil*. Revista do Serviço Público, ano 49, n.1, jan/mar 1998, pp- 05-42.

BURSZTYN, Marcel. *Introdução à crítica da razão desestatizante*. Revista do Serviço Público, ano 49, n.1, jan/mar 1998, pp- 43-69.

CASTOR, Belmiro VJ, FRANÇA, Célio Francisco. *Administração pública no Brasil: Exaustão e revigoração do modelo*.

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentado - Oeste da Bahia*. Salvador: 1997. Disponível em: <<http://www.car.gov.ba.br>>. Acesso em: 14 set. 2000.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia*. Salvador: FIEB/SEI, 1998.

GUIMARÃES, Carlos Augusto S. *Crise, reforma do Estado e a questão regional: uma reflexão sobre a criação de um núcleo estratégico no aparelho do estado e das organizações sócias e suas repercussões na região nordeste do Brasil*. Revista do Mestrado em Ciência política. UFPE, ano 7, n.11, jul. pp-105-123. Recife, 2001.

KAUFMAN, Robert R. *A política da reforma do Estado: um exame de abordagens teóricas*. Revista do Serviço Público, ano 49, n.1, jan/mar 1998, pp- 43-69

MENEZES, Vladson. O Comportamento recente e os condicionamentos da evolução da economia baiana. IN: *Bahia. Tendências da Economia Baiana*. Série de Estudos Estratégicos, SEPLANTEC, Salvador, 2000.

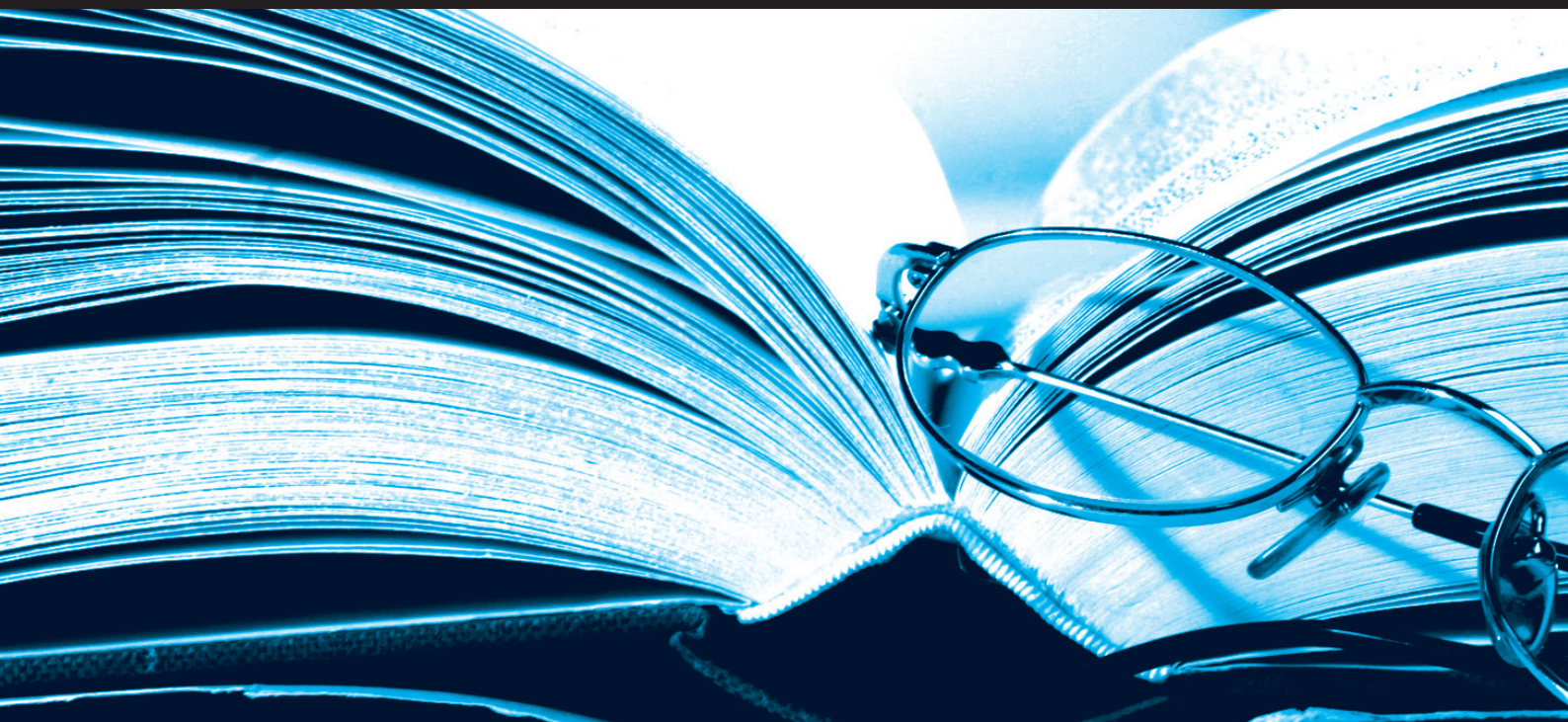
PEDRÃO, Fernando Cardoso. *Contribuição para uma política de desenvolvimento do Estado da Bahia*. Salvador, Comissão de Planejamento Econômico, 1963.

\_\_\_\_\_. *Introdução à economia. Estado e políticas públicas* - Notas de Discussão IX. Instituto de Pesquisas Sociais. Salvador, 2004.

PROSÉRPIO Renata. *Bahia - o que virá após a década "perdida"?* IN: *Bahia Análises e Dados*, CEI, VI, n.1, p.4-12, Salvador, dez. 1991.

SANT'ANNA, Aurélio. *Estratégia Logística – Uma árvore com muitos galhos: Uma perspectiva da distribuição da produção de soja na região oeste do Estado da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Unifacs, 2004. ■

# O MAIOR ACERVO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ECONOMIA DO ESTADO.



Visite a Biblioteca da SEI e acesse mais de 25 mil títulos e 500 periódicos e relatórios técnicos de instituições nacionais e internacionais.

**Coordenação de Biblioteca e Documentação da SEI**

De 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 17:30

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida, CAB, Salvador-BA

(71) 3115-4748/ [cobi@sei.ba.gov.br](mailto:cobi@sei.ba.gov.br) [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)



## Investimentos industriais previstos irão gerar 56.737 novos postos de trabalho

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2006-2010, totalizaram um volume da ordem de R\$ 10,2 bilhões agregando 423 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Em relação ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa de que os empreendimentos industriais gerem 56.737 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (39%) e Grande Recôncavo (20%) concentram 59% dos empregos, ou 33.706 postos de trabalho. Os restantes são responsáveis por 41% dos empregos, destacando-se o eixo Mata Atlântica que responde por 13% dos empregos ou 7.135 novos postos.

Quanto à localização, indicada pelos eixos de desenvolvimento, observa-se que os eixos Metropolitano e Extremo Sul respondem por 81% dos investimentos previstos, concentrados num volume de aproximadamente R\$ 8,3 bilhões, além de alocar 56% dos projetos. Os demais agregam volume na ordem de R\$ 1,9 bilhões, em 185 projetos (44%).

No tocante ao complexo de atividade econômica, infere-se que 69% encontram-se alocados nos complexos Madeiro (40,6%), de Transformação Petroquímica (18,3%) e Químico-Petroquímico (9,9%), totalizando R\$ 7,1 bilhões, em 162 projetos. Os demais complexos são responsáveis por um volume de R\$ 3,2 bilhões, distribuídos em 261 projetos, notadamente no complexo de Calçados/Têxtil/Confecções, com participação de 9% dos investimentos.

Analisando os investimentos quanto à situação, verifica-se que 56% estão em ampliações de novas unidades industriais, representando um volume de aproximadamente, R\$ 5,7 bilhões em 82 projetos. Enquanto que 44% encontram-se em ampliações e 0,3% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 4,6 bilhões em 341 projetos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: os incentivos especiais para o setor de informática, em 1995; o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes, em 1997; o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica, em 1998; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontram-se a Perfyl Perfilados Plásticos Ltda, a Luigi Calçados, a Energética Serra da Prata, a Bomplastil Embalagens Ltda, a Camaçari Embalagens do Nordeste, a Organização Leão do Norte e a Pjota Indústria Comércio e Serviços de Informática Ltda.

**Tabela 1**  
**Investimentos industriais previstos para a Bahia**  
**Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2006 - 2010**

| Complexo                           | Volume (R\$1.000,00) | Nº. Projetos |
|------------------------------------|----------------------|--------------|
| Agroalimentar                      | 1.014.510            | 67           |
| Atividade mineral e beneficiamento | 434.756              | 21           |
| Calçados/Têxtil/Confecções         | 935.056              | 47           |
| Complexo madeireiro                | 4.179.228            | 12           |
| Eletroeletrônico                   | 208.833              | 56           |
| Metal-mecânico                     | 452.621              | 42           |
| Químico-petroquímico               | 1.885.397            | 83           |
| Reciclagem                         | 1.156                | 1            |
| Transformação petroquímica         | 813.914              | 87           |
| Outros                             | 357.116              | 7            |
| <b>Total</b>                       | <b>10.282.585</b>    | <b>423</b>   |

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/06.

**Tabela 2**  
**Investimentos industriais previstos para a Bahia**  
**Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2006 - 2010**

| Eixo                          | Volume (R\$1.000,00) | Nº. Projetos |
|-------------------------------|----------------------|--------------|
| Baixo Médio São Francisco     | 49.439               | 7            |
| Centro Leste do São Francisco | 22.193               | 2            |
| Chapada Norte                 | 61.708               | 7            |
| Chapada Sul                   | 4.890                | 4            |
| Extremo Sul                   | 3.362.734            | 15           |
| Grande Recôncavo              | 411.690              | 59           |
| Mata Atlântica                | 252.171              | 48           |
| Médio São Francisco           | 2.300                | 1            |
| Metropolitano                 | 4.956.780            | 223          |
| Nordeste                      | 33.424               | 6            |
| Oeste do São Francisco        | 253.348              | 6            |
| Planalto Central              | 292.103              | 1            |
| Planalto Sudoeste             | 184.730              | 34           |
| A Definir                     | 395.076              | 10           |
| <b>Total</b>                  | <b>10.282.585</b>    | <b>423</b>   |

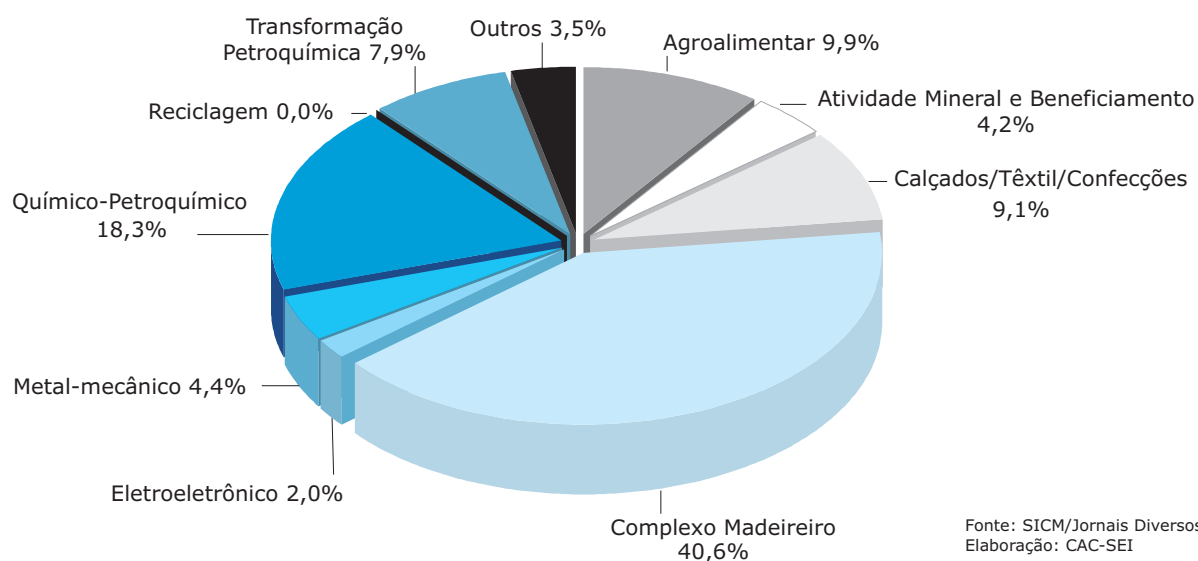
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/06.

## Investimentos previstos para a Bahia - 2006/2010

### Participação por complexo de atividade



## Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM, através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

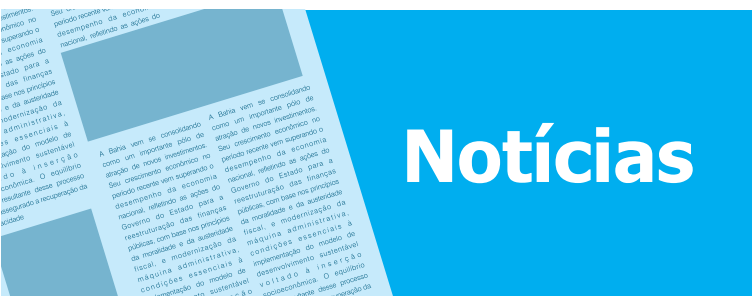
Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em Reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site desta instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

# [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

## Informação a um só **clique**

Através do site da SEI você fica por dentro  
das mais relevantes informações  
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.  
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED  
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e  
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.  
Navegue e conheça a Bahia de perto.  
Um canal de comunicação aberto para você.



# Notícias

## Negócios

### Pólo baiano de pneus atrai pequenos fabricantes

O pólo baiano de fabricantes de pneus tem atraído também fabricantes de menor porte. Standard Tyres, empresa de origem britânica, terá uma fábrica de pneus industriais - categoria que inclui empilhadeiras, rebocues e veículos de carga para portos e aeroportos - em Feira de Santana, onde atuará sob a bandeira Watts Bahia. O investimento será de R\$ 8,2 milhões.

A empresa alemã Continental, que está entre as de grande porte, inaugurou ontem sua primeira fábrica de pneus no Brasil. A unidade recebeu cerca de US\$ 260 milhões em investimentos e está localizada no Pólo Industrial de Camaçari, a 45 quilômetros de Salvador, em uma área de 800 mil metros quadrados.

Até o final do ano, a produção atingirá a marca de nove mil pneus para veículos de passeio por dia. O volume atingirá quatorze mil unidades na primeira metade do próximo ano, aposta a companhia. Em 2006, o empreendimento deverá gerar 700 empregos diretos, mas a estimativa é de que as contratações cheguem a 1,2 mil quando a fábrica estiver operando com capacidade plena.

A fábrica da Continental não se limitará aos pneus de passeio. No início do segundo semestre começarão a ser produzidos também pneu de carga. A Bridgestone Firestone, fabricante de pneus que também vai se instalar em Camaçari, prevê investir US\$ 280 milhões na sua fábrica.

*Pólo baiano de pneus atrai pequenos fabricantes. Valor Econômico, 06/04/2006.*

## Braskem terá controle integral da Politenos

A Braskem assumirá o controle integral da Politenos, a fabricante de resinas de polietileno do pólo petroquímico da Bahia, segundo pessoas familiarizadas com a negociação. A empresa do grupo Odebrecht, que já possui 35% das ações ordinárias, comprará os 65% das ações em posse da Suzano Petroquímica (35%) e dos sócios japoneses Sumitomo (20%) e Itochu (10%), de acordo com as fontes ouvidas pelo Valor. O negócio tem valor estimado entre US\$ 250 milhões e US\$ 300 milhões.

A Politenos é a última grande empresa fabricante de resinas do pólo baiano que não faz parte da estrutura original que deu origem à Braskem. Criada em 2002, como maior petroquímica do País, a Braskem é resultado da integração entre a central de matérias-primas (Copene) a cinco empresas de segunda geração. Em 2005, a Politenos apurou receita bruta de R\$ 1,47 bilhão, o que representa alta de 3% sobre 2004. O lucro líquido foi de 63,2 milhões, queda de 34%. O anúncio da compra da Politenos ocorre logo depois de a Petrobras ter anunciado, recentemente, a desistência de aumentar sua fatia no controle da Braskem. Com essa operação, os dirigentes da Braskem pretendiam caminhar para uma integração dos seus ativos no pólo petroquímico do Sul.

Apenas a compra das ações da Politenos pela Braskem talvez não sacie a percepção dos investidores na empresa, uma vez que ela já é esperada há tempos. Quando houve o leilão de venda da Copene, adquirida pela Odebrecht, em 2001, as ações do grupo Suzano ficaram de fora. Desde então, Braskem e Suzano negociaram diversas vezes a compra das ações, sem chegar a uma definição. Um dos empecilhos para a concretização do negócio é a participação da Suzano na Norquisa, uma das empresas que controlam a Braskem e que poderá ser excluída do negócio.

Para acalmar a percepção dos investidores, a Braskem poderá anunciar uma expansão na unidade industrial da Politenos, cuja capacidade está limitada a 360 mil toneladas de resinas por ano. Os atuais executivos da Politenos reclamam das dificuldades do fornecimento da matéria-prima por parte, justamente, da Braskem. A empresa do grupo Odebrecht poderá trazer ainda mais detalhes sobre as negociações de uma

joint venture com a PDVSA para fabricar polipropileno na Venezuela.

*Braskem terá controle integral da Políteno. Valor Econômico, 05/04/2006*

## Vipal investirá R\$ 150 mi em duas fábricas

A gaúcha Vipal, fabricante de produtos para reforma e reparos de pneus e câmaras de ar, vai investir R\$ 150 milhões para aumentar de dois para quatro seu número de fábricas. A estratégia também levará a companhia a abrir sua primeira fábrica fora do Rio Grande do Sul. Além das duas unidades de manufatura localizadas em Nova Prata, a cerca de 170 quilômetros de Porto Alegre, a empresa tem centros de distribuição em outros cinco estados. No exterior, tem centrais na Argentina, Chile, México e Estados Unidos. O maior investimento será na unidade baiana localizada em Feira de Santana, a 110 quilômetros de Salvador. A fábrica, que receberá aporte de R\$ 113 milhões, ficará no Centro Industrial de Subaé (CIS) e ocupará uma área de 600 mil metros quadrados - o terreno já foi comprado -, com 25 mil metros de área construída.

Em nota, a empresa confirmou o investimento ao Valor. Investimento que será, ao longo de quatro anos, mas a unidade já entrará em operação em maio de 2007. O protocolo de intenção de investimento assinado pela companhia com o governo baiano diz que o empreendimento também poderá ser responsável pela produção de cola para reforma de pneus e protetores de câmara de ar, entre outros produtos. A produção total prevista será de 4,5 mil toneladas por mês.

Em Nova Prata serão realizados os investimentos adicionais. Na terceira fábrica da Vipal na cidade serão aplicados R\$ 24,8 milhões - os aportes têm sido feitos desde o ano passado. A unidade começará a operar em seis meses e será responsável pela produção de componentes para indústria de artefatos de borracha. Os R\$ 12 milhões restantes serão investidos na ampliação da fábrica 1 da companhia - está prevista, por exemplo a automatização da sala de mistura de borrachas.

A nova fábrica da Vipal na Bahia vai aumentar o peso de Feira de Santana, no recém-nascido pólo baiano de pneus, lembra Alfredo Müller Falcão, diretor do

Centro Industrial de Subaé - A cidade é sede também da fábrica da Pirelli no estado e assistiu, na semana passada, ao início das obras da unidade local da Standard Tyres. Em Camaçari, já se instalou a Continental e será instalada também a Bridgestone Firestone. A empresa gaúcha chegou a cogitar construir em outros locais a fábrica que ficará na Bahia. Entre as alternativas estava o próprio Rio Grande do Sul, Pernambuco - onde fica um de seus centros de distribuição (os outros estão em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás) - e mesmo outros países estiveram cotados para sediar a Vipal. A proximidade de Camaçari com os portos de Aratu e Ilhéus e o crescimento do pólo baiano de pneus, entretanto, pesaram na decisão - afirma a empresa.

Com os investimentos, a Vipal quer preparar sua estrutura para atender ao mercado externo, diz o vice-presidente executivo. No ano passado, as exportações passaram a representar aproximadamente 10% do faturamento da companhia - a Vipal não revela seu faturamento, estimado, no mercado, em cerca de R\$ 600 milhões. Para este ano, a aposta é de que as exportações crescerão 32%, apesar da valorização do Real.

*Vipal investirá R\$ 150 mi em duas fábricas. Valor econômico, 06/04/2006.*

## Pau Brasil ganha posto de biofábrica de cacau

Plantadores de cacau da região sul da Bahia estão tendo um novo incentivo. Em visita ao município de Pau Brasil, o governador Paulo Souto inaugurou uma unidade descentralizada da biofábrica para recepção e distribuição de mudas de cacau clonal, resistente a pragas, como a vassoura-de-bruxa. A unidade estará ligada à biofábrica matriz, localizada em Ilhéus e responsável pela produção das mudas. Com 300 metros quadrados de área, a unidade de Pau Brasil tem capacidade para recepção e distribuição de 20 mil mudas de cacau.

Ao conferir de perto o viveiro das mudas na biofábrica, o governador lembrou o esforço do Estado na recuperação da lavoura após a queda na produção de cacau nos últimos anos. Segundo o governador, o esforço estadual já conseguiu a recuperação, embora ainda seja uma produção baixa, para 140 a 150 mil toneladas por ano.

Também receberão unidades da biofábrica os municípios de Gandu, Ibirataia, Ipiaú, Ubaitaba, Itajuípe, Coaraci, Buerarema, Jussari, Camacã, Arataca, Santa Luzia, Una, Canavieiras, Mascote, Eunápolis e Camamu.

O investimento total para implantação das unidades nos 19 municípios é de cerca de R\$ 1,6 milhão. Desde a sua criação, em outubro de 1999, até março deste ano, a biofábrica de Ilhéus (matriz) produziu mais de 13,4 milhões de mudas, atendendo a 8.166 produtores.

*Pau Brasil ganha posto de biofábrica de cacau. Diário Oficial, 11/4/2006.*

## Oxitenos investe em fábrica de álcoois graxos

Unidade industrial vai produzir matéria-prima para a empresa de cosméticos a partir do palmiste, extraído do caroço de dendê. A primeira fábrica de álcoois graxos da América Latina ficará na Bahia. O projeto, da indústria química Oxitenos, atualmente a maior importadora dos produtos, foi apresentado ao governador Paulo Souto pelo presidente da empresa, Pedro Wongschowski. O empreendimento de US\$ 110 milhões já começou a ser implantado em Camaçari, com inauguração prevista para abril de 2007.

Com isso, a Oxitenos entra na produção de álcoois graxos, largamente utilizados na indústria de cosméticos, apostando no potencial do dendê baiano. A idéia é produzir a partir do óleo de palmiste, contando com o apoio do governo estadual nos programas de fomento do cultivo da oleaginosa, causando impacto social significativo por conta da geração de emprego e renda nas regiões produtoras.

Pelo projeto, a fábrica de álcoois graxos da Oxitenos deve consumir anualmente 80 mil toneladas de óleo de palmiste. Toda a produção da unidade terá capacidade de fabricação de 62 mil toneladas/ano de álcoois graxos, e só atenderá a 25% da demanda do grupo, que utiliza os álcoois graxos para a produção de óxido de eteno e derivados.

Os principais países produtores de óleo de palmiste atualmente são a Malásia e a Indonésia, com 67% da produção. No caso dos álcoois graxos, cinco (Sasol, Shell, Cognis, Kao e P&G) detêm 76% da capacidade

de produção mundial. O restante vem de produtores menores, especialmente do sudeste asiático. Nas Américas, só há produção nos EUA. A Oxitenos produz atualmente óxido de eteno e derivados, usados na fabricação de poliéster, detergentes, tintas, defensivos agrícolas e na prospecção de petróleo.

*Oxitenos investe em fábrica de álcoois graxos. Diário Oficial, 11/4/2006.*

## Indicadores

### Juro básico cai para 15,75% ao ano

O Banco Central reduziu ontem a taxa de juros da economia brasileira, que voltou ao patamar de cinco anos atrás. O Copom (Comitê de Política Monetária) determinou o corte de 0,75 ponto percentual na taxa básica, para 15,75% ao ano, a mesma da reunião de março de 2001. Como na maior parte das reuniões do Copom, a decisão já era esperada pelos analistas do mercado financeiro.

Esse foi o sétimo corte consecutivo e o terceiro dessa magnitude. O primeiro corte, promovido em setembro do ano passado, foi de 0,25 ponto percentual. Os quatro seguintes foram de meio ponto. Neste ano, na reunião de janeiro, o Copom aumentou o corte para 0,75 ponto percentual e o mesmo aconteceu no encontro de março. Isso ocorreu porque as reuniões do colegiado deixaram de ser mensais, passando a ocorrer a cada 45 dias, em média. Com a decisão de ontem, a taxa de juros já caiu quatro pontos percentuais desde o início do processo de corte. O corte de apenas 0,75 ponto percentual pode ser considerado conservador por analistas, já que a trajetória de inflação caminha para a meta, que é 4,5%, medida pelo IPCA com tolerância de dois pontos para cima ou para baixo.

No último levantamento feito pela autoridade monetária, o mercado financeiro esperava uma inflação de 4,43%. A mudança no comando do Ministério da Fazenda pode ter pesado para essa decisão mais conservadora. Antonio Palocci foi demitido no dia 27 de março e substituído por Guido Mantega, que, quando era presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), criticava a condução da política monetária. No entanto, de acordo com os dados mais recentes dos indicadores econômicos, não há sinais de que a inflação possa fugir do

controle. Em março, o IPCA foi de 0,43%, contra 0,41% no mês anterior.

Além disso, o índice que mede a utilização da capacidade instalada foi de 80,9%, contra 80,6% de janeiro, mostrando que a indústria tem capacidade de aumentar a produção no curto prazo sem causar inflação. O efeito dessa redução para o consumidor será pequeno, já que a diferença entre a taxa Selic e a taxa cobrada das pessoas físicas é muito grande. Segundo cálculos da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças), a taxa média das operações de crédito ao consumidor passará de 7,54% ao mês para 7,49% ao mês, ou de 139,24% ao ano para 137,91% ao ano.

*Juro básico cai para 15,75% ao ano. A TARDE, 20/04/2006.*

## Ação Governamental

### Ações ambientais são asseguradas em convênios assinados pelo governo

Ações ligadas à preservação do meio ambiente na Bahia serão desenvolvidas através de protocolos e convênios assinados pelo Governo do Estado e representantes do setor empresarial. Encabeçado pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), o pacote de serviços inclui a implementação de corredores ecológicos em regiões de mata atlântica e nas ilhas e estuários da Baía de Todos os Santos, além da criação da primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) estadual de interesse público, localizada no município de Una.

Os convênios prevêm ainda a recuperação e ampliação do anel florestal do Pólo Petroquímico de Camaçari. A idéia é quadruplicá-lo, passando dos atuais 1,5 mil hectares de mata nativa (mata atlântica) e exótica (pinho e eucalipto) para seis mil hectares, aumentando o cinturão verde que funciona como um isolamento para os gases poluentes emitidos pelas indústrias. O rol de serviços abrange ainda o decreto de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Lago do Sobradinho e a autorização para a Semarh desenvolver as ações necessárias à elaboração do Plano Estadual de Meio Ambiente.

Os protocolos evidenciam que diversos trabalhos serão desenvolvidos nos corredores ecológicos. No Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) da região do

baixo sul serão plantadas 500 mil mudas de espécies regionais e exóticas por ano, visando à recomposição das matas ciliares e florestas remanescentes. Uma série de estudos e ações também vai garantir a concepção e implantação de um projeto-piloto no CCMA das ilhas e estuários da Baía de Todos os Santos. O objetivo é proteger os atributos naturais da região e promover o ecoturismo, através da valorização de uma trilha ecológica ligando o interior ao litoral.

*Ações ambientais são asseguradas em convênios assinados pelo governo. Agecom, 11/4/2006.*

### Bahia ganha unidade de tratamento de resíduos sólidos

A Serquip, primeira empresa privada licenciada para tratar resíduos sólidos oriundos dos serviços de saúde na Bahia, irá inaugurar no final do mês sua nova unidade de tratamento. Localizada no Centro Industrial de Aratu (CIA) - município de Simões Filho -, a implantação da filial, um investimento de cerca de US\$ 2 milhões, vai permitir, nessa primeira etapa de operação, o processamento de 12 toneladas de resíduos sólidos por dia, no estado, material proveniente da área de saúde e das indústrias. De acordo com o diretor técnico da Serquip, Alexandre Menelau, o empreendimento ficará responsável pelo trabalho de coleta, transporte e destino final desses produtos, os quais receberão o tratamento adequado através da tecnologia de oxidação térmica (incineração) e esterilização (autoclave). Com a instalação da nova unidade, que poderá atingir uma capacidade de processamento de 30 toneladas por dia, serão gerados cerca de 120 empregos diretos.

Conforme o diretor técnico, um dos pontos principais desse trabalho envolve a segurança nas ações de armazenagem e transporte desses produtos até a área de tratamento. "Nós oferecemos aos nossos clientes equipamentos específicos para a coleta desses resíduos, que ainda são transportados em caminhões especialmente projetados para esse fim", explica. Segundo informações da empresa, esses materiais serão identificados por códigos de barra, sendo que os recipientes para acondicionamento e transporte são confeccionados em polietileno de alta densidade, com tampa de fechamento hermético, visando a garantir a segurança do processo. Após esse deslocamento, os resíduos passarão, então, por uma triagem, onde será indicado o procedimento mais adequado. No caso daqueles que devem ser destruídos - a exemplo de

medicamentos vencidos, peças anatômicas, animais contaminados, algodão, gaze, peças contaminadas por sangue, entre outros -, a solução será encaminhá-los para o incinerador. Durante essa fase, o material é incinerado a uma temperatura entre 800°C e 1500°C, sendo que os gases gerados no processo serão queimados sem lançamento na atmosfera, evitando assim riscos ao meio ambiente e à saúde da população.

Na avaliação de Alexandre Menelau, o auxílio prestado pelo governo estadual foi um dos responsáveis pela viabilização desse projeto, em especial, no apoio logístico oferecido pela equipe técnica da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic), autarquia vinculada à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (Sicm). Empresa totalmente brasileira, a Serquip está presente atualmente em oito estados do país, atendendo a mais de três mil clientes em diversos setores produtivos. Com mais de mil colaboradores, a empresa já contabiliza a geração, no mercado nacional, de investimentos da ordem de US\$8 milhões. A companhia responde também pela execução de diversos projetos na área de gestão de resíduos sólidos, implantação de aterros sanitários e unidades de segregação e compostagem de resíduos sólidos urbanos.

*Bahia ganha unidade de tratamento de resíduos sólidos. Correio da Bahia, 18/04/2006.*



## UNIÃO

### Atos do poder executivo

Decretos

**Decreto nº 5.742, de 3 de abril de 2006** – Promulga o Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia, assinado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.

**Decreto nº 5.744, de 4 de abril de 2006** – Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.

**Decreto nº 5.750, de 11 de abril de 2006** – Dispõe sobre a execução do Vigésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no 36, entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, na condição de Estados Partes do MERCOSUL, e da República da Bolívia, de 28 de dezembro de 2005.

**Decreto nº 5.756, de 13 de abril de 2006** – Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social, a partir de 1º de abril de 2006.

**Decreto nº 5.763, de 27 de abril de 2006** – Fixa o preço mínimo básico para uva industrial da safra 2005/2006.

## Atos do Poder Legislativo

### Leis

**Lei de nº 11.290, de 12 de abril de 2006** – Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 74.564.000,00, para os fins que especifica.

### Medidas provisórias

**Medida provisória nº 291, de 12 de abril de 2006** – Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social, a partir de 1º de abril de 2006.

## Secretaria da Receita Federal

### Instruções Normativas

**Instrução Normativa nº 643 de 12 de abril de 2006** – Dispõe sobre convênio com o Distrito Federal e municípios para delegação das atribuições e fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de

cobrança do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR).

**Instrução Normativa nº 644, de 18 de abril de 2006** – Dispõe sobre a apresentação da Declaração Final de Espólio e da Declaração de Saída Definitiva do País referente ao exercício de 2006, ano-calendário de 2006.

**Instrução Normativa nº 645, de 18 de abril de 2006** – Disciplina o tratamento de mercadorias importadas e exportadas que cumpriram a Política Tarifária Comum (PTC) do Mercosul.

**Instrução Normativa nº 649, de 28 de abril de 2006** – Estabelece procedimentos para o despacho aduaneiro de importação e de exportação de energia elétrica.

**Instrução Normativa nº 646, de 18 de abril de 2006** – Disciplina o tratamento de mercadorias importadas e exportadas que cumpriram o regime de origem mercosul (rom).

**Instrução Normativa nº 647, de 18 de abril de 2006** – Altera a Instrução Normativa SRF nº 469, de 10 de novembro de 2004, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária aos bens relacionados com a visita ao País de dignitários estrangeiros.

## Banco Central do Brasil

### Resoluções

**Resolução nº 3.360, de 5 de abril de 2006** – Institui, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), linhas de créditos destinadas ao financiamento da colheita e estocagem de café, no período agrícola 2005/2006, e ao Financiamento para Aquisição de Café (FAC) pelas indústrias, e dispõe sobre comercialização dos cafés arábica e robusta da safra 2005/2006, ao amparo da Linha Especial de Crédito (LEC).

**Resolução nº 3.361, de 5 de abril de 2006** – Dispõe sobre substituição de garantias em operações de EGF e sobre crédito para comercialização de milho ao amparo dos Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

**Resolução nº 3.362, de 26 de abril de 2006** – Dispõe sobre créditos para a comercialização com recursos controlados.

**Resolução nº 3.363, de 26 de abril de 2006** – Dispõe sobre a reprogramação de parcelas vencidas e a concessão de prazo para pagamento de parcelas vencidas, em 2006 de financiamento de custeio.

**Resolução nº 3.364, de 26 de abril de 2006** – Dispõe sobre a reprogramação de parcelas vencidas e a concessão de prazo para pagamento de parcelas vencidas, em 2006, de operações de investimento agropecuário.

## ESTADO

### Atos do poder executivo

#### Decretos

**Decreto nº 9.982 de 27 de abril de 2006** – Altera o Art. 72 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, no âmbito do Programa de Defesa da Economia Baiana – PRODECON.

## Secretaria da Fazenda

#### Portarias

**Portaria nº 140 de 10 de abril de 2006** – Altera para o exercício de 2006, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências. ■

# Indicadores Conjunturais

## Indicadores Econômicos

### Índices de Preços

#### Índice de Preços ao Consumidor - IPC<sup>1</sup> - Salvador: Abr/2006

| Grandes Grupos            | Variações do mês ( % ) |        | Variações acumuladas ( % ) |                               | Índice acumulado |            |
|---------------------------|------------------------|--------|----------------------------|-------------------------------|------------------|------------|
|                           | abr/05                 | abr/06 | No ano <sup>2</sup>        | Últimos 12 meses <sup>3</sup> | Abr/92=100       | Jun/94=100 |
| Alimentos e bebidas       | 0,13                   | 0,29   | 1,28                       | 3,38                          | 354252,4         | 237,49     |
| Habitação e encargos      | 2,25                   | 2,26   | 9,04                       | 24,79                         | 763321,5         | 610,42     |
| Artigos de residência     | 0,69                   | -0,28  | 0,91                       | -1,44                         | 281283,6         | 235,09     |
| Vestuário                 | 0,87                   | 0,86   | -2,30                      | 1,03                          | 309869,2         | 181,86     |
| Transporte e comunicação  | -0,02                  | 0,29   | 4,31                       | 13,33                         | 633466,6         | 685,55     |
| Saúde e cuidados pessoais | 0,85                   | 0,90   | 3,07                       | 6,42                          | 612549,0         | 326,35     |
| Despesas pessoais         | -0,24                  | -0,33  | 1,69                       | 4,32                          | 655583,3         | 375,92     |
| Geral                     | 0,46                   | 0,46   | 2,08                       | 6,34                          | 467328,6         | 325,65     |

Fonte: SEI

<sup>1</sup> O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos

<sup>2</sup> Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

<sup>3</sup> Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos meses anteriores

#### Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Abr/2006

| Capitais       | Valor da cesta (R\$) | Variação no mês <sup>1</sup> ( % ) | Variação acumulada ( % ) |                       | Porcentagem do salário mínimo |
|----------------|----------------------|------------------------------------|--------------------------|-----------------------|-------------------------------|
|                |                      |                                    | No ano <sup>2</sup>      | 12 meses <sup>3</sup> |                               |
| Aracaju        | 142,70               | 4,76                               | -1,79                    | 3,85                  | 44,15                         |
| Belém          | 154,14               | 5,37                               | -1,68                    | -0,79                 | 47,69                         |
| Belo Horizonte | 170,22               | 3,18                               | -3,77                    | 1,47                  | 52,66                         |
| Brasília       | 168,93               | -2,52                              | -4,67                    | -1,48                 | 52,26                         |
| Curitiba       | 172,24               | 6,58                               | -2,65                    | 0,32                  | 53,29                         |
| Florianópolis  | 168,89               | 6,70                               | -2,16                    | 1,19                  | 52,25                         |
| Fortaleza      | 126,99               | 1,57                               | -4,55                    | -5,49                 | 39,29                         |
| Goiânia        | 153,77               | 2,74                               | 3,12                     | -2,84                 | 47,57                         |
| João Pessoa    | 140,75               | 4,84                               | -2,66                    | 5,08                  | 43,55                         |
| Natal          | 140,94               | 6,56                               | 3,69                     | 1,60                  | 43,60                         |
| Porto Alegre   | 171,86               | 4,73                               | -10,16                   | -6,16                 | 53,17                         |
| Recife         | 143,00               | 7,15                               | 1,92                     | 5,38                  | 44,24                         |
| Rio de Janeiro | 175,64               | 4,13                               | -1,38                    | 3,19                  | 54,34                         |
| Salvador       | 139,82               | 4,32                               | 2,66                     | 6,27                  | 43,26                         |
| São Paulo      | 182,95               | 3,20                               | -0,26                    | 1,12                  | 56,60                         |
| Vitória        | 161,88               | 0,79                               | -2,25                    | -2,00                 | 50,08                         |

Fonte: DIEESE

<sup>1</sup> Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

<sup>2</sup> Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

<sup>3</sup> Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

## Agricultura

### Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2005/2006

| Produtos do LSPA <sup>1</sup> | Produção física (t) |                   |              | Rendimento médio (kg/ha) |                   |              |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|--------------|--------------------------|-------------------|--------------|
|                               | 2005 <sup>2</sup>   | 2006 <sup>3</sup> | Variação (%) | 2005 <sup>2</sup>        | 2006 <sup>3</sup> | Variação (%) |
| <b>Lavouras temporárias</b>   |                     |                   |              |                          |                   |              |
| Abacaxi <sup>4</sup>          | 119.132             | 131.374           | 10,3         | 24.914                   | 25.308            | 1,6          |
| Algodão herbáceo              | 816.977             | 796.762           | -2,5         | 3.184                    | 3.351             | 5,3          |
| Alho                          | 7.432               | 7.386             | -0,6         | 6.939                    | 7.068             | 1,9          |
| Amendoim                      | 7.042               | 7.034             | -0,1         | 1.150                    | 1.151             | 0,1          |
| Arroz total                   | 92.683              | 30.026            | -67,6        | 2.376                    | 1.756             | -26,1        |
| Arroz sequeiro                | 74.832              | 26.295            | -64,9        | 2.156                    | 1.624             | -24,7        |
| Arroz irrigado                | 17.851              | 3.731             | -79,1        | 4.161                    | 4.100             | -1,5         |
| Batata-inglesa                | 177.150             | 223.950           | 26,4         | 31.578                   | 34.560            | 9,4          |
| Cana-de-açúcar                | 5.636.887           | 5.748.962         | 2,0          | 58.761                   | 60.377            | 2,8          |
| Cebola                        | 121.631             | 140.944           | 15,9         | 20.428                   | 24.436            | 19,6         |
| Feijão total                  | 460.505             | 450.726           | -2,1         | 670                      | 682               | 1,8          |
| Feijão 1ª safra               | 122.830             | 74.472            | -39,4        | 482                      | 361               | -25,1        |
| Sequeiro                      | 61.912              | 47.944            | -22,6        | 434                      | 409               | -5,7         |
| Irrigado                      | 5.520               | 5.340             | -3,3         | 2.667                    | 3.456             | 29,6         |
| Caupi                         | 55.398              | 21.188            | -61,8        | 503                      | 242               | -51,9        |
| Feijão 2ª safra               | 337.675             | 376.254           | 11,4         | 781                      | 828               | 6,0          |
| Sequeiro                      | 302.735             | 341.127           | 12,7         | 749                      | 803               | 7,2          |
| Irrigado                      | 23.947              | 23.817            | -0,5         | 2.241                    | 2.250             | 0,4          |
| Caupi                         | 10.993              | 11.220            | 2,1          | 629                      | 585               | -7,0         |
| Fumo                          | 11.021              | 11.021            | 0,0          | 923                      | 923               | 0,0          |
| Mamona                        | 135.394             | 74.496            | -45,0        | 734                      | 705               | -4,0         |
| Mandioca                      | 4.512.817           | 4.318.220         | -4,3         | 12.840                   | 12.323            | -4,0         |
| Milho total                   | 1.614.899           | 1.167.999         | -27,7        | 2.067                    | 1.678             | -18,8        |
| Milho 1ª safra                | 1.206.621           | 686.678           | -43,1        | 3.020                    | 2.260             | -25,2        |
| Sequeiro                      | 1.155.660           | 636.198           | -44,9        | 2.966                    | 2.144             | -27,7        |
| Irrigado                      | 50.961              | 50.480            | -0,9         | 5.176                    | 7.070             | 36,6         |
| Milho 2ª safra                | 408.278             | 481.321           | 17,9         | 1.070                    | 1.227             | 14,7         |
| Sequeiro                      | 406.946             | 479.230           | 17,8         | 1.068                    | 1.223             | 14,6         |
| Irrigado                      | 1.332               | 2.091             | 57,0         | 3.149                    | 5.503             | 74,8         |
| Soja                          | 2.401.200           | 1.991.160         | -17,1        | 2.760                    | 2.283             | -17,0        |
| Sorgo granífero               | 104.196             | 69.929            | -32,9        | 1.798                    | 1.740             | -3,2         |
| Tomate                        | 204.599             | 220.051           | 7,6          | 38.927                   | 41.402            | 6,4          |
| Trigo                         | 1.915               | 1.915             | 0,0          | 5.583                    | 5.583             | 0,0          |
| <b>Lavouras permanentes</b>   |                     |                   |              |                          |                   |              |
| Banana <sup>5</sup>           | 865.221             | 1.005.823         | 16,3         | 13.880                   | 14.434            | 4,0          |
| Cacau                         | 142.240             | 164.568           | 15,7         | 255                      | 289               | 13,1         |
| Café                          | 140.339             | 153.180           | 9,1          | 962                      | 1.024             | 6,5          |
| Castanha-de-cajú              | 5.964               | 5.554             | -6,9         | 289                      | 271               | -6,1         |
| Coco-da-baía <sup>4</sup>     | 723.600             | 708.549           | -2,1         | 8.873                    | 8.767             | -1,2         |
| Dendê                         | nd                  | nd                | -            | -                        | nd                | -            |
| Guaraná                       | 1.293               | 1.403             | 8,5          | 209                      | 227               | 8,8          |
| Laranja <sup>5</sup>          | 800.852             | 800.556           | 0,0          | 15.877                   | 15.874            | 0,0          |
| Mamão <sup>5</sup>            | 679.083             | 707.457           | 4,2          | 50.429                   | 54.812            | 8,7          |
| Maracujá <sup>4</sup>         | nd                  | nd                | -            | -                        | nd                | -            |
| Pimenta-do-reino              | 3.224               | 3.516             | 9,1          | 2.457                    | 2.539             | 3,3          |
| Sisal                         | 195.680             | 211.667           | 8,2          | 887                      | 859               | -3,2         |
| Uva                           | 86.338              | 86.338            | 0,0          | 25.230                   | 25.230            | 0,0          |

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

<sup>1</sup> A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

<sup>2</sup> Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)

<sup>3</sup> Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), abril/2006 (dados sujeitos a retificação)

<sup>4</sup> Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

<sup>5</sup> Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

## Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005/2006

| Produtos do LSPA <sup>1</sup> | Área plantada (ha) |                   |              | Área colhida (ha) |                   |              | Área perdida (ha) <sup>4</sup> |                   |
|-------------------------------|--------------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|--------------|--------------------------------|-------------------|
|                               | 2005 <sup>2</sup>  | 2006 <sup>3</sup> | Variação (%) | 2005 <sup>2</sup> | 2006 <sup>3</sup> | Variação (%) | 2005 <sup>2</sup>              | 2006 <sup>3</sup> |
| <b>Lavouras temporárias</b>   |                    |                   |              |                   |                   |              |                                |                   |
| Abacaxi                       | 4.805              | 5.191             | 8,0          | 4.805             | 5.191             | 8,0          | 0                              | 0                 |
| Algodão herbáceo              | 257.567            | 238.384           | -7,4         | 257.567           | 237.784           | -7,7         | 0                              | 600               |
| Alho                          | 1.071              | 1.045             | -2,4         | 1.071             | 1.045             | -2,4         | 0                              | 0                 |
| Amendoim                      | 6.122              | 6.111             | -0,2         | 6.122             | 6.111             | -0,2         | 0                              | 0                 |
| Arroz total                   | 39.004             | 17.100            | -56,2        | 39.004            | 17.100            | -56,2        | 0                              | 0                 |
| Arroz sequeiro                | 34.714             | 16.190            | -53,4        | 34.714            | 16.190            | -53,4        | 0                              | 0                 |
| Arroz irrigado                | 4.290              | 910               | -78,8        | 4.290             | 910               | -78,8        | 0                              | 0                 |
| Batata-inglesa                | 5.610              | 6.480             | 15,5         | 5.610             | 6.480             | 15,5         | 0                              | 0                 |
| Cana-de-açúcar                | 96.319             | 95.480            | -0,9         | 95.929            | 95.218            | -0,7         | 390                            | 262               |
| Cebola                        | 5.954              | 5.868             | -1,4         | 5.954             | 5.768             | -3,1         | 0                              | 100               |
| Feijão total                  | 775.368            | 748.862           | -3,4         | 687.440           | 660.986           | -3,8         | 87.928                         | 87.876            |
| Feijão 1ª safra               | 342.929            | 294.380           | -14,2        | 255.001           | 206.504           | -19,0        | 87.928                         | 87.876            |
| Sequeiro                      | 230.147            | 190.149           | -17,4        | 142.717           | 117.351           | -17,8        | 87.430                         | 72.798            |
| Irigado                       | 2.070              | 1.545             | -25,4        | 2.070             | 1.545             | -25,4        | 0                              | 0                 |
| Caupi                         | 110.712            | 102.686           | -7,2         | 110.214           | 87.608            | -20,5        | 498                            | 15.078            |
| Feijão 2ª safra               | 432.439            | 454.482           | 5,1          | 432.439           | 454.482           | 5,1          | 0                              | 0                 |
| Sequeiro                      | 404.273            | 424.714           | 5,1          | 404.273           | 424.714           | 5,1          | 0                              | 0                 |
| Irigado                       | 10.687             | 10.587            | -0,9         | 10.687            | 10.587            | -0,9         | 0                              | 0                 |
| Caupi                         | 17.479             | 19.181            | 9,7          | 17.479            | 19.181            | 9,7          | 0                              | 0                 |
| Fumo                          | 11.939             | 11.939            | 0,0          | 11.939            | 11.939            | 0,0          | 0                              | 0                 |
| Mamona                        | 185.521            | 107.566           | -42,0        | 184.346           | 105.712           | -42,7        | 1.175                          | 1.854             |
| Mandioca                      | 380.078            | 366.289           | -3,6         | 351.473           | 350.417           | -0,3         | 28.605                         | 15.872            |
| Milho total                   | 808.761            | 756.477           | -6,5         | 781.121           | 696.120           | -10,9        | 27.640                         | 60.357            |
| Milho 1ª safra                | 427.140            | 364.163           | -14,7        | 399.500           | 303.806           | -24,0        | 27.640                         | 60.357            |
| Sequeiro                      | 417.295            | 357.023           | -14,4        | 389.655           | 296.666           | -23,9        | 27.640                         | 60.357            |
| Irigado                       | 9.845              | 7.140             | -27,5        | 9.845             | 7.140             | -27,5        | 0                              | 0                 |
| Milho 2ª safra                | 381.621            | 392.314           | 2,8          | 381.621           | 392.314           | 2,8          | 0                              | 0                 |
| Sequeiro                      | 381.198            | 391.934           | 2,8          | 381.198           | 391.934           | 2,8          | 0                              | 0                 |
| Irigado                       | 423                | 380               | -10,2        | 423               | 380               | -10,2        | 0                              | 0                 |
| Soja                          | 870.000            | 872.100           | 0,2          | 870.000           | 872.100           | 0,2          | 0                              | 0                 |
| Sorgo granífero               | 57.945             | 40.413            | -30,3        | 57.945            | 40.192            | -30,6        | 0                              | 221               |
| Tomate                        | 5.256              | 5.135             | -2,3         | 5.256             | 5.315             | 1,1          | 0                              | -180              |
| Trigo                         | 343                | 343               | 0,0          | 343               | 343               | 0,0          | 0                              | 0                 |
| <b>Lavouras permanentes</b>   |                    |                   |              |                   |                   |              |                                |                   |
| Banana                        | 62.424             | 70.358            | 12,7         | 62.336            | 69.685            | 11,8         | 88                             | 673               |
| Cacau                         | 556.727            | 569.372           | 2,3          | 556.727           | 569.372           | 2,3          | 0                              | 0                 |
| Café                          | 145.957            | 152.260           | 4,3          | 145.957           | 149.592           | 2,5          | 0                              | 2.668             |
| Castanha-de-cajú              | 20.779             | 20.509            | -1,3         | 20.660            | 20.490            | -0,8         | 119                            | 19                |
| Coco-da-baía                  | 81.604             | 81.249            | -0,4         | 81.547            | 80.823            | -0,9         | 57                             | 426               |
| Dendê                         | nd                 | nd                | -            | nd                | nd                | -            | -                              | -                 |
| Guaraná                       | 6.197              | 6.305             | 1,7          | 6.197             | 6.168             | -0,5         | 0                              | 137               |
| Laranja                       | 50.593             | 50.663            | 0,1          | 50.441            | 50.433            | 0,0          | 152                            | 230               |
| Mamão                         | 13.611             | 13.197            | -3,0         | 13.466            | 12.907            | -4,2         | 145                            | 290               |
| Maracujá                      | nd                 | nd                | -            | nd                | nd                | -            | -                              | -                 |
| Pimenta-do-reino              | 1.312              | 1.410             | 7,5          | 1.312             | 1.385             | 5,6          | 0                              | 25                |
| Sisal                         | 226.458            | 246.299           | 8,8          | 220.558           | 246.299           | 11,7         | 5.900                          | 0                 |
| Uva                           | 3.422              | 3.422             | 0,0          | 3.422             | 3.422             | 0,0          | 0                              | 0                 |

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

<sup>1</sup> A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996<sup>2</sup> Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 dados sujeitos a retificação)<sup>3</sup> Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), abril/2006 dados sujeitos a retificação)<sup>4</sup> Equivale à área plantada menos a área colhida

## Indústria

| Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Fev/ 2006 |                     |                     |                               | %                               |
|--------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| Classes e Gêneros                                                        | No mês <sup>1</sup> | Mensal <sup>2</sup> | Acumulado no ano <sup>3</sup> | Acumulado 12 meses <sup>4</sup> |
| <b>Indústria Geral</b>                                                   | <b>-7,7</b>         | <b>7,5</b>          | <b>7,0</b>                    | <b>4,3</b>                      |
| Extrativa Mineral                                                        | -8,6                | 2,9                 | 3,8                           | -2,0                            |
| Indústria de Transformação                                               | -7,7                | 7,8                 | 7,2                           | 4,7                             |
| Alimentos e Bebidas                                                      | -23,3               | -3,5                | -5,4                          | 4,0                             |
| Celulose, papel e produtos de papel                                      | -2,6                | 44,1                | 36,0                          | 27,3                            |
| Refino de petróleo e álcool                                              | -11,0               | 8,3                 | 12,8                          | 7,3                             |
| Produtos químicos                                                        | -4,7                | 1,6                 | 0,6                           | -2,1                            |
| Borracha e plástico                                                      | 4,6                 | 32,8                | 14,2                          | 9,7                             |
| Minerais não metálicos                                                   | -6,6                | 15,0                | 17,4                          | 12,1                            |
| Metalurgia básica                                                        | 7,8                 | 12,4                | 11,4                          | 3,5                             |
| Veículos automotores                                                     | -20,8               | -9,9                | -7,9                          | 18,9                            |

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC-SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

<sup>1</sup> Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal<sup>2</sup> Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior<sup>3</sup> Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior<sup>4</sup> Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

| Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Fev/ 2005 - Fev/ 2006 |                     |                     |                               | %                               |
|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| Períodos                                                                               | No mês <sup>1</sup> | Mensal <sup>2</sup> | Acumulado no ano <sup>3</sup> | Acumulado 12 meses <sup>4</sup> |
| <b>Fevereiro/ 2005</b>                                                                 | <b>-0,3</b>         | <b>4,5</b>          | <b>6,1</b>                    | <b>10,8</b>                     |
| Março                                                                                  | 1,1                 | -0,4                | 3,8                           | 9,6                             |
| Abril                                                                                  | 2,7                 | 6,1                 | 4,4                           | 9,7                             |
| Maio                                                                                   | -3,2                | 0,3                 | 3,5                           | 8,6                             |
| Junho                                                                                  | 6,2                 | -1,8                | 2,5                           | 6,6                             |
| Julho                                                                                  | -1,3                | 9,2                 | 3,5                           | 6,9                             |
| Agosto                                                                                 | 3,2                 | 11,4                | 4,5                           | 7,3                             |
| Setembro                                                                               | -4,4                | 4,7                 | 4,5                           | 7,3                             |
| Outubro                                                                                | -2,0                | 1,9                 | 4,3                           | 6,8                             |
| Novembro                                                                               | 1,6                 | 1,1                 | 4,0                           | 4,6                             |
| Dezembro                                                                               | 6,9                 | 10,6                | 4,5                           | 4,5                             |
| Janeiro                                                                                | -3,3                | 6,6                 | 6,6                           | 4,5                             |
| <b>Fevereiro/ 2006</b>                                                                 | <b>-0,5</b>         | <b>7,6</b>          | <b>7,1</b>                    | <b>4,7</b>                      |

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC-SEI

<sup>1</sup> Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal<sup>2</sup> Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior<sup>3</sup> Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior<sup>4</sup> Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

## Energia

| Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Fev/2006 |                     |                     |                               | %                               |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| Classes                                                                         | No mês <sup>3</sup> | Mensal <sup>4</sup> | Acumulado no ano <sup>5</sup> | Acumulado 12 meses <sup>6</sup> |
| Rural/Irrigação                                                                 | -0,4                | 36,1                | 32,0                          | -3,1                            |
| Residencial                                                                     | -4,0                | -3,1                | 9,8                           | 4,7                             |
| Industrial <sup>1</sup>                                                         | -2,5                | -11,7               | -10,4                         | -5,2                            |
| Comercial                                                                       | -2,5                | -3,7                | 11,4                          | 5,0                             |
| Utilidades públicas <sup>2</sup>                                                | -7,1                | -4,6                | 4,4                           | 3,7                             |
| Setor público                                                                   | 9,0                 | 8,3                 | 7,4                           | 7,0                             |
| Concessionária                                                                  | -3,1                | -4,3                | 3,9                           | 3,5                             |
| <b>Total</b>                                                                    | <b>-2,9</b>         | <b>-2,0</b>         | <b>10,1</b>                   | <b>1,9</b>                      |

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC-SEI

<sup>1</sup> Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF, COPENE e MERCADO LIVRE

<sup>2</sup> Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

<sup>3</sup> Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

<sup>4</sup> Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

<sup>5</sup> Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

<sup>6</sup> Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

## Emprego Formal

| Variação no volume de vendas no varejo <sup>1</sup> - Bahia: Fev/2006   |                     |                     |                               | %                               |
|-------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| Classes e Gêneros                                                       | No mês <sup>2</sup> | Mensal <sup>3</sup> | Acumulado no ano <sup>4</sup> | Acumulado 12 meses <sup>5</sup> |
| Comércio Varejista                                                      | -0,8                | 7,9                 | 6,5                           | 6,6                             |
| Combustíveis e Lubrificantes                                            | 5,3                 | 11,1                | -3,6                          | -13,1                           |
| Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo     | 3,9                 | 6,4                 | 5,2                           | 6,3                             |
| Hipermercados e Supermercados                                           | 7,0                 | 11,5                | 8,5                           | 5,6                             |
| Tecidos, Vestuário e Calçados                                           | -1,3                | 4,4                 | 6,2                           | 16,1                            |
| Móveis e Eletrodomésticos                                               | -13,2               | 10,9                | 23,3                          | 36,0                            |
| Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos | nd                  | 6,3                 | 7,8                           | 11,9                            |
| Livros, jornais, revistas e papelaria                                   | nd                  | -30,6               | -24,7                         | -3,3                            |
| Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação     | nd                  | 76,1                | 89,3                          | 78,7                            |
| Outros artigos de uso pessoal e doméstico                               | nd                  | 6,1                 | 13,2                          | 12,4                            |
| Veículos, Motos e Peças                                                 | 4,4                 | 29,3                | 15,9                          | 9,6                             |
| Material de construção                                                  | nd                  | 13,8                | 4,0                           | nd                              |

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

<sup>1</sup> Dados deflacionados pelo IPCA

<sup>2</sup> Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

<sup>3</sup> Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

<sup>4</sup> Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

<sup>5</sup> Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

**Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito**  
**Salvador: Set/2002 – Set/2003**

%

| Períodos      | Consultas           |                     |                               | Inadimplências <sup>1</sup> |                     |                               |
|---------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------|-------------------------------|
|               | No mês <sup>2</sup> | Mensal <sup>3</sup> | Acumulado no ano <sup>4</sup> | No mês <sup>2</sup>         | Mensal <sup>3</sup> | Acumulado no ano <sup>4</sup> |
| Setembro 2002 | -25,5               | -45,0               | 4,2                           | 48,5                        | -94,8               | -51,4                         |
| Outubro       | 3,6                 | -62,1               | -7,4                          | -8,1                        | -88,3               | -55,8                         |
| Novembro      | -4,9                | -62,9               | -15,5                         | -7,4                        | -83,7               | -57,8                         |
| Dezembro      | 11,8                | -62,8               | -22,1                         | -6,3                        | -95,2               | -64,9                         |
| Janeiro 2003  | -10,5               | -46,3               | -46,3                         | -25,2                       | -89,0               | -89,0                         |
| Fevereiro     | -12,5               | -40,3               | -43,6                         | -6,3                        | -90,5               | -89,7                         |
| Março         | -6,2                | -49,4               | -45,5                         | 13,1                        | -89,2               | -89,6                         |
| Abril         | 10,0                | -50,5               | -46,9                         | 47,2                        | -80,7               | -87,6                         |
| Maio          | 2,0                 | -54,2               | -48,5                         | -22,1                       | -60,1               | -85,5                         |
| Junho         | -12,3               | -28,4               | -46,3                         | 56,7                        | -38,4               | -82,1                         |
| Julho         | 11,7                | -28,4               | -44,2                         | -33,9                       | -32,6               | -80,1                         |
| Agosto        | -3,7                | -36,3               | -43,4                         | -24,7                       | -16,0               | -78,5                         |
| Setembro      | 3,3                 | -11,7               | -41,0                         | 214,2                       | 77,7                | -73,0                         |

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

<sup>1</sup> Novos Registros<sup>2</sup> Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior<sup>3</sup> Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior<sup>4</sup> Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
**Total de cheques compensados - Bahia: Mar/2005 - Mar/2006**

%

| Períodos          | Quantidade          |                     |                               | Valor               |                     |                               |
|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|
|                   | No mês <sup>1</sup> | Mensal <sup>2</sup> | Acumulado no ano <sup>3</sup> | No mês <sup>1</sup> | Mensal <sup>2</sup> | Acumulado no ano <sup>3</sup> |
| <b>Março 2005</b> | <b>10,8</b>         | <b>-10,3</b>        | <b>-6,1</b>                   | <b>8,0</b>          | <b>-7,9</b>         | <b>5,7</b>                    |
| Abril             | -12,5               | -11,1               | -7,3                          | -12,0               | -8,7                | 4,8                           |
| Maio              | 12,6                | -2,3                | -6,3                          | 11,9                | -2,6                | 4,3                           |
| Junho             | -7,4                | -7,9                | -6,6                          | -5,6                | -6,2                | 3,7                           |
| Julho             | -2,7                | -11,9               | -7,3                          | -2,9                | -11,4               | 2,9                           |
| Agosto            | 14,0                | -2,7                | -6,7                          | 13,0                | -3,5                | 2,5                           |
| Setembro          | -8,5                | -0,1                | -6,1                          | -7,6                | -5,8                | 2,1                           |
| Outubro           | 0,8                 | -1,3                | -5,6                          | 1,1                 | -8,6                | 1,6                           |
| Novembro          | -1,5                | -10,1               | -6,0                          | 0,6                 | 0,0                 | 1,5                           |
| Dezembro          | 1,5                 | -9,0                | -6,3                          | 5,0                 | -11,3               | 0,9                           |
| Janeiro           | 6,3                 | -0,8                | -0,8                          | 3,3                 | -2,1                | -4,9                          |
| Fevereiro         | -26,7               | -19,5               | -9,7                          | -23,3               | -13,8               | -7,5                          |
| <b>Março 2006</b> | <b>37,4</b>         | <b>-0,2</b>         | <b>-6,4</b>                   | <b>31,2</b>         | <b>4,7</b>          | <b>-3,5</b>                   |

Fonte: Banco Central do Brasil

<sup>1</sup> Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior<sup>2</sup> Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior<sup>3</sup> Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

# Indicadores Sociais

## Emprego

| Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED<br>Taxas de desemprego e de participação<br>Região Metropolitana de Salvador - Mar/2006 |      |          |                   | % |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----------|-------------------|---|
| Taxas                                                                                                                          | RMS  | Salvador | Demais municípios |   |
| Desemprego Total                                                                                                               | 24,7 | 24,0     | 27,4              |   |
| Desemprego aberto                                                                                                              | 14,9 | 14,4     | 16,8              |   |
| Desemprego oculto                                                                                                              | 9,8  | 9,6      | 10,6              |   |
| Participação (PEA/PIA)                                                                                                         | 61,1 | 61,7     | 58,6              |   |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

| Taxa de desemprego aberto e taxa de participação<br>Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Mar/2006 |                           |             |                      |             | % |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-------------|----------------------|-------------|---|
| Períodos                                                                                                  | Taxa de desemprego aberto |             | Taxa de participação |             |   |
|                                                                                                           | RMS                       | Salvador    | RMS                  | Salvador    |   |
| <b>Janeiro 2005</b>                                                                                       | <b>14,0</b>               | <b>13,9</b> | <b>61,0</b>          | <b>61,8</b> |   |
| Fevereiro                                                                                                 | 13,4                      | 12,8        | 60,5                 | 60,9        |   |
| Março                                                                                                     | 14,0                      | 13,0        | 60,4                 | 60,6        |   |
| Abril                                                                                                     | 14,9                      | 13,7        | 60,3                 | 60,7        |   |
| Maio                                                                                                      | 15,5                      | 14,4        | 60,7                 | 61,2        |   |
| Junho                                                                                                     | 15,1                      | 13,9        | 60,7                 | 61,5        |   |
| Julho                                                                                                     | 14,5                      | 13,3        | 61,1                 | 61,7        |   |
| Agosto                                                                                                    | 14,3                      | 13,0        | 61,1                 | 61,5        |   |
| Setembro                                                                                                  | 14,1                      | 13,2        | 61,5                 | 61,7        |   |
| Outubro                                                                                                   | 14,1                      | 13,1        | 61,4                 | 61,7        |   |
| Novembro                                                                                                  | 13,9                      | 13,0        | 61,7                 | 62,0        |   |
| Dezembro                                                                                                  | 13,6                      | 12,9        | 61,8                 | 62,3        |   |
| <b>Janeiro 2006</b>                                                                                       | <b>13,9</b>               | <b>13,4</b> | <b>61,8</b>          | <b>62,3</b> |   |
| Fevereiro                                                                                                 | 14,1                      | 13,8        | 61,8                 | 62,3        |   |
| Março                                                                                                     | 14,9                      | 14,4        | 61,1                 | 61,7        |   |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total**  
**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Mar/2006** %

| Períodos     | População Economicamente Ativa (PEA) |                     |                                |                     |                                |                     | Inativos maiores de 10 Anos    |                     | Taxas                  |                            | População total <sup>1</sup> |
|--------------|--------------------------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------|------------------------|----------------------------|------------------------------|
|              | Total                                |                     | Ocupados                       |                     | Desempregados                  |                     |                                |                     |                        |                            |                              |
|              | Números absolutos <sup>1</sup>       | Índice <sup>2</sup> | Números absolutos <sup>1</sup> | Índice <sup>2</sup> | Números absolutos <sup>1</sup> | Índice <sup>2</sup> | Números absolutos <sup>1</sup> | Índice <sup>2</sup> | Participação (PEA/PIÁ) | Desemprego total (DES/PEA) |                              |
| Janeiro 2005 | 1.693                                | 129,0               | 1.273                          | 121,7               | 420                            | 157,7               | 1.083                          | 118,3               | 61,0                   | 24,8                       | 3.287                        |
| Fevereiro    | 1.683                                | 128,3               | 1.269                          | 121,3               | 414                            | 155,5               | 1.099                          | 120,1               | 60,5                   | 24,6                       | 3.293                        |
| Março        | 1.684                                | 128,4               | 1.256                          | 120,1               | 428                            | 160,7               | 1.104                          | 120,6               | 60,4                   | 25,4                       | 3.298                        |
| Abril        | 1.685                                | 128,4               | 1.252                          | 119,7               | 433                            | 162,6               | 1.109                          | 121,2               | 60,3                   | 25,7                       | 3.304                        |
| Maior        | 1.700                                | 129,6               | 1.261                          | 120,6               | 439                            | 164,9               | 1.101                          | 120,3               | 60,7                   | 25,8                       | 3.310                        |
| Junho        | 1.704                                | 129,9               | 1.270                          | 121,4               | 434                            | 163,0               | 1.103                          | 120,5               | 60,7                   | 25,5                       | 3.316                        |
| Julho        | 1.719                                | 131,0               | 1.291                          | 123,4               | 428                            | 160,7               | 1.094                          | 119,5               | 61,1                   | 24,9                       | 3.321                        |
| Agosto       | 1.723                                | 131,3               | 1.299                          | 124,2               | 424                            | 159,2               | 1.096                          | 119,8               | 61,1                   | 24,6                       | 3.327                        |
| Setembro     | 1.738                                | 132,5               | 1.328                          | 127,0               | 410                            | 154,0               | 1.088                          | 118,8               | 61,5                   | 23,6                       | 3.333                        |
| Outubro      | 1.739                                | 132,5               | 1.334                          | 127,5               | 405                            | 152,1               | 1.093                          | 119,4               | 61,4                   | 23,3                       | 3.339                        |
| Novembro     | 1.751                                | 133,5               | 1.352                          | 129,3               | 399                            | 149,9               | 1.088                          | 118,8               | 61,7                   | 22,8                       | 3.345                        |
| Dezembro     | 1.758                                | 134,0               | 1.350                          | 129,1               | 408                            | 153,2               | 1.086                          | 118,7               | 61,8                   | 23,2                       | 3.350                        |
| Janeiro 2006 | 1.762                                | 134,3               | 1.344                          | 128,5               | 418                            | 157,0               | 1.089                          | 119,0               | 61,8                   | 23,7                       | 3.356                        |
| Fevereiro    | 1.766                                | 134,6               | 1.346                          | 128,7               | 420                            | 157,7               | 1.091                          | 119,2               | 61,8                   | 23,8                       | 3.362                        |
| Março        | 1.750                                | 133,4               | 1.318                          | 126,0               | 432                            | 162,2               | 1.114                          | 121,7               | 61,1                   | 24,7                       | 3.368                        |

**Varição mensal**

|                      |             |             |            |            |             |            |
|----------------------|-------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|
| <b>Mar-06/Fev-06</b> | <b>-0,9</b> | <b>-2,1</b> | <b>2,9</b> | <b>2,1</b> | <b>-1,1</b> | <b>3,8</b> |
|----------------------|-------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|

**Varição no ano**

|                      |             |             |            |            |             |            |
|----------------------|-------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|
| <b>Mar-06/Dez-05</b> | <b>-0,5</b> | <b>-2,4</b> | <b>5,9</b> | <b>2,5</b> | <b>-1,1</b> | <b>6,5</b> |
|----------------------|-------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|

**Varição anual**

|                      |            |            |            |            |            |             |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| <b>Mar-06/Mar-05</b> | <b>3,9</b> | <b>4,9</b> | <b>0,9</b> | <b>0,9</b> | <b>1,2</b> | <b>-2,8</b> |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|

<sup>1</sup> Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

<sup>2</sup> Base: Dezembro 1996 = 100

**Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre**  
**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Mar/2006**

%

| Períodos            | Setores de atividade econômica |                  |             |                                |                                |                     |            |
|---------------------|--------------------------------|------------------|-------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------|------------|
|                     | Indústria de transformação     | Construção civil | Comércio    | Serviços produção <sup>1</sup> | Serviços pessoais <sup>2</sup> | Serviços domésticos | Outros     |
| <b>Janeiro 2005</b> | <b>8,6</b>                     | <b>4,9</b>       | <b>16,3</b> | <b>32,3</b>                    | <b>26,4</b>                    | <b>10,0</b>         | <b>1,5</b> |
| Fevereiro           | 8,7                            | 5,5              | 16,3        | 32,9                           | 25,2                           | 9,8                 | 1,6        |
| Março               | 8,8                            | 5,4              | 15,9        | 33,7                           | 25,6                           | 9,1                 | 1,5        |
| Abril               | 8,9                            | 5,7              | 16,4        | 32,5                           | 26,3                           | 8,9                 | 1,3        |
| Maio                | 9,1                            | 5,1              | 16,0        | 31,5                           | 27,7                           | 9,2                 | 1,4        |
| Junho               | 9,2                            | 4,8              | 16,2        | 31,2                           | 27,5                           | 9,6                 | 1,5        |
| Julho               | 9,3                            | 4,1              | 16,2        | 31,8                           | 27,4                           | 9,7                 | 1,5        |
| Agosto              | 9,2                            | 4,3              | 16,1        | 32,8                           | 26,4                           | 9,6                 | 1,6        |
| Setembro 2005       | 9,3                            | 4,3              | 16,0        | 33,2                           | 26,2                           | 9,4                 | 1,6        |
| Outubro             | 9,1                            | 4,3              | 15,7        | 33,3                           | 26,5                           | 9,4                 | 1,7        |
| Novembro            | 9,6                            | 4,2              | 16,1        | 32,1                           | 27,1                           | 9,3                 | 1,6        |
| Dezembro            | 9,7                            | 4,6              | 16,2        | 31,5                           | 26,8                           | 9,4                 | 1,8        |
| <b>Janeiro 2006</b> | <b>9,4</b>                     | <b>5,0</b>       | <b>16,3</b> | <b>31,4</b>                    | <b>26,8</b>                    | <b>9,3</b>          | <b>1,8</b> |
| Fevereiro           | 8,9                            | 5,4              | 16,6        | 31,6                           | 26,3                           | 9,6                 | 1,6        |
| Março               | 8,7                            | 5,3              | 16,6        | 31,7                           | 26,7                           | 9,4                 | 1,6        |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

<sup>1</sup> Incluem transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza.

<sup>2</sup> Incluem serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

**Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre**  
**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Mar/2006**

%

| Períodos      | Posição na ocupação |                          |                          |              |           |                         |                         |            |            |                     |
|---------------|---------------------|--------------------------|--------------------------|--------------|-----------|-------------------------|-------------------------|------------|------------|---------------------|
|               | Assalariados        |                          |                          |              | Autônomos |                         |                         | Empregador | Domésticos | Outros <sup>1</sup> |
|               | Total               | Ass. priv.<br>c/carteira | Ass. priv.<br>s/carteira | Ass. público | Total     | Aut. trab.<br>p/público | Aut. trab.<br>p/empresa |            |            |                     |
| Janeiro 2005  | 60,3                | 35,7                     | 11,5                     | 13,1         | 23,4      | 19,2                    | 4,2                     | 4,2        | 10,0       | 2,1                 |
| Fevereiro     | 60,5                | 36,0                     | 11,2                     | 13,3         | 23,3      | 19,3                    | 4,0                     | 4,4        | 9,8        | 2,0                 |
| Março         | 61,7                | 37,2                     | 11,0                     | 13,5         | 22,8      | 19,0                    | 3,8                     | 4,5        | 9,1        | 1,9                 |
| Abril         | 61,6                | 37,3                     | 11,2                     | 13,1         | 22,8      | 18,9                    | 3,9                     | 4,6        | 8,9        | 2,1                 |
| Maio          | 60,8                | 36,2                     | 11,6                     | 13,0         | 23,5      | 19,8                    | 3,7                     | 4,3        | 9,2        | 2,2                 |
| Junho         | 60,8                | 35,8                     | 12,1                     | 12,9         | 23,7      | 19,6                    | 4,1                     | 3,7        | 9,6        | 2,2                 |
| Julho         | 61,8                | 36,0                     | 12,2                     | 13,6         | 22,6      | 18,9                    | 3,7                     | 3,8        | 9,7        | 2,1                 |
| Agosto        | 62,1                | 36,5                     | 12,0                     | 13,6         | 22,3      | 18,4                    | 3,9                     | 3,9        | 9,6        | 2,1                 |
| Setembro 2005 | 62,2                | 36,7                     | 11,4                     | 14,1         | 22,0      | 18,4                    | 3,6                     | 4,2        | 9,4        | 2,2                 |
| Outubro       | 62,1                | 36,6                     | 11,3                     | 14,1         | 22,3      | 18,7                    | 3,5                     | 3,8        | 9,4        | 2,4                 |
| Novembro      | 62,6                | 37,2                     | 11,2                     | 14,1         | 22,0      | 18,4                    | 3,5                     | 3,6        | 9,4        | 2,4                 |
| Dezembro      | 62,4                | 37,7                     | 11,6                     | 13,2         | 22,6      | 19,0                    | 3,7                     | 3,2        | 9,5        | 2,3                 |
| Janeiro 2006  | 61,8                | 37,5                     | 11,8                     | 12,4         | 23,2      | 19,4                    | 3,9                     | 3,6        | 9,2        | 2,1                 |
| Fevereiro     | 62,2                | 38,2                     | 11,8                     | 12,1         | 22,5      | 19,0                    | 3,5                     | 3,5        | 9,6        | 2,2                 |
| Março         | 62,4                | 37,8                     | 11,6                     | 12,9         | 21,7      | 18,5                    | 3,1                     | 4,1        | 9,4        | 2,5                 |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

<sup>1</sup> Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

## Rendimento

| Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal<br>Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Fev/2006 |                             |             |                     |                             |                 |                     | R\$ |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-------------|---------------------|-----------------------------|-----------------|---------------------|-----|
| Períodos                                                                                                                                  | Rendimento médio real       |             |                     |                             |                 |                     |     |
|                                                                                                                                           | Ocupados <sup>1</sup>       |             |                     | Assalariados <sup>2</sup>   |                 |                     |     |
|                                                                                                                                           | Valor Absoluto <sup>3</sup> |             | Índice <sup>4</sup> | Valor Absoluto <sup>3</sup> |                 | Índice <sup>4</sup> |     |
|                                                                                                                                           | Média                       | Mediana     |                     | Média                       | Mediana         |                     |     |
| <b>Janeiro 2005</b>                                                                                                                       | <b>731</b>                  | <b>394</b>  | <b>79,7</b>         | <b>842</b>                  | <b>485,6912</b> | <b>80,0</b>         |     |
| Fevereiro                                                                                                                                 | 758                         | 415         | 82,6                | 862                         | 504,3648        | 81,9                |     |
| Março                                                                                                                                     | 786                         | 414         | 85,7                | 892                         | 507             | 84,8                |     |
| Abril                                                                                                                                     | 757                         | 401         | 82,5                | 864                         | 477             | 82,1                |     |
| Maio                                                                                                                                      | 745                         | 391         | 81,2                | 849                         | 469             | 80,7                |     |
| Junho                                                                                                                                     | 727                         | 399         | 79,3                | 837                         | 473             | 79,5                |     |
| Julho                                                                                                                                     | 736                         | 415         | 80,2                | 852                         | 499             | 81,0                |     |
| Agosto                                                                                                                                    | 744                         | 416         | 81,1                | 862                         | 519,4496        | 81,9                |     |
| Setembro                                                                                                                                  | 743                         | 415         | 81,0                | 861                         | 514,9605        | 81,8                |     |
| Outubro                                                                                                                                   | 741                         | 412         | 80,8                | 846                         | 509,4079        | 80,4                |     |
| Novembro                                                                                                                                  | 731                         | 407         | 79,7                | 843                         | 507,9399        | 80,1                |     |
| Dezembro                                                                                                                                  | 729                         | 408         | 79,4                | 826                         | 505,2117        | 78,5                |     |
| <b>Janeiro 2006</b>                                                                                                                       | <b>743</b>                  | <b>406</b>  | <b>81,0</b>         | <b>844</b>                  | <b>504,6599</b> | <b>80,2</b>         |     |
| Fevereiro                                                                                                                                 | 750                         | 404         | 81,7                | 848                         | 501             | 80,6                |     |
| <b>Variação mensal</b>                                                                                                                    |                             |             |                     |                             |                 |                     |     |
| <b>Fev-06/Jan-06</b>                                                                                                                      | <b>0,9</b>                  | <b>-0,6</b> | <b>0,9</b>          | <b>0,4</b>                  | <b>-0,7</b>     | <b>0,4</b>          |     |
| <b>Variação no ano</b>                                                                                                                    |                             |             |                     |                             |                 |                     |     |
| <b>Fev-06/Dez-05</b>                                                                                                                      | <b>2,9</b>                  | <b>-1,0</b> | <b>2,9</b>          | <b>2,6</b>                  | <b>-0,8</b>     | <b>2,6</b>          |     |
| <b>Variação anual</b>                                                                                                                     |                             |             |                     |                             |                 |                     |     |
| <b>Fev-06/Fev-05</b>                                                                                                                      | <b>-1,1</b>                 | <b>-2,7</b> | <b>-1,1</b>         | <b>-1,7</b>                 | <b>-0,7</b>     | <b>-1,7</b>         |     |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

<sup>1</sup> Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

<sup>2</sup> Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

<sup>3</sup> Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de fevereiro 2006.

<sup>4</sup> Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

| Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução <sup>1</sup><br>Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Fev/2006 |                                                                     |                    |                                    |                                    |                  | R\$ |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------------|-----|
| Períodos                                                                                                                                  | Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução |                    |                                    |                                    |                  |     |
|                                                                                                                                           | Analfabetos                                                         | 1º grau incompleto | 1º grau completo/<br>2º incompleto | 2º grau completo/<br>3º incompleto | 3º grau completo |     |
| <b>Janeiro 2005</b>                                                                                                                       | <b>251</b>                                                          | <b>360</b>         | <b>436</b>                         | <b>786</b>                         | <b>2.262</b>     |     |
| Fevereiro                                                                                                                                 | 269                                                                 | 367                | 462                                | 799                                | 2.241            |     |
| Março                                                                                                                                     | 285                                                                 | 366                | 465                                | 806                                | 2.308            |     |
| Abril                                                                                                                                     | 286                                                                 | 358                | 466                                | 771                                | 2.267            |     |
| Maio                                                                                                                                      | 280                                                                 | 365                | 461                                | 758                                | 2.299            |     |
| Junho                                                                                                                                     | 262                                                                 | 373                | 443                                | 747                                | 2.282            |     |
| Julho                                                                                                                                     | 272                                                                 | 378                | 447                                | 770                                | 2.261            |     |
| Agosto                                                                                                                                    | 291                                                                 | 384                | 446                                | 783                                | 2.224            |     |
| Setembro                                                                                                                                  | 287                                                                 | 373                | 443                                | 784                                | 2.164            |     |
| Outubro                                                                                                                                   | 261                                                                 | 363                | 445                                | 789                                | 2.178            |     |
| Novembro                                                                                                                                  | 247                                                                 | 347                | 449                                | 773                                | 2.160            |     |
| Dezembro                                                                                                                                  | 273                                                                 | 359                | 478                                | 774                                | 2.177            |     |
| <b>Janeiro</b>                                                                                                                            | <b>286</b>                                                          | <b>371</b>         | <b>500</b>                         | <b>768</b>                         | <b>2.177</b>     |     |
| Fevereiro                                                                                                                                 | 273                                                                 | 373                | 494                                | 782                                | 2.186            |     |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

<sup>1</sup> Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de fevereiro de 2006

| Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador <sup>1</sup><br>Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Fev/2006 |                                                                    |                    |            |            |                      |              | R\$ |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------|------------|------------|----------------------|--------------|-----|
| Períodos                                                                                                                                                                                                                                       | Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado |                    |            |            |                      |              |     |
|                                                                                                                                                                                                                                                | Total                                                              | Setor de atividade |            |            | Carteira de trabalho |              |     |
|                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                    | Indústria          | Comércio   | Serviços   | Assinada             | Não-assinada |     |
| <b>Janeiro 2005</b>                                                                                                                                                                                                                            | <b>715</b>                                                         | <b>968</b>         | <b>538</b> | <b>720</b> | <b>804</b>           | <b>414</b>   |     |
| Fevereiro                                                                                                                                                                                                                                      | 726                                                                | 967                | 540        | 732        | 812                  | 421          |     |
| Março                                                                                                                                                                                                                                          | 756                                                                | 1101               | 573        | 729        | 843                  | 446          |     |
| Abril                                                                                                                                                                                                                                          | 730                                                                | 1044               | 553        | 697        | 816                  | 444          |     |
| Maio                                                                                                                                                                                                                                           | 718                                                                | 1009               | 559        | 692        | 806                  | 445          |     |
| Junho                                                                                                                                                                                                                                          | 689                                                                | 892                | 557        | 681        | 772                  | 425          |     |
| Julho                                                                                                                                                                                                                                          | 693                                                                | 909                | 587        | 676        | 776                  | 424          |     |
| Agosto                                                                                                                                                                                                                                         | 699                                                                | 959                | 568        | 678        | 777                  | 430          |     |
| Setembro                                                                                                                                                                                                                                       | 707                                                                | 1044               | 562        | 671        | 786                  | 437          |     |
| Outubro                                                                                                                                                                                                                                        | 704                                                                | 1032               | 540        | 670        | 785                  | 427          |     |
| Novembro                                                                                                                                                                                                                                       | 707                                                                | 1032               | 579        | 666        | 790                  | 426          |     |
| Dezembro                                                                                                                                                                                                                                       | 695                                                                | 990                | 579        | 664        | 780                  | 410          |     |
| <b>Janeiro 2006</b>                                                                                                                                                                                                                            | <b>711</b>                                                         | <b>991</b>         | <b>585</b> | <b>699</b> | <b>792</b>           | <b>430</b>   |     |
| Fevereiro                                                                                                                                                                                                                                      | 715                                                                | 1039               | 564        | 687        | 802                  | 417          |     |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

<sup>1</sup> Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de fevereiro de 2006

**Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal <sup>1</sup>**
**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Fev/2006**
**R\$**

| Períodos            | Rendimento real trimestral |                      |                      |                      |                      |                           |                      |                      |                      |                      |
|---------------------|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|                     | Ocupados <sup>2</sup>      |                      |                      |                      |                      | Assalariados <sup>3</sup> |                      |                      |                      |                      |
|                     | 10%<br>ganham<br>até       | 25%<br>ganham<br>até | 50%<br>ganham<br>até | 75%<br>ganham<br>até | 90%<br>ganham<br>até | 10%<br>ganham<br>até      | 25%<br>ganham<br>até | 50%<br>ganham<br>até | 75%<br>ganham<br>até | 90%<br>ganham<br>até |
| <b>Janeiro 2005</b> | <b>128</b>                 | <b>277</b>           | <b>394</b>           | <b>758</b>           | <b>1.609</b>         | <b>277</b>                | <b>322</b>           | <b>486</b>           | <b>902</b>           | <b>1.728</b>         |
| Fevereiro           | 139                        | 276                  | 415                  | 848                  | 1.610                | 276                       | 322                  | 504                  | 956                  | 1.805                |
| Março               | 159                        | 276                  | 414                  | 846                  | 1.703                | 275                       | 319                  | 507                  | 955                  | 1.917                |
| Abril               | 137                        | 275                  | 401                  | 803                  | 1.592                | 274                       | 317                  | 477                  | 946                  | 1.857                |
| Maio                | 126                        | 273                  | 391                  | 752                  | 1.586                | 273                       | 316                  | 469                  | 845                  | 1.875                |
| Junho               | 126                        | 273                  | 399                  | 737                  | 1.578                | 273                       | 312                  | 473                  | 842                  | 1.766                |
| Julho               | 125                        | 311                  | 415                  | 791                  | 1.563                | 311                       | 312                  | 499                  | 924                  | 1.859                |
| Agosto              | 125                        | 312                  | 416                  | 831                  | 1.611                | 312                       | 332                  | 519                  | 935                  | 1.817                |
| Setembro            | 124                        | 310                  | 415                  | 826                  | 1.651                | 310                       | 343                  | 515                  | 936                  | 1.858                |
| Outubro             | 153                        | 306                  | 412                  | 806                  | 1.558                | 306                       | 332                  | 509                  | 928                  | 1.765                |
| Novembro            | 152                        | 305                  | 407                  | 765                  | 1.547                | 305                       | 326                  | 508                  | 914                  | 1.790                |
| Dezembro            | 152                        | 303                  | 408                  | 803                  | 1.531                | 303                       | 324                  | 505                  | 899                  | 1.633                |
| <b>Janeiro 2006</b> | <b>151</b>                 | <b>301</b>           | <b>406</b>           | <b>803</b>           | <b>1.605</b>         | <b>301</b>                | <b>335</b>           | <b>505</b>           | <b>909</b>           | <b>1.790</b>         |
| Fevereiro           | 150                        | 300                  | 404                  | 800                  | 1.605                | 300                       | 341                  | 501                  | 902                  | 1.800                |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

<sup>1</sup> Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de fevereiro de 2006

<sup>2</sup> Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

<sup>3</sup> Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

## Emprego Formal

### Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2005 - Mar/2006

| Períodos               | Saldo líquido (Admissões – desligamentos) |                    |              |               |               |
|------------------------|-------------------------------------------|--------------------|--------------|---------------|---------------|
|                        | Total <sup>1</sup>                        | Ind. transformação | Const. civil | Comércio      | Serviços      |
| <b>2005</b>            | <b>63.952</b>                             | <b>10.810</b>      | <b>9.507</b> | <b>15.552</b> | <b>28.003</b> |
| Janeiro                | 4.882                                     | 1.133              | 1.455        | 1.269         | 1.299         |
| Fevereiro              | 3.112                                     | 786                | -640         | 717           | 1.111         |
| Março                  | 6.426                                     | 1.665              | 1.418        | -154          | 2.847         |
| Abril                  | 9.387                                     | 1.334              | 1.061        | 1.001         | 4.806         |
| Maio                   | 9.511                                     | 810                | 1.093        | 1.557         | 1.488         |
| Junho                  | 9.807                                     | 1.576              | 787          | 2.348         | 2.720         |
| Julho                  | 7.377                                     | 540                | 2.454        | 735           | 3.458         |
| Agosto                 | 6.047                                     | 464                | 1.961        | 1.465         | 3.713         |
| Setembro               | 5.975                                     | 2.354              | 1.616        | 1.604         | 2.322         |
| Outubro                | 4.564                                     | 1.448              | -577         | 1.785         | 3.166         |
| Novembro               | 2.655                                     | -374               | 211          | 2.360         | 2.539         |
| Dezembro               | -5.791                                    | -926               | -1.332       | 865           | -1.466        |
| <b>2006</b>            | <b>9.544</b>                              | <b>1.031</b>       | <b>1.834</b> | <b>840</b>    | <b>3.397</b>  |
| Janeiro                | 6.994                                     | 569                | 1.592        | 1.074         | 2.890         |
| Fevereiro              | 2.449                                     | -320               | 173          | 607           | 1.853         |
| Março                  | 101                                       | 782                | 69           | -841          | -1.346        |
| <b>Abr/05 - Mar/06</b> | <b>59.076</b>                             | <b>8.257</b>       | <b>9.108</b> | <b>14.560</b> | <b>26.143</b> |

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

<sup>1</sup> Incluem todos os setores. Dados preliminares

### Flutuação Mensal do Emprego Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Mar/2006

| Períodos               | Saldo líquido (Admissões – desligamentos) |                    |              |              |               |
|------------------------|-------------------------------------------|--------------------|--------------|--------------|---------------|
|                        | Total <sup>1</sup>                        | Ind. transformação | Const. civil | Comércio     | Serviços      |
| <b>2005</b>            | <b>36.057</b>                             | <b>3.555</b>       | <b>6.414</b> | <b>5.322</b> | <b>21.610</b> |
| Janeiro                | -175                                      | 389                | 760          | 450          | 783           |
| Fevereiro              | 974                                       | -174               | -343         | 358          | 1.199         |
| Março                  | 3.358                                     | 547                | 785          | -199         | 1.959         |
| Abril                  | 4.514                                     | 647                | 516          | 256          | 2.882         |
| Maio                   | 1.713                                     | -39                | 562          | 293          | 479           |
| Junho                  | 3.253                                     | 425                | 543          | 611          | 1.615         |
| Julho                  | 5.217                                     | 563                | 1.883        | -69          | 2.702         |
| Agosto                 | 5.547                                     | 252                | 1.429        | 419          | 3.203         |
| Setembro               | 5.145                                     | 725                | 1.119        | 876          | 2.325         |
| Outubro                | 4.419                                     | 481                | -66          | 859          | 2.832         |
| Novembro               | 2.932                                     | -2                 | -350         | 1.147        | 2.098         |
| Dezembro               | -840                                      | -259               | -424         | 321          | -467          |
| <b>2006</b>            | <b>3.300</b>                              | <b>788</b>         | <b>1.470</b> | <b>94</b>    | <b>917</b>    |
| Janeiro                | 3.315                                     | 610                | 1.356        | 327          | 986           |
| Fevereiro              | 1.371                                     | 226                | 97           | 302          | 790           |
| Março                  | -1.386                                    | -48                | 17           | -535         | -859          |
| <b>Abr/05 - Mar/06</b> | <b>35.200</b>                             | <b>3.581</b>       | <b>6.682</b> | <b>4.807</b> | <b>18.586</b> |

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

<sup>1</sup> Incluem todos os setores. Dados preliminares

# Finanças Públicas

## União

### Demonstrativo das Receitas da União

Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/ 2006

R\$ 1.000

| Receitas                                           | Previsão Inicial (a) | Previsão Atualizada (b) | Receitas Realizadas |         |                    |         | Saldo a realizar (b-d) |
|----------------------------------------------------|----------------------|-------------------------|---------------------|---------|--------------------|---------|------------------------|
|                                                    |                      |                         | Jan-Fev/ 2006 (c)   | % (c/a) | Até o Bimestre (d) | % (d/b) |                        |
| <b>Receitas Correntes</b>                          | -                    | -                       | <b>93.012.707</b>   | -       | <b>93.012.808</b>  | -       | <b>(93.012.808)</b>    |
| Receita Tributária                                 | -                    | -                       | 26.291.102          | -       | 26.291.102         | -       | (26.291.102)           |
| Receita de Contribuições                           | -                    | -                       | 49.297.142          | -       | 49.297.142         | -       | (49.297.142)           |
| Receita Patrimonial                                | -                    | -                       | 6.132.275           | -       | 6.132.274          | -       | (6.132.274)            |
| Receita Agropecuária                               | -                    | -                       | 3.179               | -       | 3.179              | -       | (3.179)                |
| Receita Industrial                                 | -                    | -                       | 67.943              | -       | 67.943             | -       | (67.943)               |
| Receita de Serviços                                | -                    | -                       | 4.665.716           | -       | 4.665.716          | -       | (4.665.716)            |
| Transferências Correntes                           | -                    | -                       | 19.229              | -       | 19.330             | -       | (19.330)               |
| Outras Receitas Correntes                          | -                    | -                       | 6.536.122           | -       | 6.536.122          | -       | (6.536.122)            |
| <b>Receitas de Capital</b>                         | -                    | -                       | <b>41.177.701</b>   | -       | <b>41.177.702</b>  | -       | <b>(41.177.702)</b>    |
| Operações de Crédito                               | -                    | -                       | 33.564.163          | -       | 33.564.163         | -       | (33.564.163)           |
| Alienação de Bens                                  | -                    | -                       | 565.381             | -       | 565.381            | -       | (565.381)              |
| Amortizações de Empréstimos                        | -                    | -                       | 2.867.516           | -       | 2.867.516          | -       | (2.867.516)            |
| Transferências de Capital                          | -                    | -                       | 7.360               | -       | 7.360              | -       | (7.360)                |
| Outras Receitas de Capital                         | -                    | -                       | 4.173.282           | -       | 4.173.282          | -       | (4.173.282)            |
| <b>Subtotal das Receitas (I)</b>                   | -                    | -                       | <b>134.190.409</b>  | -       | <b>134.190.510</b> | -       | <b>(134.190.510)</b>   |
| <b>Operações de Crédito - Refinanciamento (II)</b> | -                    | -                       | <b>54.221.603</b>   | -       | <b>54.221.603</b>  | -       | <b>(54.221.603)</b>    |
| Operações de Crédito Internas                      | -                    | -                       | 51.022.178          | -       | 51.022.178         | -       | (51.022.178)           |
| Operações de Crédito Externas                      | -                    | -                       | 3.199.425           | -       | 3.199.425          | -       | (3.199.425)            |
| <b>Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)</b> | -                    | -                       | <b>188.412.012</b>  | -       | <b>188.412.113</b> | -       | <b>(188.412.113)</b>   |
| <b>Déficit (IV)</b>                                | -                    | -                       | -                   | -       | -                  | -       | -                      |
| <b>Total (V) = (III+IV)</b>                        | -                    | -                       | <b>188.412.012</b>  | -       | <b>188.412.113</b> | -       | <b>(188.412.113)</b>   |
| <b>Saldos de Exercícios Anteriores</b>             | -                    | -                       | -                   | -       | -                  | -       | -                      |

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

### Demonstrativo das Receitas da União

Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan - Fev/ 2006

R\$ 1.000

| Despesas                                            | Dotação inicial (a)  | Créditos adicionais (b) | Dotação atualizada (c) = (a+b) | Despesas empenhadas  |                      | Despesas liquidadas |                    | % (g/c)     | Saldo a liquidar (c-g) |
|-----------------------------------------------------|----------------------|-------------------------|--------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|--------------------|-------------|------------------------|
|                                                     |                      |                         |                                | Jan-Fev/ 2006 (d)    | Até o bimestre (e)   | Jan-Fev/ 2006 (f)   | Até o bimestre (g) |             |                        |
| <b>Despesas Correntes</b>                           | 606.146.284          | 124.564                 | 606.270.848                    | 394.681.682          | 394.681.682          | 87.588.468          | 87.588.468         | 14,4        | 518.682.380            |
| Pessoal e Encargos Sociais                          | 101.854.265          | -                       | 101.854.265                    | 67.719.661           | 67.719.661           | 16.925.160          | 16.925.160         | 16,6        | 84.929.105             |
| Juros e Encargos da Dívida                          | 179.525.234          | -                       | 179.525.234                    | 178.513.201          | 178.513.201          | 19.180.663          | 19.180.663         | 10,7        | 160.344.571            |
| Outras Despesas Correntes                           | 324.766.785          | 124.564                 | 324.891.349                    | 148.448.820          | 148.448.820          | 51.482.645          | 51.482.645         | 15,8        | 273.408.704            |
| Transf.a Estados, DF e Municípios                   | 112.276.536          | -                       | 112.276.536                    | 92.547.272           | 92.547.272           | 19.428.116          | 19.428.116         | 17,3        | 92.848.420             |
| Benefícios Previdenciários                          | 155.642.581          | -                       | 155.642.581                    | 29.561.905           | 29.561.905           | 23.052.899          | 23.052.899         | 14,8        | 132.589.682            |
| Demais Despesas Correntes                           | 56.847.668           | 124.564                 | 56.972.232                     | 26.339.643           | 26.339.643           | 9.001.630           | 9.001.630          | 15,8        | 47.970.602             |
| <b>Despesas de Capital</b>                          | <b>104.566.993</b>   | <b>1.327.555</b>        | <b>105.894.548</b>             | <b>97.264.135</b>    | <b>97.264.135</b>    | <b>13.389.053</b>   | <b>13.389.053</b>  | <b>12,6</b> | <b>92.505.495</b>      |
| Investimentos                                       | 229.549              | 1.327.555               | 1.557.104                      | 169.830              | 169.830              | 98                  | 98                 | 0,0         | 1.557.006              |
| Inversões Financeiras                               | 11.844.395           | -                       | 11.844.395                     | 11.840.619           | 11.840.619           | 977.562             | 977.562            | 8,3         | 10.866.833             |
| Amortização da Dívida                               | 92.493.049           | -                       | 92.493.049                     | 85.253.686           | 85.253.686           | 12.411.393          | 12.411.393         | 13,4        | 80.081.656             |
| <b>Reserva de Contingência</b>                      | -                    | -                       | -                              | -                    | -                    | -                   | -                  | -           | -                      |
| <b>Subtotal das Despesas (I)</b>                    | <b>710.713.277</b>   | <b>1.452.119</b>        | <b>712.165.396</b>             | <b>491.945.817</b>   | <b>491.945.817</b>   | <b>100.977.521</b>  | <b>100.977.521</b> | <b>14,2</b> | <b>611.187.875</b>     |
| <b>Amortização da Dívida - Refinanciamento (II)</b> | <b>834.588.711</b>   | <b>0</b>                | <b>834.588.711</b>             | <b>833.315.711</b>   | <b>833.315.711</b>   | <b>61.601.981</b>   | <b>61.601.981</b>  | <b>7,4</b>  | <b>772.986.730</b>     |
| Refinanciamento da Dívida Mobiliária                | 826.884.493          | 0                       | 826.884.493                    | 825.611.493          | 825.611.493          | 60.063.652          | 60.063.652         | 7,3         | 766.820.841            |
| Refinanciamento de Outras Dívidas                   | 7.704.218            | 0                       | 7.704.218                      | 7.704.218            | 7.704.218            | 1.538.329           | 1.538.329          | 20,0        | 6.165.889              |
| <b>Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)</b>  | <b>1.545.301.988</b> | <b>1.452.119</b>        | <b>1.546.754.107</b>           | <b>1.325.261.528</b> | <b>1.325.261.528</b> | <b>162.579.502</b>  | <b>162.579.502</b> | <b>10,5</b> | <b>1.384.174.605</b>   |
| <b>Superávit (IV)</b>                               | -                    | -                       | -                              | -                    | -                    | -                   | <b>25.832.611</b>  | -           | -                      |
| <b>Total (III+IV)</b>                               | <b>1.545.301.988</b> | <b>1.452.119</b>        | <b>1.546.754.107</b>           | <b>1.325.261.528</b> | <b>1.325.261.528</b> | <b>162.579.502</b>  | <b>188.412.113</b> | -           | <b>1.384.174.605</b>   |

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

## Estado

## Balanço Orçamentário - Receita

## Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Fev/ 2006

R\$ 1.000

| Receitas                                          | Previsão inicial  | Previsão atualizada | Receitas realizadas |              |                  |              | Saldo a realizar (a-c) |
|---------------------------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|--------------|------------------|--------------|------------------------|
|                                                   |                   |                     | Bim. Jan-Fev        | %            | No exercício     | %            |                        |
|                                                   |                   |                     | (b)                 | (b/a)        | (c)              | (c/a)        |                        |
| <b>Receitas Correntes</b>                         | <b>15.484.891</b> | <b>15.510.795</b>   | <b>2.446.466</b>    | <b>15,77</b> | <b>2.446.466</b> | <b>15,77</b> | <b>13.064.329</b>      |
| Receita Tributária                                | 8.800.006         | 8.800.006           | 1.350.297           | 15,34        | 1.350.297        | 15,34        | 7.449.709              |
| Impostos                                          | 8.550.199         | 8.550.199           | 1.311.411           | 15,34        | 1.311.411        | 15,34        | 7.238.788              |
| Taxas                                             | 249.807           | 249.807             | 38.886              | 15,57        | 38.886           | 15,57        | 210.920                |
| Contribuição de Melhoria                          | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Receita de Contribuições                          | 1.603.995         | 1.603.995           | 259.562             | 16,18        | 259.562          | 16,18        | 1.344.434              |
| Contribuições Sociais                             | 1.603.995         | 1.603.995           | 259.562             | 16,18        | 259.562          | 16,18        | 1.344.434              |
| Contribuições Econômicas                          | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Receita Patrimonial                               | 129.018           | 129.018             | 28.161              | 21,83        | 28.161           | 21,83        | 100.857                |
| Receitas Imobiliárias                             | 7.986             | 7.986               | 1.376               | 17,24        | 1.376            | 17,24        | 6.610                  |
| Receitas de Valores Mobiliários                   | 115.389           | 115.389             | 26.105              | 22,62        | 26.105           | 22,62        | 89.284                 |
| Receitas de Concessões e Permissões               | 5.550             | 5.550               | 538                 | 9,69         | 538              | 9,69         | 5.012                  |
| Outras Receitas Patrimoniais                      | 93                | 93                  | 141                 | 151,61       | 141              | 152,49       | (49)                   |
| Receita Agropecuária                              | 1.635             | 1.635               | -                   | -            | -                | -            | 1.635                  |
| Receita da Produção Vegetal                       | 150               | 150                 | -                   | -            | -                | -            | 150                    |
| Receita da Produção Animal e Derivados            | 1.205             | 1.205               | -                   | -            | -                | -            | 1.205                  |
| Outras Receitas Agropecuárias                     | 280               | 280                 | -                   | -            | -                | -            | 280                    |
| Receita Industrial                                | 100               | 100                 | -                   | -            | -                | -            | 100                    |
| Receita da Indústria de Transformação             | 100               | 100                 | -                   | -            | -                | -            | 100                    |
| Receita da Indústria de Construção                | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Outras Receitas Industriais                       | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Receita de Serviços                               | 79.558            | 83.638              | 11.147              | 13,33        | 11.147           | 13,33        | 72.492                 |
| Receita de Serviços                               | 79.558            | 83.638              | 11.147              | 13,33        | 11.147           | 13,33        | 72.492                 |
| Transferências Correntes                          | 5.497.055         | 5.507.897           | 875.397             | 15,89        | 875.397          | 15,89        | 4.632.500              |
| Transferências Intergovernamentais                | 5.331.744         | 5.331.744           | 856.422             | -            | 856.422          | 16,06        | 4.475.321              |
| Transferências de Instituições Privadas           | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Transferências do Exterior                        | 1.183             | 1.183               | 29                  | -            | 29               | 2,45         | 1.154                  |
| Transferências de Pessoas                         | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Transferências de Convênios                       | 164.128           | 174.971             | 18.946              | 10,83        | 18.946           | 10,83        | 156.025                |
| Transferências para o Combate à Fome              | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Outras Receitas Correntes                         | 790.586           | 801.567             | 138.298             | 17,25        | 138.298          | 17,25        | 663.269                |
| Multas e Juros de Mora                            | 128.797           | 128.797             | 18.337              | 14,24        | 18.337           | 14,24        | 110.460                |
| Indenizações e Restituições                       | 28.752            | 28.752              | 3.872               | 13,47        | 3.872            | 13,47        | 24.880                 |
| Receita da Dívida Ativa                           | 7.339             | 7.339               | 1.015               | 13,83        | 1.015            | 13,83        | 6.324                  |
| Receitas Diversas                                 | 625.697           | 636.678             | 115.074             | 18,07        | 115.074          | 18,07        | 521.605                |
| Conta Retificadora da Receita Orçamentária        | (1.417.061)       | (1.417.061)         | (216.395)           | 15,27        | (216.395)        | 15,27        | (1.200.666)            |
| <b>Receitas de Capital</b>                        | <b>941.058</b>    | <b>941.968</b>      | <b>46.533</b>       | <b>4,94</b>  | <b>46.533</b>    | <b>4,94</b>  | <b>895.435</b>         |
| Operações de Crédito                              | 698.573           | 698.573             | 41.269              | 5,91         | 41.269           | 5,91         | 657.305                |
| Operações de Crédito Internas                     | 383.402           | 383.402             | 24.202              | 6,31         | 24.202           | 6,31         | 359.200                |
| Operações de Crédito Externas                     | 315.171           | 315.171             | 17.067              | 5,42         | 17.067           | 5,42         | 298.104                |
| Alienação de Bens                                 | 37.727            | 38.636              | 1.961               | 5,08         | 1.961            | 5,08         | 36.675                 |
| Alienação de Bens Móveis                          | 33.170            | 33.170              | 851                 | 2,57         | 851              | 2,57         | 32.318                 |
| Alienação de Bens Imóveis                         | 4.557             | 5.467               | 1.110               | 20,30        | 1.110            | 20,30        | 4.357                  |
| Amortização de Empréstimos                        | 5.132             | 5.132               | 395                 | -            | 395              | 7,70         | 4.737                  |
| Amortização de Empréstimos Imobiliários           | 5.132             | 5.132               | 395                 | -            | 395              | -            | 4.737                  |
| Transferências de Capital                         | 196.387           | 196.387             | 2.908               | 1,48         | 2.908            | 1,48         | 193.479                |
| Transferências Intergovernamentais                | 12.716            | 12.716              | -                   | -            | -                | -            | 12.716                 |
| Transferências de Instituições Privadas           | 71                | 71                  | -                   | -            | -                | -            | 71                     |
| Transferências do Exterior                        | 300               | 300                 | -                   | -            | -                | -            | 300                    |
| Transferências de Pessoas                         | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Transferências de Outras Instituições Públicas    | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Transferências de Convênios                       | 183.300           | 183.300             | 2.908               | 1,59         | 2.908            | 1,59         | 180.392                |
| Transferências para o Combate à Fome              | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Outras Receitas de Capital                        | 3.240             | 3.240               | -                   | -            | -                | -            | 3.240                  |
| Integralização do Capital Social                  | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Div. Atv. Prov. Da Amortiz. De Emp. E Financ.     | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Restituições                                      | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Outras Receitas                                   | 3.240             | 3.240               | -                   | -            | -                | -            | 3.240                  |
| <b>Subtotal das Receitas (I)</b>                  | <b>16.425.949</b> | <b>16.452.763</b>   | <b>2.492.999</b>    | <b>15,15</b> | <b>2.492.999</b> | <b>15,15</b> | <b>13.959.764</b>      |
| Operações de Crédito - Refinanciamento (II)       | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Operações de Crédito Internas                     | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária         | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Para Refinanciamento de Outras Dívidas            | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Operações de Crédito Externas                     | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária         | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| Para Refinanciamento de Outras Dívidas            | -                 | -                   | -                   | -            | -                | -            | -                      |
| <b>Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)</b> | <b>16.425.949</b> | <b>16.452.763</b>   | <b>2.492.999</b>    | <b>15,15</b> | <b>2.492.999</b> | <b>15,15</b> | <b>13.959.764</b>      |
| <b>Déficit (IV)</b>                               | <b>-</b>          | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>-</b>     | <b>-</b>         | <b>-</b>     | <b>-</b>               |
| <b>Total (V)= (III+IV)</b>                        | <b>16.425.949</b> | <b>16.452.763</b>   | <b>2.492.999</b>    | <b>15,15</b> | <b>2.492.999</b> | <b>15,15</b> | <b>13.959.764</b>      |
| <b>Saldos de Exercícios Anteriores</b>            | <b>-</b>          | <b>-</b>            | <b>-</b>            | <b>-</b>     | <b>10.981</b>    | <b>-</b>     | <b>-</b>               |

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

**Balço Orçamentário - Despesa**  
**Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/2006**

R\$ 1.000

| Despesas                                          | Dotação inicial   | Créditos adicionais | Dotação atualizada | Despesas empenhadas |                  | Despesas liquidadas |                  | Saldo             |
|---------------------------------------------------|-------------------|---------------------|--------------------|---------------------|------------------|---------------------|------------------|-------------------|
|                                                   |                   |                     |                    | Bim. Jan-Fev        | No exercício     | Bim. Jan-Fev        | No exercício     |                   |
| <b>Despesas Correntes</b>                         | <b>13.650.484</b> | <b>12.375</b>       | <b>13.662.859</b>  | <b>1.956.047</b>    | <b>1.956.047</b> | <b>1.840.492</b>    | <b>1.840.492</b> | <b>11.822.367</b> |
| Pessoal e Encargos                                | 6.991.340         | 3.855               | 6.995.195          | 1.134.110           | 1.134.110        | 1.115.331           | 1.115.331        | 5.879.864         |
| Juros e Encargos da Dívida                        | 805.880           | 1.000               | 806.880            | 81.231              | 81.231           | 81.231              | 81.231           | 725.649           |
| Outras Despesas Correntes                         | 5.853.264         | 7.520               | 5.860.784          | 740.707             | 740.707          | 643.930             | 643.930          | 5.216.854         |
| <b>Despesas de Capital</b>                        | <b>2.743.965</b>  | <b>14.439</b>       | <b>2.758.404</b>   | <b>243.875</b>      | <b>243.875</b>   | <b>226.704</b>      | <b>226.704</b>   | <b>2.531.701</b>  |
| Investimentos                                     | 1.611.710         | 12.248              | 1.623.959          | 45.462              | 45.462           | 28.294              | 28.294           | 1.595.665         |
| Inversões Financeiras                             | 135.869           | (9)                 | 135.860            | 13.650              | 13.650           | 13.648              | 13.648           | 122.212           |
| Amortização da Dívida                             | 996.385           | 2.200               | 998.585            | 184.762             | 184.762          | 184.762             | 184.762          | 813.824           |
| <b>Reserva de Contingência</b>                    | <b>31.500</b>     | <b>-</b>            | <b>31.500</b>      | <b>-</b>            | <b>-</b>         | <b>-</b>            | <b>-</b>         | <b>31.500</b>     |
| <b>Subtotal das Despesas (VIII)</b>               | <b>16.425.949</b> | <b>26.814</b>       | <b>16.452.763</b>  | <b>2.199.922</b>    | <b>2.199.922</b> | <b>2.067.196</b>    | <b>2.067.196</b> | <b>14.385.567</b> |
| <b>Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)</b> | <b>-</b>          | <b>-</b>            | <b>-</b>           | <b>-</b>            | <b>-</b>         | <b>-</b>            | <b>-</b>         | <b>-</b>          |
| Amortização da Dívida Interna                     | -                 | -                   | -                  | -                   | -                | -                   | -                | -                 |
| Dívida Mobiliária                                 | -                 | -                   | -                  | -                   | -                | -                   | -                | -                 |
| Outras Dívidas                                    | -                 | -                   | -                  | -                   | -                | -                   | -                | -                 |
| Amortização da Dívida Externa                     | -                 | -                   | -                  | -                   | -                | -                   | -                | -                 |
| Dívida Mobiliária                                 | -                 | -                   | -                  | -                   | -                | -                   | -                | -                 |
| Outras Dívidas                                    | -                 | -                   | -                  | -                   | -                | -                   | -                | -                 |
| <b>Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)</b> | <b>16.425.949</b> | <b>26.814</b>       | <b>16.452.763</b>  | <b>2.199.922</b>    | <b>2.199.922</b> | <b>2.067.196</b>    | <b>2.067.196</b> | <b>14.385.567</b> |
| <b>Superávit (XI)</b>                             | <b>-</b>          | <b>-</b>            | <b>-</b>           | <b>-</b>            | <b>-</b>         | <b>-</b>            | <b>-</b>         | <b>-</b>          |
| <b>Total (XII)=X+XI</b>                           | <b>16.425.949</b> | <b>26.814</b>       | <b>16.452.763</b>  | <b>2.199.922</b>    | <b>2.199.922</b> | <b>2.067.196</b>    | <b>2.067.196</b> | <b>14.385.567</b> |

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

**Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 - Fev/2006**

R\$ 1.000

| Mês          | ICMS             |         | Outras         |        | Total            |         |
|--------------|------------------|---------|----------------|--------|------------------|---------|
|              | 2005             | 2006    | 2005           | 2006   | 2005             | 2006    |
| Janeiro      | 636.043          | 617.773 | 30.157         | 52.834 | 666.200          | 670.607 |
| Fevereiro    | 525.513          | 601.436 | 63.017         | 78.254 | 588.530          | 679.690 |
| Março        | 486.953          |         | 48.790         |        | 535.743          |         |
| Abril        | 526.342          |         | 67.908         |        | 594.250          |         |
| Maio         | 601.883          |         | 66.249         |        | 668.132          |         |
| Junho        | 616.439          |         | 65.828         |        | 682.267          |         |
| Julho        | 514.707          |         | 85.607         |        | 600.314          |         |
| Agosto       | 490.534          |         | 82.891         |        | 573.425          |         |
| Setembro     | 625.826          |         | 77.998         |        | 703.824          |         |
| Outubro      | 634.026          |         | 52.120         |        | 686.146          |         |
| Novembro     | 618.966          |         | 49.475         |        | 668.441          |         |
| Dezembro     | 599.895          |         | 82.788         |        | 682.683          |         |
| <b>Total</b> | <b>6.877.127</b> |         | <b>772.828</b> |        | <b>7.649.955</b> |         |

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais  
Elaboração: SEI.

**Arrecadação mensal da Receita Tributária<sup>1</sup> - Bahia: Jan/2005 - Fev/2006** **R\$ 1.000**

| Mês          | ICMS             |          | Outras         |          | Total            |          |
|--------------|------------------|----------|----------------|----------|------------------|----------|
|              | 2005             | 2006     | 2005           | 2006     | 2005             | 2006     |
| Janeiro      | 645.964          | 617.417  | 30.627         | 52.804   | 676.592          | 670.221  |
| Fevereiro    | 531.561          | 601.436  | 63.742         | 78.254   | 595.303          | 679.690  |
| Março        | 487.744          | -        | 48.869         | -        | 536.613          | -        |
| Abril        | 524.546          | -        | 67.676         | -        | 592.223          | -        |
| Mai          | 601.358          | -        | 66.191         | -        | 667.549          | -        |
| Junho        | 618.681          | -        | 66.067         | -        | 684.749          | -        |
| Julho        | 518.672          | -        | 86.267         | -        | 604.939          | -        |
| Agosto       | 498.228          | -        | 84.191         | -        | 582.419          | -        |
| Setembro     | 636.483          | -        | 79.326         | -        | 715.809          | -        |
| Outubro      | 640.762          | -        | 52.674         | -        | 693.436          | -        |
| Novembro     | 623.480          | -        | 49.836         | -        | 673.316          | -        |
| Dezembro     | 603.875          | -        | 83.337         | -        | 687.212          | -        |
| <b>Total</b> | <b>6.931.354</b> | <b>-</b> | <b>778.804</b> | <b>-</b> | <b>7.710.159</b> | <b>-</b> |

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

<sup>1</sup> Valores atualizados a preços de Fevereiro/06 pelo IGP-DI/FGV.**Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 - Fev/2006** **R\$ 1.000**

| Ano e Mês   | Receitas |           |         |           |        |           |              |           |        |           |         |           |
|-------------|----------|-----------|---------|-----------|--------|-----------|--------------|-----------|--------|-----------|---------|-----------|
|             | FPE      |           | IPI-EXP |           | CIDE   |           | FUNDEF UNIÃO |           | Outras |           | Total   |           |
|             | No mês   | Até o mês | No mês  | Até o mês | No mês | Até o mês | No mês       | Até o mês | No mês | Até o mês | No mês  | Até o mês |
| <b>2005</b> |          |           |         |           |        |           |              |           |        |           |         |           |
| Janeiro     | 213.700  | 213.700   | 10.766  | 10.766    | 21.084 | 21.084    | 17.367       | 17.367    | 9.217  | 9.217     | 272.134 | 272.134   |
| Fevereiro   | 187.072  | 400.772   | 9.167   | 19.933    | -      | 21.084    | 15.236       | 32.603    | 9.217  | 18.433    | 220.692 | 492.826   |
| Março       | 179.413  | 580.185   | 9.168   | 29.101    | -      | 21.084    | 14.592       | 47.196    | 9.217  | 27.650    | 212.389 | 705.215   |
| Abril       | 194.791  | 774.976   | 10.609  | 39.710    | 21.274 | 42.358    | 15.788       | 62.984    | 9.217  | 36.867    | 251.680 | 956.895   |
| Mai         | 219.866  | 994.842   | 10.347  | 50.057    | -      | 42.358    | 17.453       | 80.437    | 9.217  | 46.083    | 256.883 | 1.213.778 |
| Junho       | 213.015  | 1.207.857 | 8.594   | 58.651    | -      | 42.358    | 17.116       | 97.553    | 9.217  | 55.300    | 247.942 | 1.461.720 |
| Julho       | 174.920  | 1.382.778 | 8.756   | 67.407    | 22.431 | 64.789    | 14.183       | 111.736   | 9.217  | 64.517    | 229.507 | 1.691.227 |
| Agosto      | 179.965  | 1.562.743 | 10.832  | 78.239    | -      | 64.789    | 14.653       | 126.389   | 9.217  | 73.733    | 214.666 | 1.905.894 |
| Setembro    | 150.327  | 1.713.070 | 10.620  | 88.859    | -      | 64.789    | 12.357       | 138.746   | 9.217  | 82.950    | 182.521 | 2.088.415 |
| Outubro     | 174.078  | 1.887.148 | 11.491  | 100.350   | 22.385 | 87.175    | 14.224       | 152.970   | 9.217  | 92.167    | 231.395 | 2.319.810 |
| Novembro    | 210.430  | 2.097.578 | 11.895  | 112.245   | -      | 87.175    | 17.045       | 170.015   | 9.217  | 101.383   | 248.586 | 2.568.396 |
| Dezembro    | 295.024  | 2.392.602 | 13.220  | 125.465   | -      | 87.175    | 24.118       | 194.132   | 22.639 | 124.023   | 355.000 | 2.923.396 |
| <b>2006</b> |          |           |         |           |        |           |              |           |        |           |         |           |
| Janeiro     | 242.173  | 242.173   | 12.638  | 12.638    | 22.090 | 22.090    | 18.191       | 18.191    | 13.422 | 13.422    | 308.514 | 308.514   |
| Fevereiro   | 208.287  | 450.461   | 10.696  | 23.334    | -      | 22.090    | 15.639       | 33.830    | -      | 13.422    | 234.622 | 543.136   |

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

## Municípios

Balço Orçamentário<sup>1</sup>

## Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/2006

R\$ 1.000

| Receitas                            | Previsão inicial | Previsão atualizada (a) | Receitas realizadas |             |                  |             | Saldo a realizar (b-c) |
|-------------------------------------|------------------|-------------------------|---------------------|-------------|------------------|-------------|------------------------|
|                                     |                  |                         | Jan-Fev/2006 (b)    | % (b/a)     | Jan-Fev/2006 (c) | % (c/a)     |                        |
| <b>Receitas Correntes</b>           | <b>2.153.816</b> | <b>2.153.816</b>        | <b>272.573</b>      | <b>12,7</b> | <b>272.573</b>   | <b>12,7</b> | <b>1.881.243</b>       |
| Receita Tributária                  | 572.188          | 572.188                 | 132.823             | 23,2        | 132.823          | 23,2        | 439.365                |
| Impostos                            | 482.454          | 482.454                 | 109.521             | 22,7        | 109.521          | 22,7        | 372.933                |
| Taxas                               | 89.734           | 89.734                  | 22.866              | 25,5        | 22.866           | 25,5        | 66.868                 |
| Outras Receitas Tributárias         | -                | -                       | 436                 | -           | 436              | -           | -                      |
| Receita de Contribuições            | 82.793           | 82.793                  | 10.918              | 13,2        | 10.918           | 13,2        | 71.875                 |
| Contribuições Sociais               | 37.254           | 37.254                  | 4.026               | 10,8        | 4.026            | 10,8        | 33.228                 |
| Contribuições Econômicas            | 45.539           | 45.539                  | 6.892               | 15,1        | 6.892            | 15,1        | 38.647                 |
| Receita Patrimonial                 | 49.043           | 49.043                  | 5.729               | 11,7        | 5.729            | 11,7        | 43.314                 |
| Receitas Imobiliárias               | 1.382            | 1.382                   | 134                 | 9,7         | 134              | 9,7         | 1.248                  |
| Receitas de Valores Mobiliários     | 10.251           | 10.251                  | 2.941               | 28,7        | 2.941            | 28,7        | 7.310                  |
| Receitas de Concessões e Permissões | 24.977           | 24.977                  | 2.646               | 10,6        | 2.646            | 10,6        | 22.331                 |
| Outras Receitas Patrimoniais        | 12.433           | 12.433                  | 8                   | 0           | 8                | 0,1         | 12.425                 |
| Receita Industrial                  | 3.900            | 3.900                   | -                   | -           | -                | -           | 3.900                  |
| Receita da Indústria de Construção  | 3.900            | 3.900                   | -                   | -           | -                | -           | 3.900                  |
| Receita de Serviços                 | 29.303           | 29.303                  | 2.211               | 7,5         | 2.211            | 7,5         | 27.092                 |
| Receita de Serviços                 | 29.303           | 29.303                  | 2.211               | 7,5         | 2.211            | 7,5         | 27.092                 |
| Transferências Correntes            | 1.190.445        | 1.190.445               | 105.663             | 8,9         | 105.663          | 8,9         | 1.084.782              |
| Transf. Intergovernamentais         | 1.144.185        | 1.144.185               | 101.988             | 8,9         | 101.988          | 8,9         | 1.042.197              |
| Transf. de Instituições Privadas    | 8                | 8                       | -                   | -           | -                | -           | 8                      |
| Transferências de Convênios         | 46.252           | 46.252                  | 3.675               | 7,9         | 3.675            | 7,9         | 42.577                 |
| Outras Receitas Correntes           | 226.144          | 226.144                 | 15.229              | 6,7         | 15.229           | 6,7         | 210.915                |
| Multas e Juros de Mora              | 76.359           | 76.359                  | 5.247               | 6,9         | 5.247            | 6,9         | 71.112                 |
| Indenizações e Restituições         | -                | -                       | 635                 | -           | 635              | -           | (635)                  |
| Receita da Dívida Ativa             | 137.484          | 137.484                 | 6.578               | 4,8         | 6.578            | 4,8         | 130.906                |
| Receitas Correntes Diversas         | 12.301           | 12.301                  | 2.769               | 22,5        | 2.769            | 22,5        | 9.532                  |
| <b>Receitas de Capital</b>          | <b>66.317</b>    | <b>66.367</b>           | <b>3.471</b>        | <b>5,2</b>  | <b>3.471</b>     | <b>5,2</b>  | <b>62.896</b>          |
| Operações de Crédito                | 11.628           | 11.628                  | -                   | -           | -                | -           | 11.628                 |
| Operações de Crédito Internas       | 11.628           | 11.628                  | -                   | -           | -                | -           | 11.628                 |
| Alienação de Bens                   | 151              | 151                     | 3                   | 2,0         | 3                | -           | 148                    |
| Alienação de Bens Móveis            | 151              | 151                     | 3                   | 2,0         | 3                | -           | 148                    |
| Transferências de Capital           | 54.438           | 54.488                  | 3.468               | 6,4         | 3.468            | 6,4         | 51.020                 |
| Transf. Intergovernamentais         | 4.020            | 4.020                   | -                   | -           | -                | -           | 4.020                  |
| Transferências de Convênios         | 50.418           | 50.468                  | 3.468               | 6,9         | 3.468            | 6,9         | 47.000                 |
| Outras Receitas de Capital          | 100              | 100                     | -                   | -           | -                | -           | 100                    |
| Receitas de Capital Diversas        | 100              | 100                     | -                   | -           | -                | -           | 100                    |
| Dedução da Receita Corrente         | (77.883)         | (77.883)                | (7.962)             | 10,2        | (7.962)          | 10,2        | (69.921)               |
| <b>Subtotal das Receitas (I)</b>    | <b>2.142.250</b> | <b>2.142.300</b>        | <b>268.082</b>      | <b>12,5</b> | <b>268.082</b>   | <b>12,5</b> | <b>1.874.218</b>       |
| <b>Déficit (II)</b>                 | <b>-</b>         | <b>-</b>                | <b>-</b>            | <b>-</b>    | <b>-</b>         | <b>-</b>    | <b>-</b>               |
| <b>Total (III) = (I+II)</b>         | <b>2.142.250</b> | <b>2.142.300</b>        | <b>268.082</b>      | <b>12,5</b> | <b>268.082</b>   | <b>12,5</b> | <b>1.874.218</b>       |

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

<sup>1</sup> Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

**Balanco Orçamentário<sup>1</sup>**  
**Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan - Fev/ 2006**

R\$ 1.000

| Despesas                                      | Dotação inicial<br>(a) | Créditos adicionais<br>(b) | Dotação atualizada<br>(c) | Despesas                |                         |                         |                         |            | Saldo a liquidar<br>(c-g) |
|-----------------------------------------------|------------------------|----------------------------|---------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|------------|---------------------------|
|                                               |                        |                            |                           | empenhadas              |                         | liquidadas              |                         |            |                           |
|                                               |                        |                            |                           | Jan-Fev/<br>2006<br>(d) | Jan-Fev/<br>2006<br>(e) | Jan-Fev/<br>2006<br>(f) | Jan-Fev/<br>2006<br>(g) | %<br>(g/c) |                           |
| Despesas Correntes                            | 1.879.810              | (45)                       | 1.879.765                 | 447.675                 | 447.675                 | 169.109                 | 169.109                 | 9,0        | 1.710.656                 |
| Pessoal e Encargos Sociais                    | 600.567                | (500)                      | 600.067                   | 276.718                 | 276.718                 | 71.502                  | 71.502                  | 11,9       | 528.565                   |
| Juros e Encargos da Dívida                    | 80.095                 | -                          | 80.095                    | 21.943                  | 21.943                  | 9.836                   | 9.836                   | 12,3       | 70.259                    |
| Outras Despesas Correntes                     | 1.199.148              | 455                        | 1.199.603                 | 149.014                 | 149.014                 | 87.771                  | 87.771                  | 7,3        | 1.111.832                 |
| Despesas de Capital                           | 259.921                | 95                         | 260.016                   | 33.145                  | 33.145                  | 16.681                  | 16.681                  | 6,4        | 243.335                   |
| Investimentos                                 | 180.947                | 95                         | 181.042                   | 11.951                  | 11.951                  | 7.447                   | 7.447                   | 4,1        | 173.595                   |
| Inversões Financeiras                         | 4.018                  | -                          | 4.018                     | 860                     | 860                     | 743                     | 743                     | 18,5       | 3.275                     |
| Amortização da Dívida                         | 74.956                 | -                          | 74.956                    | 20.334                  | 20.334                  | 8.491                   | 8.491                   | 11,3       | 66.465                    |
| Reserva de Contingência                       | 2.519                  | -                          | 2.519                     | -                       | -                       | -                       | -                       | -          | 2.519                     |
| Subtotal das Despesas (I)                     | 2.142.250              | 50                         | 2.142.300                 | 480.820                 | 480.820                 | 185.790                 | 185.790                 | 8,7        | 1.956.510                 |
| Amortização da Dívida/Refinanciamento (II)    | -                      | -                          | -                         | -                       | -                       | -                       | -                       | -          | -                         |
| Subtotal com Refinanciamento (III) = ( I+II ) | 2.142.250              | 50                         | 2.142.300                 | 480.820                 | 480.820                 | 185.790                 | 185.790                 | 8,7        | 1.956.510                 |
| Superávit (IV)                                | -                      | -                          | -                         | -                       | -                       | 82.292                  | 82.292                  | -          | -                         |
| Total (V) = (III+IV)                          | 2.142.250              | 50                         | 2.142.300                 | 480.820                 | 480.820                 | 268.082                 | 268.082                 | 12,5       | 3.913.020                 |

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

<sup>1</sup> Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).